

Turismo e Meio Ambiente





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Turismo e Meio Ambiente

Nadja Maria Castilho da Costa
Vivian Castilho da Costa



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Ministério
da Educação



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - Teresa Catramby

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Nadja Maria Castilho da Costa

Vivian Castilho da Costa

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Ana Paula Abreu Fialho

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Flávia Busnardo

Ana Cristina Andrade

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C837t

Costa, Nadja Maria Castilho da.

Turismo e meio ambiente. v. 2 / Nadja Maria Castilho da Costa, Vivian Castilho da Costa. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

188 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-560-5

1. Turismo. 2. Meio Ambiente. 3. Ecoturismo. I. Costa, Vivian Castilho da. II. Título.

CDD: 338.4791

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 11 – As trilhas como veículo de exploração da paisagem natural: a questão dos impactos ambientais _____	7
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 12 – Formas de avaliar e monitorar a visitação no ambiente natural _____	35
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 13 – Interpretação e percepção ambiental: importantes ferramentas para a conscientização do ecoturista _____	55
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 14 – A educação ambiental no ecoturismo e o ecoturismo na educação ambiental _____	75
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 15 – Comunidades e conservação do patrimônio natural e cultural por meio do ecoturismo _____	93
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 16 – A indústria da hostilidade no ecoturismo: o que são <i>ecolodges</i> ? _____	107
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 17 – A natureza tem valor econômico para o ecoturismo? Como certificar os produtos ecoturísticos? _____	121
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 18 – Turismo na Natureza e o <i>marketing</i> ecológico: problema ou solução? _____	137
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 19 – Demanda ecoturística: perfil dos usuários e conflitos de conservação da Natureza _____	151
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Aula 20 – Profissionalização no ecoturismo e ética em ação _____	165
Nadja Maria Castilho da Costa / Vivian Castilho da Costa	
Referências _____	177

11

As trilhas como veículo de exploração da paisagem natural: a questão dos impactos ambientais

Meta da aula

Apresentar os impactos que uma trilha pode sofrer em seus componentes estruturais, bem como os efeitos (impactos) negativos que podem ser provocados na paisagem a partir da criação e do uso inadequado das trilhas em unidades de conservação.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** avaliar quais impactos podem ocorrer, principalmente nas trilhas localizadas em unidades de conservação;
- 2** analisar que medidas podem ser tomadas para minimizar os impactos negativos decorrentes da abertura e utilização de trilhas ecoturísticas;
- 3** identificar os tipos de trilhas relacionadas às atividades de ecoturismo.

Introdução

Na Aula 10, você aprendeu sobre os tipos de impactos positivos e negativos que decorrem das práticas do turismo de natureza e, principalmente, do ecoturismo.

Esses impactos podem afetar a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as próprias atividades sociais e econômicas, a biota e as condições estéticas e sanitárias do ambiente.

Agora você vai entender como um dos principais componentes das áreas naturais – as **trilhas** – afeta direta e/ou indiretamente os recursos naturais utilizados pelos visitantes, comprometendo o produto de atração do ecoturismo e, conseqüentemente, o sucesso do empreendimento.

As trilhas e os caminhos, principalmente em unidades de conservação, também sofrem os efeitos decorrentes do seu uso inadequado por visitantes que as utilizam para atividades do turismo de natureza. Nesta aula, você também irá aprender quais medidas podem ser tomadas para que os impactos possam ser avaliados e minimizados.

Trilha

Outra definição para este conceito vem por intermédio de Pellegrini Filho (2000): “Caminho estreito, geralmente em terrenos com vegetação de gramíneas ou em matas; vereda”.

O que é trilha e qual a sua importância para o ecoturismo?

A utilização de trilhas, segundo Andrade (2005), ocorre de acordo com diversas finalidades, que variam desde a busca por alimento e água até peregrinações religiosas, viagens comerciais e ações militares. Desta forma, uma das suas principais funções é suprir a necessidade de deslocamento de populações locais.

O conceito de trilha pode ser definido, segundo Sérgio Salazar Salvati (<http://ecosfera.sites.uol.com.br/trilhas.htm>), como “[...] **caminhos** existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam como objetivo aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos”.

Caminho

Segundo o dicionário online *Workpédia* (<http://www.workpedia.com.br/110436/caminho.html>), pode ser conceituado como “Qualquer faixa de terreno destinada ao trânsito de pedestres ou de veículos; estrada, vereda, atalho, picada”. Nesse sentido, caminho é considerado quase um sinônimo de trilha. A diferença entre os dois conceitos é sutil, podendo ser a largura, o tipo do terreno e para o qual está destinado.



Figura 11.1: Este caminho ou trilha pode ser considerado uma estrada (apesar de não estar asfaltada e de estar localizada em uma área de mata), pois sua largura é grande, permitindo o trânsito não só de pedestres, mas também de veículos.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

De um modo geral, a abertura de trilhas é a primeira ação na organização de uma área natural para o ecoturismo, pois permite o acesso às áreas mais importantes, seja do ponto de vista ecológico, seja do ponto de vista de apreciação da paisagem, permitindo o contato direto do visitante com a natureza. São, portanto, as primeiras vias de acesso às belezas naturais e por elas passam pessoas (turistas e/ou moradores locais) que necessitam se deslocar. São áreas abertas também para o transporte de mercadorias, para alcançar pontos que, a princípio, estavam inacessíveis, ou para servir de aliado à interpretação ambiental, no caso do ecoturismo, possibilitando experiências aos visitantes.

No caso de atividades realizadas no interior de unidades de conservação, as trilhas são um grande atrativo, pois permitem aos visitantes mais contato com o ambiente natural, para lazer e prática de esportes e, por isso, algumas atividades em trilhas são confundidas com ecoturismo. Na realidade, o que os visitantes muitas vezes

estão praticando na trilha pode ser mais apropriado ao turismo de aventura, desportivo ou, simplesmente, uma caminhada que se denomina “ecológica”.



Figura 11.2: Apreciar paisagens naturais em áreas de difícil acesso e realizar caminhadas por grandes distâncias e com alto grau de dificuldade é uma prática frequentemente realizada por montanhistas e constitui-se em uma modalidade de turismo de aventura.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Segundo Costa (2006), a finalidade das trilhas vem apresentando mudanças ao longo dos anos, “deixando de ser um simples meio de deslocamento para ser um novo meio de contato com a natureza”. Ainda segundo a autora:

A valoração dos caminhos e trilhas de terra (sem calçamento) foi grande e hoje existem vários torneios e competições que testam as habilidades das máquinas e do homem. Muitas dessas atividades, inclusive, são conceituadas erroneamente como fazendo parte da terminologia do ecoturismo, mas na realidade estão mais destinadas ao turismo de aventura ou desportivo (COSTA, 2006, p. 3).

A história de nossa colonização foi marcada pelos grandes desbravadores que cruzavam o país, levando e trazendo merca-

dorias, transportando tropas, cavalos, escravos, índios; convertendo em estradas os acessos estreitos que presenciaram a história de ocupação do Brasil.

Um exemplo ainda presente da história de criação de caminhos e trilhas realizados pelos colonizadores no Brasil é a Estrada Real. Para saber mais sobre o que é e como surgiu a Estrada Real, leia o box a seguir.



O que é a Estrada Real? Um dos maiores complexos turísticos do Brasil.

A Estrada Real foi sendo construída nos muitos anos de idas e vindas dos colonizadores, das Minas ao litoral, desde o século XVII, em busca das riquezas. Caminhar pela Estrada Real é reviver os passos e os caminhos percorridos pelos escravos, pelo ouro e pela história. É constituída por vias de acesso, pontos de parada, cidades e vilas históricas que se formaram durante o passar dos homens e do tempo. Inicialmente, o caminho ligava a antiga Villa Rica (atual Ouro Preto) ao porto de Paraty. No entanto, devido à necessidade de uma via de escoamento mais segura e mais rápida ao porto do Rio de Janeiro, e também por imposição da Coroa, foi aberto um “caminho novo”. A rota de Paraty passou a ser o “caminho velho” a partir do século XVIII. Com a descoberta das pedras preciosas na região do Serro, a estrada se estendeu até o Arraial do Tejuco (atual Diamantina), deixando Ouro Preto como o centro de convergência da Estrada Real.

Assim, formou-se o complexo da Estrada Real, ou seja, mais de 1.400 km de patrimônio, cercado de montanhas, natureza, cultura e arte. Conhecer a Estrada Real é reviver o passado e a história de Minas e do Brasil. Para ler mais sobre a história da Estrada Real, acesse o *site* da ONG Instituto Estrada Real, que realiza trabalhos de divulgação da Estrada Real, em http://www.estradareal.org.br/estra_real/index.asp.



Figura 11.3: Ruínas históricas da cidade de Ouro Preto (MG).
Fonte: <http://www.sxc.hu>



Figura 11.4: Vista parcial de igrejas e casarões históricos da cidade de Diamantina (MG).
Fonte: <http://www.sxc.hu>

Ainda à época do Descobrimento, muitas trilhas do Brasil foram feitas pelos índios que fugiam dos brancos que tinham intenção de escravizá-los ou dizimá-los por não se sujeitarem aos seus desmandos ou por não aceitarem a catequização das missões religiosas.

A exploração de diversos recursos, como o pau-brasil, ouro, diamantes e o desmatamento para construir povoados, vilas e cidades foram alguns dos motivos pelos quais se criaram trilhas, caminhos e estradas.



Algumas trilhas no Brasil (feitas por índios) ainda possuem resquícios arqueológicos, a exemplo dos trechos da trilha do Peabiru, uma trilha indígena pré-Descobrimento do Brasil, localizada no Paraná e que faz parte de um patrimônio histórico-cultural que está sendo perdido. Para saber o que ainda resta desse importante patrimônio histórico-cultural, leia a reportagem do boxe a seguir.



Paraná guarda últimos trechos da estrada indígena que cortava a América do Sul

Notícia de 20/2/2000, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report_7.htm

Por: Wagner Oliveira da Agência Folha, em Pitanga

“Pequenos trechos do Peabiru, trilha indígena pré-Descobrimento que ligava o sul do Peru ao lugar onde hoje está a cidade de São Vicente, no litoral paulista, ainda resistem [...] mas correm o risco de desaparecer em breve.

O Peabiru era usado pelos índios guaranis para buscar e transportar caças, ligar diversas aldeias e, de acordo com alguns estudos, procurar o que chamavam de ‘Terra sem Males’, um lugar paradisíaco que imaginavam existir a leste.

Com a chegada dos europeus, o caminho foi utilizado pelos conquistadores para penetrar no território sul-americano.

Hoje os 'trechos' que restaram no Brasil estão abandonados pelos órgãos que cuidam do patrimônio histórico. [...] A trilha também 'serviu para as andanças e até grandes migrações de povos indígenas e, mais tarde, para a descoberta de riquezas, criação de missões religiosas, comércio, fundação de povoados e cidades', resume a escritora Rosana Bond, autora do livro *O caminho de Peabiru*.

[...] Segundo Almir Pontes Filho, geógrafo e arqueólogo do Patrimônio Histórico do Paraná, o governo estadual está desenvolvendo o projeto Caminhos Históricos, na tentativa de encontrar e preservar trilhas antigas.

'[...] O projeto prevê trabalho sobre o Peabiru. O problema é que a identificação de caminhos indígenas é muito mais difícil, por ser de uma época remota e haver poucas referências físicas', afirmou Pontes. 'Os caminhos indígenas pré-cabralinos têm uma grande importância. Nossa intenção é preservá-los, apesar de a paisagem ter mudado bastante nos últimos 500 anos', disse o superintendente regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), José La Pastina. Para a arqueóloga Zulmara Sauner, do Museu de História do Paraná, só a pesquisa sobre o Peabiru é insuficiente. 'Ou se faz uma conservação posterior, com desapropriação da área, ou é melhor deixar como está', afirmou."

Ainda hoje algumas trilhas do Brasil ainda conservam seu passado histórico. No entanto, novas finalidades são atribuídas a essas trilhas, tais como: deslocamento entre povoados; fiscalização para desmatamentos e incêndios em unidades de conservação; conscientização de visitantes por meio da interpretação ambiental; acesso às áreas silvestres; relação mais íntima com o ambiente, entre outras.

A ação do ecoturismo sobre as trilhas

Atualmente, as trilhas brasileiras são mais utilizadas para fins recreativos e permitem o acesso aos atrativos naturais, principalmente em unidades de conservação. Por essa razão, as trilhas são de grande importância para os gestores das áreas legalmente protegidas por se constituírem no veículo de controle das ações de degradação dos recursos naturais.

Paradoxalmente, a abertura e o uso de trilhas podem causar impactos às áreas naturais de diversas formas. Segundo Costa (2006, p. 9): “As trilhas devem ser criteriosamente localizadas, planejadas, construídas e manejadas de modo a permitir a conservação dos recursos naturais e a realização de contatos adequados pelos visitantes”.

Pesquisadores e ambientalistas têm desenvolvido estudos em unidades de conservação com a finalidade de descrever os tipos e as taxas de mudanças ambientais resultantes dos diversos usos nas trilhas. A relação entre o tipo de uso, as características físico-biológicas do ambiente e os fatores de manejo são estudados e relacionados para melhor se compreender a dinâmica ambiental das trilhas.

De acordo com Seabra (1999), no Brasil há uma escassez de trabalhos científicos sobre impactos ambientais em unidades de conservação. Conseqüentemente, observa-se deficiência em estudos referentes aos impactos causados pelo uso indiscriminado das trilhas no interior dos ambientes protegidos.

Os impactos ambientais em trilhas ocorrem por diferentes motivos. Segundo Schelhas (1986 apud ANDRADE, 2005, p. 132), podem ocorrer impactos simplesmente em razão do abandono da trilha, ou seja, para tentar evitar os necessários “ziguezagues” da trilha, são feitos atalhos por dentro da mata que acabam gerando mais impacto. A presença de obstáculos nas trilhas, formados com pedras, árvores caídas e rampas artificiais, ou ainda a procura pela sensação de “aventura”, descendo ou subindo áreas já com muita erosão, também configuram-se em usos inadequados das trilhas, aumentando a ocorrência de impactos. Todas as formas de uso de trilhas contribuem, de alguma forma, para a geração de impactos, com graus de intensidade diferenciados.



Figura 11.5: Muitos atalhos ou bifurcações em trilhas criam impactos e podem confundir os visitantes (sinalização nas trilhas do Parque Estadual de Ibitipoca – MG).

Fonte: Vivian Costa (2006).

Quais os tipos de impactos (positivos e negativos) que ocorrem em trilhas?

A intensidade dos efeitos do uso público em trilhas está relacionada com o tipo de atividade praticada. Os efeitos (alterações) podem se tornar visíveis aos visitantes e gestores de uma UC, tais como: alargamento, erosão, mudanças na composição da flora, presença de lixo, sinais de vandalismo, falta de sinalização, entre outros.

Alguns autores, como Salvati (2001), afirmam que a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta os tipos de usos públicos estabelecidos. A infra-estrutura do local, caso não atenda às normas preestabelecidas, pode comprometer, de maneira acentuada, o meio ambiente, provocando alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e nos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Estão sendo desenvolvidas pesquisas sobre os impactos negativos de atividades de ecoturismo em áreas protegidas, as quais buscam identificar os impactos provocados pelos caminhantes (seja em simples caminhada ou realizando *trekking*) e por aqueles que utilizam cavalos (desde simples passeios nas trilhas ou realizando um enduro eqüestre), motocicletas (*motocross*) e bicicletas (*mountain bike*).

**Trekking**

É um tipo de caminhada rústica em que o praticante deve transpor os obstáculos encontrados na natureza (florestas, montanhas, rios etc.). Os praticantes orientam-se com a ajuda de bússula ou de GPS (Sistema de Posicionamento Global). O *trekking* possui diversos graus de dificuldade e pode ser praticado por pessoas de qualquer idade. Segundo Pellegrini Filho (2000), *trekking* é uma “caminhada longa, com pernoite, que não exige equipamentos especiais; recomenda-se a utilização de tênis resistentes e confortáveis, mochila e cantil. O praticante dessa modalidade esportiva é conhecido como *trekker*”.

Enduro Eqüestre

É uma competição originária do turismo eqüestre, em que o cavalo e o cavaleiro devem percorrer uma trilha com obstáculos naturais, em um tempo predeterminado e velocidade livre.

Motocross

É uma modalidade desportiva, praticada sobre as motos em estilo enduro. Pode ser realizada em pistas, circuitos fechados ou ainda em trilhas que incorporam elementos naturais ao revestimento, como montes e rampas para saltos.

Mountain bike

É a prática do ciclismo na natureza e possui várias modalidades (*trial*, *downhill*, *uphill*, *duol-salon* e *cross-country*).

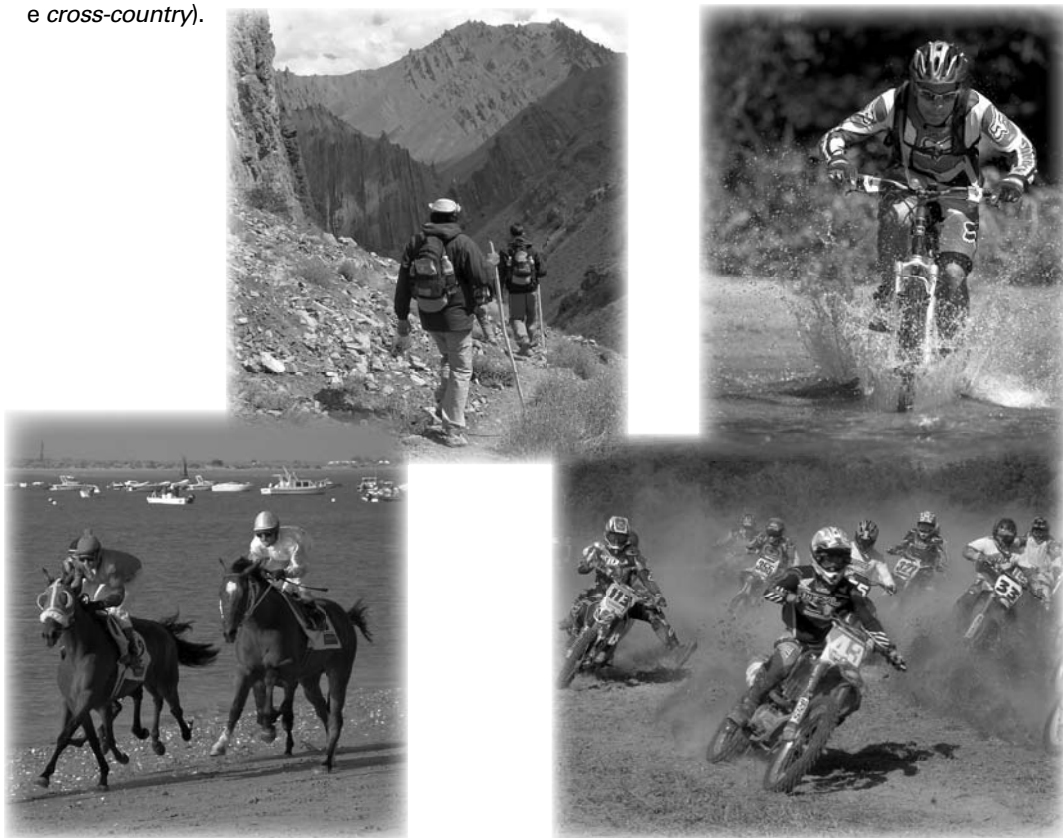


Figura 11.6: As diversas modalidades de esporte de aventura (*trekking*, *mountain bike*, enduro eqüestre e *motocross*) podem provocar impactos negativos em trilha, alterando a configuração original da paisagem natural.

Fontes: <http://www.sxc.hu>

Algumas dessas pesquisas têm apontado, principalmente, para a ocorrência dos impactos sociais, ou seja, aqueles relacionados às experiências dos visitantes com os diversos usos da trilha. Esses impactos sociais geram conflitos, já que muitas vezes um caminhante não quer encontrar motocicletas ou cavalos na trilha, por achar que deve desfrutar da natureza sem barulhos, problemas oriundos da locomoção ou encontros inesperados e indesejados.

A **Tabela 11.1** apresenta a relação existente entre alguns agentes, os efeitos que eles causam e os possíveis impactos provocados.

É possível relacionar os agentes aos efeitos dos impactos em trilhas ecoturísticas, como apresentado na **Tabela 11.1** a seguir:

Tabela 11.1: Efeitos e impactos potenciais do ecoturismo em trilhas

Agentes	Efeitos potenciais	Impactos potenciais
Trilhas para caminhantes	Pisoteio, compactação do solo	Aumento da sensibilidade à erosão
Trilhas eqüestres	Remoção da cobertura vegetal	Alteração da qualidade estética da paisagem
Carros / Caminhonetes Veículos 4x4	Liberação de gases de combustão Derrame de óleo/combustível Ruído	Eliminação de <i>habitats</i> Interrupção de processos naturais Deterioração da qualidade do ar Deterioração da qualidade da água Perturbação da fauna e flora

Fonte: MMA; Salvati (2007). Adaptado por Vivian Costa (2007).

Lechner (2004 apud COSTA, 2006) divide as trilhas de acordo com três tipos de impactos potenciais: biofísicos, sociais e ambientais.

1. Com relação aos impactos biofísicos, podemos citar:

- erosão e transporte de solo;
- queda de árvores e galhos;
- contaminação e sedimentação em rios, lagoas e outros recursos hídricos;

- perda de vegetação e/ou introdução de espécies invasoras ao longo do corredor da trilha;
- mudança na competição de espécies da região (aumento de espécies predadoras ou indesejáveis);
- perturbações/deslocamentos da vida selvagem (fauna).

2. Com relação aos impactos sociais, podemos citar:

- conflitos entre visitantes e entre a comunidade e os visitantes;
- presença de lixo;
- insatisfação ou decepção com as atividades e a paisagem;
- uso das trilhas para atividades ilegais/indesejáveis (caça predatória, criação e comercialização de animais nativos, extração ilegal da flora etc.);
- alargamento da trilha (por usuários) para evitar lamaçais, para possibilitar que duas pessoas andem lado a lado devido a obstáculos como árvores caídas e pedras soltas (**Figura 11.5**);
- vandalismo (pichações em rochas e árvores e danos à infra-estrutura, tais como destruição de placas de sinalização, de bancos etc.);
- possíveis áreas de risco que possam causar acidentes aos visitantes (barrancos em encostas íngremes, desfiladeiros e precipícios; quedas d'água/trombas d'água; falta de sinalização em locais de difícil acesso, perigo de assaltos/furtos, queimadas etc.);
- trilhas com múltiplos usos (por cavalo, caminhantes, motocicletas, ciclistas etc.) podem colocar um risco aos visitantes e usuários. Esse problema pode ser provocado pela falta de normas e crité-



Figura 11.7: Árvores caídas na trilha, um exemplo de impacto biofísico.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Figura 11.8: Utilização de cavalos e mulas para transporte de banana na trilha do Quilombo (Parque Estadual da Pedra Branca – RJ). O potencial dessa trilha para caminhadas e ecoturismo fica prejudicado pelo múltiplo uso (impacto social).

Fonte: Vieira Costa (2007).

rios de uso das trilhas.

3. Com relação aos impactos ambientais sobre as condições estruturais das trilhas, podemos citar:

- alargamento, aprofundamento e inundação (falta de drenagem adequada para a água da chuva) da trilha;
- usos múltiplos ou sobreposição de usos podem provocar muita erosão na trilha;
- perda da borda e desmoronamento da encosta e da trilha (causados pela falta de controle da drenagem da chuva ou traçado malfeito);
- entupimento de drenos (canalização ineficiente da água da chuva), perda ou danos a barragens de água, drenagens e



Figura 11.9: Alargamento/aprofundamento do solo, pedras soltas e erosão provocada por vários tipos de usuários na trilha (ao caminhar e ao usar cavalos). Nesse caso, encontramos os três impactos juntos (biofísico, social e ambiental). Trilha do Quilombo (Parque Estadual da Pedra Branca – RJ).

Fonte: Cedida por Beatriz Triane (2007).

bueiros;

- resíduos ou entulhos na trilha, obstruindo a passagem e a circulação das pessoas;
- deterioração de pontes, *decks* e paredes de contenção levadas por inundações ou pela falta de manutenção, além das péssimas condições de segurança de suas superfícies e de seus corrimãos;
- falta, perda ou deterioração de sinalização de orientação, degraus e paredes de pedra.

Um dos principais autores estrangeiros, especialista no estudo de impactos físicos em trilhas, é Cole (1985 e 1987). Esse autor pesquisou as alterações no solo e na vegetação, analisando

os impactos provenientes do pisoteio de pe-destres, além de compará-los com os efeitos causados pela utilização de bicicletas.

Trabalhos como o de Wilson & Seney (1994) associam a perda de solo das trilhas com a intensidade da chuva, a declividade e a propriedade do solo, afirmando que tais fatores determinarão a resistência do solo à erosão. Para esses autores, os impactos dependem mais de processos geomorfológicos do que dos tipos de atividades realizadas.

No Brasil, algumas pesquisas desta natureza já estão sendo realizadas, como o estudo em trilhas da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, desenvolvidas pelo Laboratório de Geohidroecologia – GEOHECO da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse estudo, desenvolvido em 2000, analisou os impactos provocados pelo uso de bicicleta nas trilhas e concluiu que o turismo desportivo acarreta nelas impactos físicos negativos. Para chegar a essa conclusão, foram utilizados cálculos que mensuram a perda de solo provocada pelo atrito com a roda das bicicletas, associada à frequência de sua passagem.

As trilhas utilizadas por eqüestres em unidades de conservação demandam também um manejo adequado. Segundo Adkison & Jackson (1996), nessas trilhas podem ocorrer alterações na vegetação e nos microrganismos do solo. Kuss et al. (1990) afirmam que essas alterações influenciam na composição das espécies e na diversidade florística, além de alterar a propriedade e a estabilidade do solo. Ainda de acordo com os autores, os desvios e atalhos provocados pelos animais representam um dos aspectos negativos que ocorrem nas trilhas; no entanto, esses aspectos não recebem a devida atenção dos visitantes e nem mesmo dos gestores das trilhas inseridas em unidades de conservação.



Figura 11.10: A fragilidade da flora e da fauna ou até mesmo microrganismos no solo, principalmente em áreas protegidas, fazem com que haja necessidade de construir uma infra-estrutura adequada para se caminhar nas trilhas e uma alternativa para isso é a construção de pontes, passarelas, *decks* e escadas.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Segundo Pellegrini Filho, **capacidade de carga**

é a expressão que representa o número máximo de visitantes – por dia/mês/ano – que um recurso turístico pode suportar sem que ocorram alterações nos seus meios físico e sociocultural.

A capacidade de carga age como um instrumento de controle dos visitantes nas áreas protegidas. Sua determinação depende de diversos fatores, tais como o tipo de recurso, a fragilidade da biota, a dimensão do recurso e os tipos de atividades praticadas [...].(2000, p. 43).

Como Machado destacou, **capacidade de suporte**

se refere à capacidade de o sistema absorver determinada ação humana, suportando um nível de interferência sem sofrer efeitos adversos. Como exemplos de estudos a serem realizados na determinação de capacidade de suporte de uma área estariam: o número de pessoas por trilha, quantidade admissível de encontros intergrupos durante uma visita, quantidade de construções possíveis de serem executadas sem interferência na paisagem e quantidade de pontes e desvios que não afetem o curso das águas. (2005, p. 91).

Os impactos em trilhas, nos últimos anos, têm sido alvo de diversas pesquisas e estudos científicos e, quando associados a outros conhecimentos, tornam-se importantes instrumentos para o gerenciamento de áreas protegidas, minimizando os impactos negativos.

Diminuindo os impactos: existe solução?

Uma das principais questões dos projetos de ecoturismo no contexto do turismo sustentável é determinar até quando é possível utilizar uma área para a realização das atividades sem causar impactos negativos.

Como você viu na Aula 10, os impactos negativos podem afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, além de acarretar danos à biota e aos demais componentes do meio ambiente.

Os impactos afetam direta ou indiretamente o recurso natural utilizado, comprometendo o produto de atração e, conseqüentemente, o sucesso do empreendimento ecoturístico. Esse sucesso também depende da qualidade dos recursos disponíveis, dos serviços e das opções oferecidas.

Você pode estar se perguntando: quais são efetivamente os meios que podem ser utilizados para minimizar os impactos produzidos pela visita em trilhas?

Alguns estudos estão sendo realizados para tentar quantificar o número de visitantes em trilhas, por meio de um cálculo denominado “**capacidade de carga**”, o qual se baseia no conceito de **capacidade de suporte** usado pela biologia e pela engenharia florestal. O cálculo da capacidade de carga vem sendo utilizado para definir o número máximo de visitantes que uma área pode abrigar sem causar interferências no meio ambiente ou para suportar o seu uso sem causar danos físicos ou interferências na experiência do visitante.

A idéia básica desse método está no conceito de que, quanto maior o número de visitantes em uma área voltada ao ecoturismo, maiores serão os seus impactos. No entanto, esse é um conceito que não está correto, na medida em que o problema não está em definir o número de visitantes (se este é ou não excessivo), mas sim a qualidade da visitação.

O impacto pode ser gerado por outros fatores, tais como a falta de planejamento, de manejo adequado dos gestores e de envolvimento comunitário. Informações como essas não entram no cálculo da capacidade de carga.

Então, para a elaboração de um projeto verdadeiramente ecoturístico, é necessário avaliar essas informações, em conjunto com a capacidade de carga, para determinar o limite aceitável de impactos em um ambiente. Por isso, alguns pesquisadores e gestores de UC estão usando, além da capacidade de carga, outras metodologias que sugerem planejamento mais adequado neste sentido, tais como: o LAC (Limite Aceitável de Mudança), o VIM (Monitoramento do Impacto de Visitação), entre outros.

No entanto, o processo de organização e análise de um produto ecoturístico depende de seis etapas básicas (MACHADO, 2005), principalmente se for voltado ao uso público em trilhas. Essas etapas têm como objetivo minimizar os impactos, a ponto de determinar o sucesso ou o fracasso dos empreendimentos e das políticas de conservação de uma área natural. Veja, a seguir, detalhes sobre cada uma das etapas:

1. Análise das políticas regionais: legislação ambiental, plano diretor, plano de desenvolvimento turístico e ecoturístico local, estratégias de ação das prefeituras e dos órgãos governamentais para a defesa do meio ambiente estão entre as principais medidas.
2. Análise dos objetivos das áreas, referendados no Plano de Manejo da UC, traçando as possibilidades de uso público e potencializando a formatação de um plano de desenvolvimento de ecoturismo para uma região (delimitação das reais possibilidades do uso recreativo, das áreas de conservação e das áreas de uso público etc.). Caso a área não tenha Plano

de Manejo, é essencial providenciá-lo ou, pelo menos, criar um Plano de Ação Emergencial (PAE) que garanta o mínimo de organização para a prática da visitação, verificando os seguintes aspectos: que destino será dado ao lixo, quais e como serão trabalhadas as trilhas propostas, que uso será permitido aos recursos hídricos no interior da área, como serão protegidas a fauna e a flora, como ocorrerá o contato da comunidade com o visitante, como será organizada a venda de lembranças e artesanato pela comunidade e como será organizado o serviço de atendimento ao visitante.

3. Zoneamento e análise da área no contexto geral (por meio do Plano de Manejo e do plano diretor da cidade), devendo ser discutido com a comunidade o uso de cada zona, de forma a oferecer diversas oportunidades aos visitantes.
4. Definição das diretrizes gerais de manejo da área, com o constante monitoramento da visitação e de seus possíveis impactos.
5. Identificação das características de cada área do zoneamento.
6. Determinação da capacidade de carga ou suporte de cada área prevista para visitação pública.

Planejando a instalação e a manutenção de trilhas com o mínimo de impacto

Para que uma trilha possa ser instalada e mantida, parte-se dos princípios básicos de que ela deve ter um traçado bem definido (tomando o cuidado para não alargar muito as suas margens).

Na construção de uma trilha, deve-se levar em conta a que ela se destina e o seu público-alvo. Busca-se, em geral, aproveitar o caminho já existente para o deslocamento de animais ou da própria população que circula pela região. No Brasil, não ocorre o atendimento ao que o público-alvo necessita na trilha.

Contudo, em vez de buscar uma rota mais adequada (planejar vários traçados alternativos) até encontrar o melhor caminho, as trilhas são criadas sem o mínimo de critério e, assim, são usadas para visitação de forma a alcançar os atrativos ecoturísticos. Muitas vezes, as trilhas não possuem sinalização adequada, isso quando as possuem. Os próprios visitantes criam uma grande quantidade de desvios e atalhos, sem nenhum controle e critério.



Figura 11.11: A presença de uma sinalização adequada é fundamental às trilhas, principalmente para que não sejam confundidos os seus diversos usos (não permitidos) com o objetivo de não causar impactos negativos.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Sob o ponto de vista de sua estrutura, uma trilha deve ser bem construída, respeitando as características do ambiente atravessado. Deve-se ter uma finalidade clara e deve ser organizada de forma simples (um desenho adequado, sem muitos desvios e sem exigir grandes obras de sustentação e reparos), garantindo a beleza e a sensação de bem-estar dos visitantes.



Figura 11.12: Rochas adequadamente distribuídas e distanciadas no solo são ótimos recursos para criar escadas e degraus naturais que não agredem o visual da trilha e proporcionam uma ótima experiência para o caminhante.

Fonte: <http://www.sxc>

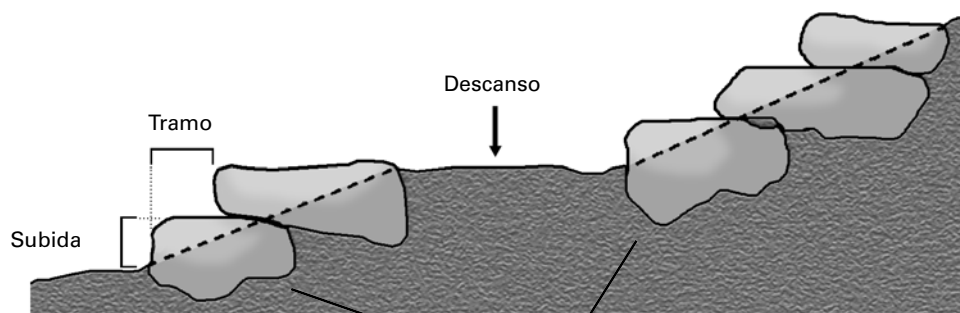


Figura 11.13: Esquema de preparo da trilha para comportar infra-estrutura para o caminhante, a exemplo da construção de escadas e degraus.

Fonte: Baseado em: Lechner (2008).

As trilhas e as experiências dos visitantes

As trilhas podem proporcionar experiências aos visitantes na medida em que são pensadas como um suporte na organização de uma unidade de conservação e podem auxiliar em programas de educação ambiental, por meio de experiências novas e ricas em informações sobre a área e sobre a importância de sua preservação.



Figura 11.14: As trilhas podem proporcionar novas sensações aos seus usuários, independentemente de faixa etária, sexo ou fatores sociais.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Segundo Machado, a experiência do visitante em uma trilha é enriquecedora, pois ao percorrê-la faz:

[...] voltar às origens do homem, ainda fortemente presentes no imaginário dos visitantes; é estar em contato com fantasias que nos remetem a um tempo mais puro e mais campeiro, em contato mais direto com a natureza, seus sons e cheiros. É ter a sensação de desbravamento, de superação de limites impostos na rotina de trabalho da cidade, propiciando uma compreensão diversa da existência no hoje e no agora. É poder sentir-se integrado ao ambiente originário e passível de impressões novas (2005, p. 115).

A partir da leitura desse trecho, podemos perceber que, ao elaborar um traçado de uma trilha, deve-se ter em mente os aspectos emocionais do visitante para que seja agradável aos olhos, ao olfato e propicie sensações gratificantes.

Deve-se levar em conta ainda a região em que a trilha se situa, a pretensão dos usuários e também o grau de dificuldade esperado. No caso do grau de dificuldade, uma trilha pode possuir três níveis: difícil, médio e fácil, que irão variar de acordo com o número de obstáculos, a declividade, as subidas e descidas, a experiência do caminhante e seu condicionamento físico para o esforço determinado, entre outros fatores.

As trilhas podem ser divididas quanto à função e quanto à forma.

Quanto à função, as trilhas são divididas em: de curta distância, de interpretação (*natural trails*) ou de longa distância (*wilderness trails*). Trilhas de curta distância apresentam caráter recreativo e educativo com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância apresentam caráter recreativo, como viagens de travessia pela região (um exemplo clássico em nosso país é a travessia Petrópolis-Teresópolis, através do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro).

Quanto à forma, as trilhas são divididas em:

Circular – oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso ou cruzar outros visitantes;

Em Oito – são muito eficientes em áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso destes espaços;

Linear – é o formato de trilha mais simples e comum. Geralmente seu objetivo é conectar o caminho principal, quando já não é o próprio, a algum destino, como lagos, clareiras, cavernas, picos etc. Apresenta as desvantagens de o caminho de volta ser igual ao de ida e a possibilidade de cruzar outros visitantes;

Em Atalho – seu início e fim estão em diferentes pontos de uma trilha ou de caminhos principais.

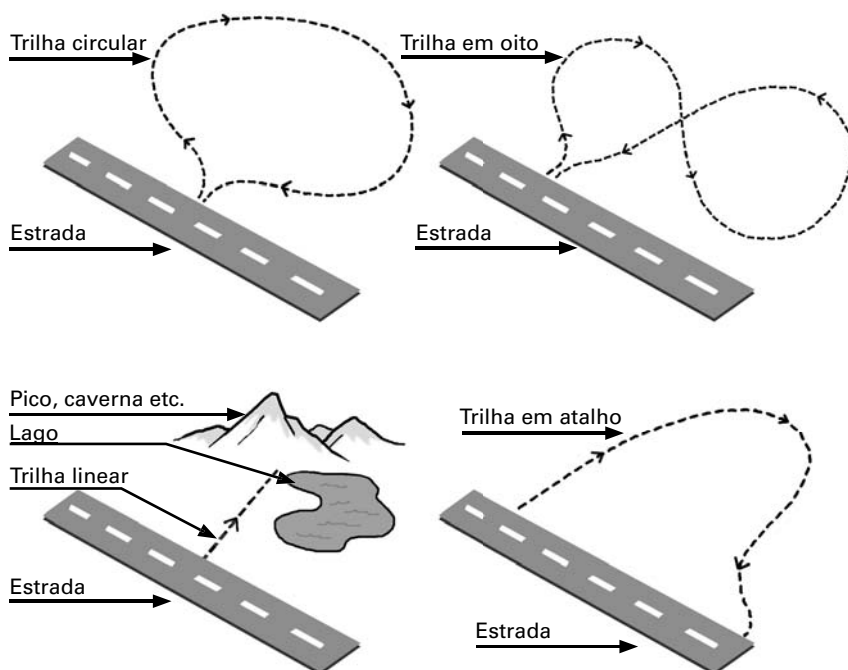


Figura 11.15: Classificação de trilhas segundo à forma

Fonte: Andrade (2005) adaptado por Costa (2006).



Para saber mais sobre os tipos de trilhas, seus níveis de dificuldade, como implantá-las ou mantê-las, acesse o texto de Waldir Joel de Andrade na internet em <http://paginas.terra.com.br/esporte/campodealtitude/textos/manejotrilhas.htm>

Conclusão

Os estudos referentes às trilhas e aos impactos provocados por seus diferentes usos são importantes para o planejamento e desenvolvimento do ecoturismo, tendo em vista que, uma vez estabelecida em unidades de conservação, as trilhas passam a ter um papel crucial no manejo e na conservação do meio ambiente local.

Cabe também aos usuários das trilhas uma parcela de contribuição na sua devida manutenção, buscando efetuar práticas que conciliem lazer, recreação e educação para a conservação ambiental, além do reconhecimento e da compreensão das culturas das comunidades locais, as quais também usufruem das trilhas.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Na tabela a seguir, estão apresentadas diversas atividades turísticas. Você deve relacionar quais você supõe que causem riscos ao visitante (acidentes ou impactos sociais negativos) e quais podem gerar impactos físicos às trilhas. Por isso, preencha as atividades relacionadas a seguir, quais você acredita causarem riscos (de acidente) ao visitante (impactos sociais negativos) e quais podem gerar impactos físicos às trilhas. Preencha a tabela com SIM, NÃO ou DEPENDE e explique o porquê:

Atividades / interesses	Impacto social, risco de vida ou acidentes?	Impactos físicos negativos às trilhas	Por quê?
Bóia-cross (<i>acquaraid</i>) - percorrer rios usando bóias			
Asa-delta, pára-quedismo, parapente, <i>paraglyder</i> , balonismo			
Acampamento (<i>camping</i>)			
Canyoning/ cachoeirismo (<i>cascading</i>)			
Canoagem (<i>canoeing</i> , <i>cayaking</i>) e <i>rafting</i>			
Ciclismo/ <i>mountain biking</i>			
Caminhadas e travessias (<i>hikking</i> / <i>trekking</i>)			

Mergulho livre e autônomo (<i>diving</i>)/flutuação (<i>snorkeling</i>)			
Montanhismo			
Observação astronômica			
Observação da fauna/flora/safári fotográfico			
Observação de pássaros (<i>birdwatching</i>)			
Passeio eqüestre/ enduro eqüestre			
Pesca amadora/ esportiva			
Visita em cavernas/ espeleomergulho (mergulho em cavernas)			
Visitas às comunidades locais/tradicionais			

Fonte: Copilado por Vivian Costa (2008), baseado em Sergio Salazar Salvati (disponível em http://ecosfera.sites.uol.com.br/ativ_ecotur.htm).

Resposta Comentada

Veja a seguir a tabela preenchida com as respostas corretas:

Atividades / interesses	Impacto social, risco de vida ou acidentes?	Impactos físicos negativos às trilhas	Por quê?
Bóia-cross (<i>acquaraid</i>) -percorrer rios usando bóias	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Deve-se usar equipamentos de segurança apropriados, como capacetes e salva-vidas, além de saber nadar e conhecer o percurso.</i>
Asa-delta, pára-quedismo, parapente, <i>paraglyder</i> , balonismo	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Exige treinamento e autorização de vôo.</i>
Acampamento (<i>camping</i>)	<i>NÃO</i>	<i>SIM</i>	<i>Pode causar impacto por causa do uso de barracas em áreas não autorizadas. O camping selvagem está dando lugar a campings credenciados.</i>

<i>Cannyoning/ cachoeirismo (cascading)</i>	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Precisa de equipamentos de segurança, preparo e saber nadar.</i>
<i>Canoagem (canoeing, cayaking) e rafting</i>	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Idem ao acima.</i>
<i>Ciclismo/ mountain biking</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>Exige capacete e equipamentos de segurança. O atrito da roda pode provocar a erosão do solo.</i>
<i>Caminhadas e Travessias (hikking/trekking)</i>	<i>SIM</i>	<i>DEPENDE</i>	<i>Equipamento e preparo físico para caminhadas de longa distância. Caminhadas simples não causam impactos sociais ou ambientais negativos.</i>
<i>Mergulho livre e autônomo (diving)/flutuação (snorkerling)</i>	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Equipamentos de mergulho livre não causam impactos.</i>
<i>Montanhismo</i>	<i>DEPENDE</i>	<i>SIM</i>	<i>Escaladas com alto grau de dificuldade podem exigir equipamentos e acompanhamento específico.</i>
<i>Observação astronômica</i>	<i>NÃO</i>	<i>NÃO</i>	<i>Binóculos e telescópios não causam impacto.</i>
<i>Observação da fauna/flora/safári fotográfico</i>	<i>NÃO</i>	<i>DEPENDE</i>	<i>Idem, porém devem ser realizados com cuidado (uso de torres e passarelas suspensas) para não afetar o habitat.</i>
<i>Observação de pássaros (birdwatching)</i>	<i>NÃO</i>	<i>DEPENDE</i>	<i>Idem, porém, devem ser realizados com cuidado (uso de torres e passarelas suspensas) para não afetar o habitat.</i>
<i>Passeio eqüestre/ enduro eqüestre</i>	<i>SIM</i>	<i>SIM</i>	<i>Exige equipamentos de montaria e capacete. Os dejetos de animais, além de poluir, aumentam a erosão pelo pisoteio.</i>
<i>Pesca amadora / esportiva</i>	<i>NÃO</i>	<i>NÃO</i>	<i>Equipamentos de pesca não causam impactos.</i>

Visita em cavernas/ espeleomergulho (mergulho em cavernas)	<i>SIM</i>	<i>NÃO</i>	<i>Exige acompanhamento por especialistas, pois as cavernas possuem abismos, travessias de rios e lagos internos e até quedas d'água. O Ibama exige plano de manejo da visitação e acompanhamento especializado. A fauna é extremamente sensível às alterações ambientais provocadas pela visitação. Os espeleotemas são frágeis. Exige-se certo esforço físico e equipamentos, alguns não tão baratos.</i>
Visitas às comunidades locais/ tradicionais	<i>DEPENDE</i>	<i>NÃO</i>	<i>Estudos antropológicos e socioambientais são necessários para se conhecer as fragilidades culturais de alguns povos, principalmente indígenas e quilombolas.</i>

Resumo

Os impactos positivos e negativos em trilhas ecoturísticas devem ser analisados principalmente em ambientes frágeis das unidades de conservação. No entanto, ainda são poucos os estudos nessa área. É preciso realizar mais estudos que não só quantifiquem os impactos em trilhas provocados pelos (eco)turistas, mas que também qualifiquem seu uso público, principalmente em função das experiências dos visitantes.

12

Formas de avaliar e monitorar a visitação no ambiente natural

Meta da aula

Apresentar as maneiras de se avaliar e monitorar a visitação e a prática do lazer/recreação em ambientes naturais, principalmente naqueles que são protegidos por unidades de conservação.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** definir o que vem a ser uso público em unidades de conservação e as diferentes formas de avaliá-lo e efetuar-lo;
- 2** identificar os diferentes métodos de avaliação e monitoramento da visitação e das práticas de lazer/recreação, com ênfase nas áreas legalmente protegidas, e reconhecer a aplicabilidade e eficácia dos métodos então descritos.

Pré-requisitos

Para o estudo desta aula, é importante que você revise as Aulas 1 e 6, que tratam sobre o conceito e a importância da recreação e do lazer no desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo; e sobre as modalidades de unidades de conservação que permitem o uso público.

Introdução

No início do nosso curso (no conteúdo da Aula 1) foram analisadas como as atividades de recreação, lazer e turismo se desenvolvem na natureza. Nesta aula, veremos como a visitação e as ações dela decorrentes podem ser avaliadas e monitoradas.

Estudos recentes têm mostrado que, nos últimos cinquenta anos, tem havido uma preocupação, por parte de ambientalistas, em ordenar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de lazer e recreação que estão atreladas à visitação, principalmente nas unidades de conservação de proteção integral do tipo Parque.



De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC –, a unidade de proteção integral do tipo Parque é a principal categoria de manejo a permitir a visitação. Além dela, somente a RPPN (Reserva Particular de Preservação da Natureza) e as unidades de conservação de uso sustentável (Aula 6) permitem ações de uso público, incluindo atividades de lazer, recreação e ecoturismo.

Entretanto, na prática, o que se tem verificado é um certo distanciamento entre o planejamento e a execução de medidas de avaliação e de monitoramento da visitação e da recreação nessas áreas.

No que se refere à visitação, a ênfase é dada no controle do número de visitantes que entram num Parque em detrimento da análise do seu perfil e do que efetivamente esses visitantes fazem quando ali permanecem, conforme veremos mais adiante.

Uso público e visitação em unidades de conservação

Uma das funções das unidades de conservação de proteção integral do tipo Parque definidas em seus planos de manejo é o uso público. De acordo com Hendee et al. (apud BARROS, 2003), o uso público compreende vários tipos de uso que podem ser desenvolvidos nas áreas naturais: recreativo, de lazer, turístico, comercial, científico, educacional e de desenvolvimento pessoal. A visitação é uma forma de uso público que pode, na sua essência, abranger uma ou mais dessas atividades. O ecoturismo, por exemplo, compreende pelo menos dois tipos de uso público relacionados à visitação: lazer e educação para conservação ambiental, podendo também estar associado a atividades recreacionais e científicas.

Quando estamos no interior do Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, ou em qualquer outra unidade de conservação, podemos exercer várias atividades de uso público relacionadas à visitação: caminhadas e/ou corridas (*trkking*), piqueniques, relaxamentos, exercícios de meditação, compras etc. (Figura 12.1).



Figura 12.1: Loja de suvenires no largo da Cascatinha – Parque Nacional da Tijuca (PNT).

Malta (2008), em sua dissertação de mestrado, destaca que a visitação nas áreas naturais protegidas tem crescido significativamente, principalmente nas unidades de conservação urbanas, a exemplo do Parque Nacional da Tijuca, localizado no coração da cidade do Rio de Janeiro. Barros e Dines (2000) mostram que o aumento do número de visitantes se deve a um conjunto de fatores, a saber: a) organização do setor formal do turismo; b) mais facilidades de acesso; c) crescente disponibilidade e qualidade de equipamentos; d) divulgação maciça dessas áreas e das atividades pelos meios de comunicação; e) oportunidades para a prática de atividades recreativas e turísticas em áreas naturais protegidas, principalmente em Parques.

Mas será que a visitação, acompanhada de diversas outras ações de uso público, tem sido monitorada pelos administradores das áreas protegidas?

Em alguns casos, sim, mas na grande maioria das vezes, não. A grande preocupação dos responsáveis pelas UC tem sido contabilizar o acesso de visitantes em detrimento de avaliar quem são, o que efetivamente fazem no interior dessas áreas e o que os motiva a fazê-lo.

Alguns pesquisadores (BARROS, 2003; MALTA, 2008) vêm procurando analisar o perfil do visitante, sua expectativa com relação à visitação e sua percepção sobre uma série de questões relativas à UC visitada: características físico-bióticas, problemas socioambientais decorrentes da visitação e o que o visitante pode fazer como contribuição à gestão da UC.



Figura 12.2: As cavernas são ambientes altamente frágeis para as práticas do ecoturismo, principalmente se a visitação não for controlada.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Um exemplo de discussão sobre a preocupação com a visitação intensiva pode ser medido pela notícia veiculada pelo *site* 360 graus (<http://360graus.terra.com.br/ecoturismo/default.asp?did=25403&action=reportagem>) sobre as cavernas do Vale do Ribeira, que recentemente (fevereiro de 2008) foram embargadas pela Fundação Florestal (FF), órgão gestor que colocou *banners* na entrada dos parques informando que a visitação estava suspensa por ordem do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o texto a seguir:

As unidades de conservação de uso sustentável admitem a presença de moradores e têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, sendo a APA (Área de Proteção Ambiental) o exemplo mais característico. As APA costumam ter um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído

por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

O(s) órgão(s) gestor(es) estabelece(m) as condições, normas e restrições para a sua utilização, inclusive para a realização de pesquisa e visitação pública, observadas as exigências e restrições legais.

Com base no exposto, dê um exemplo de APA ou de uma propriedade particular no estado do Rio de Janeiro que venha estabelecendo ou que ainda não tenha estabelecido normas e restrições de visitação pública em seu interior. Comente a respeito e consulte o *site* do Ibama no endereço <http://www.ibama.gov.br>, para saber mais detalhes sobre algumas APA no Brasil.

Resposta Comentada

Um dos exemplos representativos do controle da visitação e do uso público é a APA de Guapimirim, criada em 25 de setembro de 1984 pelo Decreto Federal nº 90.225. Com uma área aproximada de 14.000 ha, abrange a faixa litorânea dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim e Magé, no estado do Rio de Janeiro, e está sob a gestão do Instituto Chico Mendes. A APA de Guapimirim possui Plano de Manejo, publicado em 2001, mas vem sofrendo com problemas comuns às áreas costeiras, tais como poluição trazida pelos rios a montante, pertencentes às bacias hidrográficas que circunvizinham a baía de Guanabara, e por via marinha. Um dos objetivos propostos no referido plano é “estimular o desenvolvimento sustentável na região, oferecendo a APA como ponto central para atração do ecoturismo” (MMA, 2004, p. 81).



Figura 12.3: Ambiente de manguezal típico da APA de Guapimirim (RJ).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O Plano de Manejo foi aprovado pelo Conselho da APA de Guapimirim (Conapaguapi) em 2004, mas tem sido criticado quanto ao seu valor em relação à representatividade e legalidade do processo de planejamento participativo – inicialmente formulado pela entidade executora – e também quanto ao zoneamento proposto. Uma outra questão que se coloca são as condições e os processos de tomada de decisões do referido Conselho. Ainda é questionável a representatividade do conjunto de atores da APA de Guapimirim, por causa da inexistência de mecanismos institucionais para divulgação das decisões tomadas e das informações que envolvem a unidade de conservação, ficando estas restritas freqüentemente aos conselheiros. Os mecanismos de controle social ainda são desiguais e muito mais coercitivos do que dialogados (JULIÃO, 2008).

Complementando a idéia de ordenamento da visitação pública em unidades de conservação, consideramos que elaborar um circuito de ecoturismo para a APA de Guapimirim pressupõe que ao menos o planejamento e a gestão da visitação pública estejam definidos. Visitantes habituais e turistas se diferenciam conceitualmente simplesmente pelo fato de que o segundo precisa passar mais de 24 horas na região ou na cidade utilizando, em geral, algum meio de hospedagem para o seu pernoite. E, ainda, os turistas, por estarem fora de sua zona de convivência habitual, podem utilizar com mais intensidade alguns serviços e equipamentos turísticos de alimentação e informação.

Recordamos que dois dos princípios das Diretrizes de Visitação em UC reforçam a necessidade de estreita relação entre o Plano de Manejo e a proposta de visitação para UC, isto é, o planejamento e a gestão da visitação devem estar em pleno acordo com os objetivos de manejo da UC. Nesse instrumento de gestão, deve estar prevista a infra-estrutura mínima necessária para o desenvolvimento das atividades de visitação. Assim, podemos inferir que as estratégias de desenvolvimento da visitação pública no plano de manejo da APA de Guapimirim, apesar de normatizadas, ainda não estão efetivamente implantadas e deveriam receber uma atenção específica de seus administradores.



Para saber mais detalhes sobre a APA de Guapimirim, visite os sites:

http://www.bvnec.uerj.br/sist_naturais/guapi.htm

<http://www.guapi.com.br/html/historico/historico.htm>

<http://www.innatus.org.br/0apa.htm> – ONG Innatus.

Qual o limite da visitação em unidades de conservação?

Os princípios norteadores da visitação em UC estão previstos nas Diretrizes de Visitação Pública do MMA (2006) e, sucintamente, preconizam que: (a) o planejamento e a gestão da visitação devem estar de acordo com os objetivos de manejo da UC; (b) a visitação deve ser democrática, permitindo o acesso de todos; (c) o desenvolvimento das atividades de visitação requer a existência de infra-estrutura mínima, conforme previsto nos instrumentos de planejamento da UC; (d) a manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial; (e) a visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais; (f) o planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade e a satisfação das expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e à variedade das experiências, à segurança e às necessidades de conhecimento.

As atividades de visitação em áreas protegidas vêm requerendo uma série de estudos direcionados ao manejo dos visitantes, à determinação, ao monitoramento dos seus impactos e à definição de limites de uso. Como vimos na Aula 11, a determinação da capacidade de suporte ou de carga é um dos instrumentos muito utilizados pelos gestores e pesquisadores nas UC como uma importante ferramenta de manejo, apesar de muitos criticarem a sua aplicabilidade, pois baseia-se na quantidade (número) de visitantes que um local pode ocupar, sem se preocupar com a questão do comportamento do visitante, que é o que traz mais problemas à visitação e que pode prejudicar as áreas silvestres pelas atividades recreacionais não-monitoradas.



Figura 12.4: Pessoas percorrendo uma trilha em unidade de conservação. Um local com muitos visitantes poderá gerar uma má experiência para alguns visitantes, que podem não retornar mais.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Métodos de avaliação e monitoramento de visitação e de lazer/recreação

Ao longo dos anos, foram surgindo novas metodologias sobre Capacidade de Carga, formuladas por pesquisas e experiências de manejo, com novos conceitos e técnicas desenvolvidos principalmente em outros países, como os EUA, mas na realidade muitos pesquisadores acreditam que o mais importante no cálculo de capacidade de carga ou impacto é verificar quais são as condições biofísicas e de manejo da área protegida, e não simplesmente verificar o número de pessoas que visitam a área.

Nesse sentido, o limite da sustentabilidade do uso turístico de áreas protegidas não deve ser um problema, mas sim uma prática de administração eficiente. Segundo Rodrigues et al. (2003, p. 82), infelizmente o cálculo da capacidade de carga não tem sido, na maioria das vezes, acompanhado de um planejamento adequado dos locais visitados pela administração de unidades de conservação, principalmente em áreas ecologicamente frágeis.

■ **Espeleologistas**

São especialistas que estudam cavidades naturais do solo (grutas e cavernas).

■ **Relevo cárstico ou carste**

É o conjunto de feições subterrâneas e superficiais formadas em rochas calcáreas que são rochas sedimentares que contêm minerais com quantidades acima de 30% de carbonato de cálcio (aragonita ou calcita). Quando o mineral predominante é a dolomita, a rocha calcária é denominada calcário dolomítico.

Fontes: <http://fotolog.terra.com.br/jhfotografia:66> e Wikipédia <http://pt.wikipedia.org/wiki/Calc%C3%A1rio>

O turismo em Bonito (Mato Grosso do Sul), por exemplo, começou a se desenvolver a partir de 1992, quando expedições de **espeleologistas** franceses e brasileiros, acompanhados de equipes jornalísticas brasileiras e de outros países, começaram a divulgar “as belezas do **relevo cárstico** do cerrado da serra da Bodoquena, com suas grutas, rios límpidos, fauna e flora exuberantes” (RODRIGUES, op. cit., p. 132), sobretudo a gruta do lago Azul. Desse período para cá, foi sendo então disseminado o *slogan* de “paraíso ecológico” para toda a região de Bonito, o que alavancou o seu ecoturismo. Para “proteger” o paraíso de impactos ambientais negativos, iniciaram-se diversos estudos sobre a capacidade de visitação turística de seus recursos naturais, principalmente voltados para verificar as suas conseqüências para a fauna e a flora locais.

O poder público e a iniciativa privada de Bonito vêm permitindo a visitação, principalmente na gruta do lago Azul, no Aquário Natural Baía Bonita e no rio Sucuri, utilizando uma série de regras que visam afetar o mínimo possível a dinâmica da natureza. Tem sido estabelecido, por meio da determinação da capacidade de carga para cada atrativo, um limite máximo de turistas para cada passeio, que, segundo relatos dos guias locais, é definido pelo órgão ambiental estadual. No entanto, mesmo com essas medidas, ainda é possível identificar impactos na gruta do lago Azul, decorrentes, por exemplo, da construção de degraus, dos constantes toques e pisoteios nas rochas e do comprometimento das suas **estalactites** e **estalagmites**, além da descaracterização da paisagem com a instalação de grades (na entrada) e luz em certos locais.

■ **Estalactite**

Pende do teto de uma gruta e é resultante da precipitação do carbonato de cálcio trazido pela dissolução da água que circula no interior da gruta.



Fonte: <http://www.sxc.hu>

■ **Estalagmite**

Proveniente dos pingos d'água carregados de carbonato de cálcio que caem (pendem) do teto de grutas e cavernas.



Fonte: <http://www.sxc.hu>



Para saber mais sobre como as estalactites e estalagmites se formam, consulte o *site* <http://www.grutasalvados.com/website/estalact.htm>.



Figura 12.5: A observação de peixes em passeios aquáticos pelos rios de Bonito (Mato Grosso do Sul) é o seu melhor atrativo, seduzindo turistas do Brasil e do mundo inteiro.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Um Programa de Monitoramento Ambiental está sendo realizado por pesquisadores no Recanto Ecológico Rio da Prata, uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) situada na serra da Bodoquena em Bonito (MS), desde outubro de 2001, e tem por objetivo detectar e acompanhar, utilizando alguns métodos de monitoramento, os impactos (suas causas e efeitos) por meio de parâmetros físicos, biológicos e sociais. Tal estudo visa ainda contribuir com a conservação ambiental local e fornecer parâmetros de segurança aos visitantes e funcionários durante as atividades turísticas, além da melhoria da qualidade dos serviços.



Quer saber mais sobre o Programa de Monitoramento Ambiental em Bonito? Visite o *site* <http://www.bonitoweb.com.br/fotos/arquivos/59.pdf>.

Nessa perspectiva, diversos métodos de controle de visitação foram desenvolvidos na tentativa de recolher informações a respeito das causas e as possíveis soluções dos impactos sobre os recursos naturais, alguns utilizando, para isso, o conceito de capacidade de carga, mas sobretudo utilizando indicadores-chave (erosão na trilha, áreas de insolação) e padrões de uso (usados para diminuir impactos).

Em razão da insatisfação com essa metodologia, Wearing e Neil (2001) apresentam vários outros modelos desenvolvidos e propostos para manejar impactos: a) espectro de oportunidades recreativas (ROS – Recreation Opportunity Spectrum); b) limites aceitáveis de mudança (LAC – Limits of Acceptable Change); c) manejo de impacto de visitação (MIV ou VIM – Visitor Impact Management); d) modelo de gestão e otimização do turismo (TOMM – Tourism Optimisation Management Model); e) métodos de experiência do visitante e proteção dos recursos (VERP – Visitor Experience and Resource Protection), dentre outros.

Atualmente, o conceito de capacidade de carga considera tanto as variáveis ecológicas quanto as sociais e culturais. A OMT (2001) definiu capacidade de carga como sendo

o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local.

No caso de destinações, Ruschmann (2001, p. 113) alerta que, “quanto maior o desenvolvimento turístico das atrações, maior a probabilidade de elas ultrapassarem sua capacidade de carga”

Entretanto, não existe um limite claramente definido para a capacidade de carga, uma vez que a capacidade de um atrativo de uma área ou de um local depende de elementos culturais e naturais, que variam tanto espacial como temporalmente. A determinação da capacidade de carga recreativa é uma tarefa muito complexa, pois resulta da determinação e coleta de um grande número de variáveis físico-sociais, tais como: índice

pluviométrico da região estudada, característica topográficas da região, características faunísticas e florísticas, tipo do solo, tamanho da área a ser estudada, quantidade e qualidade dos equipamentos turísticos, declividade do terreno, nível de manejo da infra-estrutura (eco)turística da UC, entre outros parâmetros que são subjetivos ou não muito fáceis de serem mensurados.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

O perfil socioeconômico do turista que visita a principal trilha de acesso à Cachoeira de Deus do Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo – Itatiaia (RJ) foi traçado a partir da análise de 192 entrevistas, que forneceram também as opiniões, os desejos e as percepções do turista sobre a área visitada, ampliando, dessa forma, a metodologia de Cifuentes (1992), resultando no número de 129 visitantes/dia (SEABRA, 1999).

2. Se você fosse o gestor da referida unidade de conservação, como faria para pôr em prática (executar) a metodologia da capacidade de carga? Para você, essa seria a metodologia mais adequada para o manejo da visitação pública ou adotaria outra? Comente sua escolha com base no que foi estudado anteriormente e leia algumas partes da dissertação da autora como os capítulos de metodologia e as conclusões, no endereço eletrônico www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/LSSeabra.pdf.

Resposta Comentada

Como administrador do Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo (Itatiaia – RJ), a metodologia da capacidade de carga turística seria uma alternativa para o estabelecimento do número de visitantes da UC. Contudo, a prática de tal método, com o resultado de 129 visitantes/dia, poderia ser mais eficiente se aliada a outras metodologias de monitoramento da visitação, pois a pesquisadora cita que a quantidade de equipamentos de infra-estrutura e pessoal para acompanhar os turistas ainda era ineficiente por ocasião da pesquisa, e que deveriam ser realizados estudos mais elaborados sobre os seus efeitos no Plano de Manejo do Parque.

A autora conclui que o estudo do perfil do turista seria um grande aliado na “tomada de decisões futuras”, no que diz respeito ao planejamento da trilha para fins de visitação e na determinação do tipo de infra-estrutura adequada aos anseios dos visitantes. A metodologia de Cifuentes (op. cit.) se mostrou rica na determinação das variáveis físicas e ambientais coletadas pela autora da dissertação. Além dos ajustes nos parâmetros físicos utilizados (erosão), a mesma pôde obter melhor caracterização dos impactos observados na trilha. Foi possível ainda notar a adaptação que a autora fez com o uso mais qualitativo das variáveis ambientais, a partir da metodologia VIM ou MIV (Manejo de Impacto de Visitação) proposta por Stankey et al. (1985) e Graefe (1990), que também foi aproveitada por Mitraud (1997) para o Parque Nacional de Fernando de Noronha.

Com base no conhecimento adquirido pelo estudo, será mais eficiente se o Parque de Penedo utilizar estas últimas metodologias, pois elas permitem uma análise mais apurada sobre a percepção e o perfil dos visitantes no Parque. Como complemento ao planejamento mais adequado de suporte às atividades ecoturísticas da trilha, é recomendável aliar projetos de educação ambiental e participação social das comunidades próximas e dos visitantes da UC.

A visitação deve ser paga ou o uso deve ser efetivamente público?

Como vimos, a maneira mais comum de evitar ou minimizar os impactos negativos provocados por atividades recreativas nos ambientes naturais é restringir o uso, limitando a quantidade de visitantes. Porém, não é somente a quantidade de pessoas o único fator que provoca efeitos negativos ao meio ambiente, mas também o comportamento dos visitantes, o tipo de atividades que são desenvolvidas, além da época de realização da visita, e, por fim, as características biofísicas da área de uso.

Você pôde perceber (desde a Aula 6) que, apesar de as UC terem o propósito de proteger os recursos naturais, há um conflito de interesses entre a preservação e a promoção do uso da área. O ecoturismo praticado nessas áreas envolve exatamente esse dilema. No início da criação dos parques nacionais, estes tinham como objetivo a recreação e o lazer, e não a conservação como centro das suas funções, sendo, portanto, criados para esses fins,

aliando-se ao turismo. Recentemente, a política de áreas protegidas tem sido a da conservação dos recursos naturais e do efetivo controle de seus impactos por meio do (eco)turismo.

Conforme denotam Malta et al. (2007, p. 2-3):

Grandes esforços têm sido empreendidos no sentido de se medir, em termos econômicos, os benefícios socioambientais que as Unidades de Conservação (UC) geram. Apropriando-se dessas áreas naturais protegidas, o homem encontrou o lugar para a prática social do turismo ou para passar o tempo livre realizando atividades recreativas e lúdicas. O ecoturismo e a recreação são atividades que usam os recursos naturais de forma “indireta”, não retirando nada do ambiente, que é apenas apreciado, apresentando, dessa forma, uma afinidade incontestável com as UCs, particularmente os parques nacionais.

Alguns pesquisadores apontam o potencial educativo que o ecoturismo pode criar para mudar os rumos da degradação em áreas protegidas e o benefício que isso poderá trazer. A exemplo do que citam Rodrigues et al. (2003, p. 79):

Difícilmente será possível proteger as unidades de conservação sem que seja formado um grupo de usuários ou visitantes que as conhecem, entendem seu valor e estão dispostos a defender estas áreas, pois serão estas pessoas que vão apoiar os pressupostos necessários ao manejo da unidade e votar ou influenciar a favor de sua proteção.

Nesse sentido, o ecoturismo no Brasil está se tornando um dos principais caminhos para preservar nossas florestas, já que os ecoturistas estão cada vez mais conscientes da importância de se aliar lazer/recreação e proteção do meio ambiente. Nesse sentido, os visitantes e turistas estão dispostos a pagar taxas voltadas à preservação do Parque na forma de ingressos e doações, desde que tenham a garantia de que serão convertidos para tal.

Outro modo de a visitação proporcionar renda à população local é a oferta de oportunidades de emprego, como guias turísticos e guardas-florestais, bem como sendo funcionários

de hotéis e pousadas. Mas essas oportunidades devem ser apoiadas por iniciativas do poder público e privado de oferecer capacitação e tornar essa população especializada em receptivo e nas atividades de ecoturismo. Esse segmento pode fornecer oportunidades de fluxo de rendimento relativamente superior ao que receberiam a partir da venda de outros produtos, a exemplo das culturas agrícolas de pequena escala, no mercado local. Com o ecoturismo, o rendimento é obtido a partir da preservação do ecossistema, da redução da caça e da extração florestal.

Você verá mais detalhadamente o valor econômico do turismo e do ecoturismo na Aula 17.

Conclusão

Para ser sustentável, o ecoturismo exige um planejamento cuidadoso e orientações rigorosas quanto à visitação nas áreas protegidas. Número excessivo de pessoas, instalações inadequadas e má gestão do Parque podem significar o fim para o “eco” na implementação do turismo. Ecoturismo, quando realizado de forma sustentável, pode ser benéfico para as populações locais, para a economia e para o ambiente. Não deve ser restrito apenas às áreas legalmente protegidas, mas também deve ser promovido em áreas naturais que ainda não estejam sob o regime legal de uma UC. A presença de turistas, quando adequadamente gerida e controlada, pode ser a grande aliada do meio ambiente.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Leia atentamente o texto a seguir:

[...] na África Ocidental, ex-pescadores ilegais são contratados como guardas-parque, uma vez que têm conhecimento do local ainda selvagem. O ecoturismo também oferece a oportunidade para o progresso intelectual (educação) dos habitantes locais, como a formação destes em guias da vida selvagem. Através da educação, os filhos terão uma melhor chance de mudar de vida e melhorar a sua subsistência. Finalmente, as comunidades locais podem ganhar um rendimento complementar a partir da fabricação de artesanato.



Figura 12.6: Tzavo Nacional Park, um dos destinos mais visitados com potencial ecoturístico na África.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

[...] Vários países, incluindo a Costa Rica e a Malásia, estão enfrentando os efeitos adversos do turismo (que já não podem ser consideradas como 'eco'turismo). A Costa Rica é um bom exemplo de um país tropical onde o ecoturismo desenvolveu suas potencialidades em sua plenitude. Todo ano, centenas de milhares de estrangeiros visitam a Costa Rica. Muitos parques nacionais fazem do turismo do país a terceira maior indústria, atrás apenas do café e da banana. No entanto, alguns desses parques estão sendo impactados pelo grande número de turistas e, conseqüentemente, vêm perdendo espécies animais que procuram áreas longe do barulho dos seres humanos. Entretanto, no Bornéu, em

partes da Malásia, Sabah e Sarawak, ambientalistas estão preocupados com o extenso desenvolvimento do turismo. As construções locais exigem cortar madeira, resultando em desmatamento, enquanto a poluição e o esgoto são outros problemas, principalmente aos últimos ambientes intocados. Um afluxo maciço de turistas também pode ser prejudicial para as trilhas das florestas e assustador para a vida selvagem (MONGABAY, 2008).



Figura 12.7: Cachoeira em área protegida na Costa Rica, um bom atrativo explorado para visitação, mas que, se massificado, pode afetar a manutenção do ecoturismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Com base nos textos citados, responda:

- a. Como a população da África pode ter renda por meio do ecoturismo?
- b. Pode-se dizer que a Costa Rica e a Malásia são exemplos de destinos ecoturísticos onde a visitação se desenvolve por meio da proteção ambiental aliada ao uso sustentável do turismo? Isso vem ocorrendo também no Brasil?

Resposta Comentada

A prática do ecoturismo pode gerar renda não somente para os africanos, mas para qualquer outra nação que disponha de recursos naturais passíveis de serem explorados sob a ótica do lazer e da recreação. Entretanto, cada sociedade deverá promover ações previamente planejadas, norteadas pela cultura e economia locais. O continente africano reúne os países mais pobres do mundo, e a geração de renda pelo turismo na natureza pode se tornar uma importante fonte de sobrevivência de várias comunidades, muitas delas tribais. O estigma dos safáris africanos ainda move muitos turistas ao Velho Continente, mantendo atraentes vários de seus recursos naturais.

Países como a Costa Rica e a Malásia são tidos como altamente desenvolvidos no que diz respeito ao turismo na natureza, mas ainda apresentam problemas quanto à implementação do ecoturismo na sua essência. A questão mais complexa de se equacionar, tanto nesses países quanto no Brasil, é o controle da visitação e a implementação de práticas educativas que promovam o lazer aliado à conservação do meio ambiente. Conforme foi visto no decorrer da aula, apesar de o Brasil apresentar um número significativo de unidades de conservação, o monitoramento da visitação e a caracterização do perfil dos visitantes/turistas ainda são incipientes. Na prática, a administração das áreas legalmente protegidas tem priorizado outras ações de manejo, em detrimento da implementação do uso público correto e gerador de renda para as populações locais e para a própria unidade de conservação.

Resumo

A aula mostrou a importância da avaliação e do monitoramento do uso público nas unidades de conservação a fim de não gerar impactos negativos e, paralelamente, gerar recursos econômicos à sua própria manutenção. A discussão sobre os métodos e critérios de avaliação do número de visitantes e seu perfil, além do valor a ser pago para a conservação dos recursos naturais por meio do ecoturismo, vem sendo cada vez mais implementada em fóruns específicos, a exemplo do I e II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), realizados, respectivamente, nas cidades do Rio de Janeiro e Itatiaia, em 2005 e 2007.

13

Interpretação e percepção ambiental: importantes ferramentas para a conscientização do ecoturista

Meta da aula

Apresentar a importância da interpretação e da percepção do meio ambiente como veículo de conscientização do ecoturista quanto à conservação dos recursos naturais das áreas protegidas.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** diferenciar interpretação e percepção ambiental;
- 2** analisar como a interpretação e a percepção ambiental podem servir de aliados no correto desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo.

Pré-requisito

Para o estudo desta aula, é importante que você revise as Aulas 2, 11 e 12, que mostram como as várias modalidades de turismo na natureza devem ser desenvolvidas, causando satisfação do visitante, paralelamente à geração de mínimo impacto sobre os recursos naturais.

Introdução

Na aula anterior vimos a importância da visitação no contexto do uso público das áreas protegidas e como ela pode ser desenvolvida e monitorada no sentido de satisfazer as expectativas dos usuários, em sintonia com a conservação ambiental. Agora vamos tratar dos mecanismos que podem ser utilizados visando conscientizar o visitante/turista quanto à necessidade de seguir os preceitos básicos do ecoturismo, destacados na Aula 2, quais sejam: planejamento sustentável, inclusão social e educação para a conservação dos ecossistemas.

A visitação é uma forma de uso público que pode compreender uma ou mais atividades, conforme destacamos na Aula 12. Particularmente o ecoturismo compreende dois tipos de atividades consideradas fundamentais: lazer e educação para conservação ambiental, devendo ambos estar inter-relacionados e podendo ser motivados por práticas recreacionais. Mas para que isso aconteça de maneira eficiente o agente implementador das ações deve lançar mão da *interpretação* e da *percepção ambiental*, conforme veremos a seguir.

O que é interpretação ambiental?

Interpretação ambiental significa interpretar a natureza que está sendo visitada, ou seja, entender, sob o ponto de vista natural e cultural, o espaço que está sendo percorrido pelo visitante/turista (**Figuras 13.1 e 13.2**). Significa “a tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que os ecoturistas sejam informados e educados [...] deve despertar a curiosidade ressaltando o que é significativo” (COSTA, 2006, p. 23). Ela faz parte do planejamento e manejo de unidades de conservação (UC), particularmente no contexto do uso público.

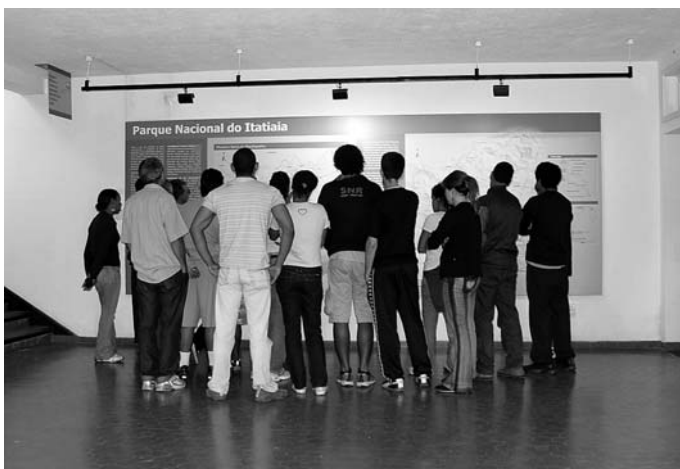


Figura 13.1: Alunos do curso de Geografia da UERJ em visita ao museu da administração do Parque Nacional de Itatiaia. A observação e interpretação de mapas e informações sobre as características físicas de uma unidade de conservação são muito importantes para estabelecer uma compreensão sobre essas características, sua história e cultura, a organização de sua ocupação, seu uso turístico, entre outros fatores.

Fonte: Vivian Costa, 2007.



Figura 13.2: A interpretação da paisagem também perpassa pela admiração e percepção de sua importância ambiental: recursos hídricos, tipo de solo, preservação da vegetação etc.

Fonte: Vivian Costa, 2007.

As diretrizes estabelecidas pelo Ibama para a visitação em áreas protegidas (BRASIL, 2006) destacam que a interpretação ambiental deve ser adotada “como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental”, utilizando-se de diversas técnicas, de forma a “desenvolver a consciência, apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita em uma experiência enriquecedora e agradável”. Nas diretrizes, é destacado que o projeto de interpretação ambiental deve ser desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de maneira participativa, envolvendo as comunidades locais, sendo uma ferramenta de minimização de impactos negativos.

Ikemoto (2008) enfatiza que a interpretação ambiental “deve também utilizar uma linguagem acessível ao conjunto de visitantes, levar em conta os objetivos gerais e específicos da UC e ser fundamentada em informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais locais, visto a particularidade de cada localidade”. Segundo Hanai; Netto (2006 apud IKEMOTO, 2008):

A ausência de um programa adequado de visitação, com roteiros interpretativos adequados, desvaloriza o potencial da área visitada. A elaboração de roteiros interpretativos é uma das grandes prioridades para a promoção da conscientização e da sensibilização do visitante. Quando não há infra-estrutura ou programas de visitação, o turista desvaloriza o aproveitamento e a apreciação da área visitada e do local turístico. O turismo bem planejado permite que ocorram a conscientização ambiental e uma melhor experiência de visitação na natureza, satisfazendo as expectativas dos visitantes. O projeto de visitação às áreas naturais auxilia na sua conservação e valoriza os patrimônios naturais e culturais existentes.

Ikemoto (2008) destaca também que, para que ocorra um programa de interpretação ambiental eficiente em uma unidade de conservação, torna-se necessário levar em conta os seguintes fatores: caracterização do perfil do visitante (idade, profissão, sexo etc.) e sua motivação/expectativas em relação à UC; definição clara dos objetivos da interpretação ambiental; realização de um

inventário interpretativo (realização de levantamento de campo) dos recursos locais; escolha dos meios e das técnicas de mínimo impacto apropriadas e de acordo com o perfil de visitantes da UC; e a avaliação dos resultados a partir do monitoramento que garanta o aperfeiçoamento e a adequação do programa de interpretação ambiental.

Costa (2006) ressalta que a interpretação ambiental é uma poderosa ferramenta de educação ambiental para a solução dos problemas de manutenção e conservação dos recursos naturais.

Delgado (2000, p. 156) afirma:

“É uma atividade educativa, que não necessariamente faz parte de um processo, mas de uma estratégia de manejo para minimizar os problemas decorrentes do uso público de uma determinada área ou região”.

Entretanto, o Projeto Doces Matas (2002) menciona que a interpretação ambiental nas UCs brasileiras é incipiente, e Ceballos Lascurian (1996 apud FRANCO, 2000), em seu trabalho sobre ecoturismo em áreas protegidas, destaca a deficiência de infra-estrutura adequada para o seu desenvolvimento e aponta como razões: o desconhecimento, por parte dos gestores, sobre as técnicas de interpretação e de seus benefícios potenciais; a deficiência de recursos humanos qualificados e a falta de conhecimento dos recursos locais que permitam planejar e implementar as atividades interpretativas.

Mecanismos de interpretação ambiental

A interpretação ambiental pode ser realizada por meio de vários recursos, e a escolha da melhor forma de implementá-la irá depender de vários fatores, dentre eles o público-alvo e a temática a ser trabalhada.

Os recursos a serem utilizados devem ser adequados a cada tipo de público, procurando-se usar linguagens compatíveis e compreensíveis, tornando a visita estimulante e atraente.

Que recursos são esses?

Os recursos interpretativos são veículos (ou mecanismos) de interpretação da natureza, traduzindo-se em sinalização e/ou distribuição de material ilustrativo, bem como em outras formas que conduzam o usuário ao conhecimento do significado dos componentes e das relações da natureza.

Já os meios não personalizados são aqueles que independem de um guia ou intérprete, a exemplo das trilhas autoguiadas, exposições, publicações etc.

As trilhas, particularmente, constituem-se em veículos de condução de visitantes às áreas protegidas, sendo a principal infraestrutura de manejo em locais de elevada atividade turística (COSTA, 2006). Seus conceitos, tipologias e importância foram detalhados na Aula 11.



■ Mateiro

É um recipiente de couro semelhante a uma bolsa, usado para guardar erva-mate (fonte: Wikipédia – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mateiro>). Porém, esse termo, quando aplicado à pesquisa botânica, refere-se à pessoa entendida em ervas, plantas e seus nomes, famílias e mesmo gêneros científicos das plantas das florestas. Esse termo também é muito empregado para aquela pessoa que é moradora local há muitos anos em uma região de floresta e que “guia” outras pessoas pelos caminhos e trilhas locais, mostrando seus conhecimentos populares sobre as espécies nativas.

Trilhas guiadas

As trilhas guiadas são aquelas que necessitam de um guia que conduza a visitação. Nas trilhas guiadas, a interpretação do guia/conductor de ecoturismo é a alma de uma boa visitação. Essa interpretação estabelece um canal de comunicação e uma relação afetiva entre o intérprete e os visitantes.

A preparação física e técnica, aliada aos conhecimentos ecológicos do guia/conductor de ecoturismo, são os principais instrumentos de investigação e interpretação da região a ser conhecida. Além disso, a vocação natural e a experiência do guia/conductor de ecoturismo também são fundamentais para o sucesso da trilha.

A preparação, o conhecimento e a experiência para a interpretação de trilhas são adquiridas em cursos especializados, em livros, praticando caminhadas e acompanhando o trabalho de guias/condutores de ecoturismo mais experientes ou de *mateiros*.

Vários tipos de passeios guiados podem ser desenvolvidos. O intérprete pode fixar previamente os locais de parada e os temas a serem trabalhados, sem que o público possa designar novas investigações. Outra possibilidade é aquela em que as observações vão acontecendo à medida que os eventos aparecem (animais, floração etc.) ou de acordo com as motivações dos usuários. Entretanto, as mais interessantes são aquelas em que o intérprete trabalha estabelecendo uma estratégia de abordagem que satisfaça interesses específicos de determinado grupo.

Trilhas autoguiadas

As trilhas interpretativas autoguiadas têm como principal função facilitar a caminhada e permitir o contato dos visitantes com o meio ambiente sem a presença do guia. Assim, recursos visuais e gráficos indicam a direção a seguir, os elementos a serem destacados (árvores nativas, plantas medicinais, ninhos de pássaros etc.) e os temas desenvolvidos (***mata ciliar***, recursos hídricos etc.).

Podem ser autoguiadas através de placas numeradas ou por meios escritos ou visuais dispostos na trilha (SALVATI).

Mata ciliar ■

É a designação dada à vegetação que ocorre nas margens de rios e mananciais. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como uma espécie de “cílio”, que protege os cursos de água do assoreamento (Fonte: Wikipédia – http://pt.wikipedia.org/wiki/Mata_ciliar).

Segundo o Projeto Doces Matas (2002), a seleção dos recursos interpretativos a serem usados deve ser coerente com o planejamento geral da Unidade de Conservação, embora, na prática, algumas atividades de interpretação sejam desenvolvidas, circunstancialmente, de forma isolada e pontual. Dessa forma, a escolha dos recursos deve levar em conta as características locais particulares, sendo diferenciada para cada UC. O **Quadro 13.1** representa algumas dessas atividades e meios de interpretação ambiental freqüentemente desenvolvidos em UCs. É importante ressaltar que a interpretação ambiental não se resume à sinalização, folhetaria ou exposição de fotos; ela se define em função de como são revelados o significado e as relações da natureza por meio da utilização de meios e atividades diversas.

Com relação aos meios, podem ser de duas naturezas: personalizados e não-personalizados (PROJETO DOCES MATAS, 2002). Os meios personalizados são aqueles que proporcionam uma integração entre o público e o guia/intérprete, a exemplo das trilhas guiadas, das palestras/conferências, jogos etc.

Quadro 13.1: Meios de interpretação ambiental recorrentes em UCs

Meios de interpretação	Pontos positivos	Pontos negativos	Tipos
Publicações	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo custo - Possibilidade de levar para casa - Informações detalhadas e sistematizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Passíveis de virar lixo - Passíveis de não serem lidos - Não respondem às dúvidas - São de difícil atualização 	Mapas Folhetos Cartazes Roteiros impressos Guia para identificação de espécies
Trilhas	<ul style="list-style-type: none"> - Vivência direta com o meio natural - Concilia recreação com educação ambiental - Principal fator de motivação à visita em UCs 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecem risco ao visitante, caso seja mal planejada e sem manutenção - Podem ter alto custo de implantação, dependendo do projeto de trilha 	Guiada Autoguiada
Placas	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitam visita autoguiada - Agregam atratividade às trilhas - Sinalizam informações importantes para o visitante 	<ul style="list-style-type: none"> - Podem ter alto custo de implantação ou manutenção. - São de difícil atualização 	Placas Pôsteres Documentos fixos
Palestras	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade ampla de atualização e inovação, com palestrantes convidados - Atendem grandes grupos - Podem ser ministradas fora das UCs, atingindo diversos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> - O palestrante pode não ser um bom comunicador - Distanciamento da experiência direta com o meio natural 	
Exposições	<ul style="list-style-type: none"> - Podem ser transportadas para outros locais, atingindo diversos públicos - Baixo custo de manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Alto custo de implantação - Não representam uma experiência direta do recurso 	Coleções botânicas Pegadas Coleções de fauna Pôsteres temáticos Fotos
Modelos	<ul style="list-style-type: none"> - Permitem visualização, algo que não é diretamente perceptível devido a sua escala, raridade etc. - Baixo custo de manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Alto custo de implantação - Podem ser incompreensíveis, se mal elaborados e na ausência de um intérprete 	Maquetes Diagramas Figuras esquemáticas

Audiovisuais	<ul style="list-style-type: none"> - Podem ser ministradas fora das UCs, atingindo diversos públicos - Atendem grandes grupos - Permitem visualizar algo que não é diretamente perceptível, devido a sua escala e raridade etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - São de difícil atualização - Distanciamento da experiência direta com o meio natural 	Vídeos Filmes Transparências Slides
Práticas em campo	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitam melhor entendimento de um determinado conteúdo - Lúdicas e altamente atrativas 	<ul style="list-style-type: none"> - Podem ser dispendiosas - Podem requerer pernoite - Limitadas a pequenos grupos 	Atividades acadêmicas Experimentos
Dramatizações	<ul style="list-style-type: none"> - São provocantes e lúdicas - Agregam atratividade cultural à visita 	<ul style="list-style-type: none"> - É dispendioso reproduzir cenários - Requerem tempo e disponibilidade dos visitantes - Atingem pequeno público, devido à sua restrita ocorrência 	Ativa Passiva
Jogos e dinâmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Atendem públicos infanto-juvenis - São provocantes e lúdicos - São de baixo custo e manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Requer tempo e disponibilidade dos visitantes 	
Simulações	<ul style="list-style-type: none"> - São provocantes e lúdicas - São ideais para divulgar as ações desenvolvidas na UC 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessitam de funcionários - Requerem disponibilidade do visitante 	

Fonte: Adaptado de Projeto Doces Matas, 2002.

Os meios podem ser divididos em duas modalidades: os meios personalizados ou não-personalizados (**Quadro 13.2**). Os meios personalizados são aqueles que proporcionam uma interação entre o público e o guia ou intérprete, tais como trilhas guiadas, palestras ou conferências, dramatizações, jogos, dinâmicas e práticas de campo. Os meios não-personalizados, por sua vez, são aqueles que independem de um guia ou intérprete, como, por exemplo, trilhas autoguiadas (com placas), exposições, publicações e modelos.

Quadro 13.2: Modalidades de meios de interpretação

Modalidades	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Meios Personalizados	<ul style="list-style-type: none"> - Permitem contato pessoal com o intérprete - Permitem ao visitante tirar dúvidas - Controle mais efetivo da integridade do patrimônio - Permitem atualizações - A interpretação pode ser adaptada em função do público 	<ul style="list-style-type: none"> - A qualidade da interpretação depende do guia - Por atenderem a um pequeno público, não são recomendadas a locais com grande demanda de visitação - Demandam funcionários da UC quando não há condutores cadastrados externos
Meios não-personalizados	<ul style="list-style-type: none"> - Dão liberdade ao visitante - Permitem que o visitante siga seu próprio ritmo - Permitem acesso independente da presença do guia - Atendem grandes públicos - Disponibilizam funcionários para realizar outras atividades na UC 	<ul style="list-style-type: none"> - Não respondem dúvidas - São suscetíveis ao vandalismo - Não são suscetíveis a adaptações - Alto custo de manutenção ou atualização - Seu conteúdo deve ser nivelado somente para um tipo de público.

Fonte: Ikemoto (2008).



Figuras 13.3 e 13.4: Trilhas bem sinalizadas, com placas de direção, nomes e setas, demonstram que são de fácil acesso e por isso podem ser consideradas autoguiadas, ou seja, não necessitam do acompanhamento de guias e são consideradas como um exemplo de modalidade de meio de interpretação não personalizado. Placas das trilhas do Pico da Tijuca e do Pico do Papagaio (Parque Nacional da Tijuca – RJ).

Fonte: Foto cedida por Ricardo Rodrigues Malta (2006).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Imagine que você é um guia e que esteja conduzindo um grupo de turistas por uma trilha de uma unidade de conservação. Mostre que aspectos você destacaria no processo de interpretação ambiental da região.

Resposta Comentada

Em geral, os guias/condutores levam os visitantes em trilhas que atravessam áreas florestadas, com presença de mirantes, cachoeiras e demais atributos que estimulam a curiosidade e o interesse por estar em contato com a natureza. Entretanto, tais atributos são pouco explorados por ambos (guias e usuários), visto que, na maioria das vezes, o interesse é apenas contemplativo. O lúdico, paralelamente à transferência de informações científicas e conservacionistas, deve ser implementado no contexto da interpretação ambiental. Atividades recreacionais e relaxantes deverão ser estimuladas como forma de fixar informações e motivar a conservação dos recursos naturais.

O que é percepção ambiental e seu elo de ligação entre cognição ambiental, lazer e recreação

De acordo com o dicionário *Aurélio* (2004) a palavra percepção é o “ato, efeito ou faculdade de perceber”. Tudo o que está a nossa volta é passível de ser percebido.

A percepção, como uma das expressões da cognição, isto é, processo de aquisição do conhecimento, caracteriza-se pela apreensão dos objetos e dos sentidos, como por exemplo: árvores, sons, calor, casas, na ocasião da estimulação sensorial. O objeto de percepção (ou o seu veículo) consiste nas qualidades sensíveis proporcionadas pelos predicados fornecidos pela imaginação, com base na experiência anterior atribuída ao objeto percebido.

Pode-se então dizer que “a percepção consiste em afirmar que, através da capacidade de processamento de informação do sistema cerebral e sensorial, conhece-se o mundo externo e objetivamente real” (CAEIRO, 2005).

Desta forma, conforme conceito de Whyte (1977), a percepção é a maneira pela qual o homem sente e compreende o meio ambiente (natural ou citado por ele).

Del Rio; Oliveira (1999) sugerem que existam atributos específicos na formação da realidade percebida (**Figura 13.5**):

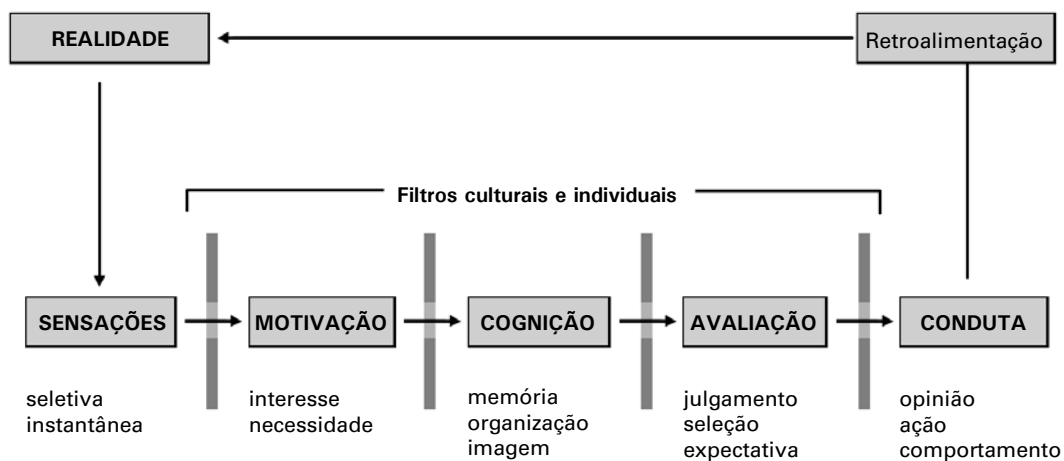


Figura 13.5: Esquema teórico do processo perceptivo.

Ainda segundo Del Rio; Oliveira (1999):

“O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas”.

A percepção ambiental significa perceber o ambiente natural que está sendo percorrido e/ou visitado, por meio das emoções e dos sentimentos do visitante, externados de várias formas e resultantes do contato direto com os recursos do meio físico (água, ar e solo) e do meio biótico (plantas e animais).

Malta (2008) destaca que através da percepção é possível desenvolver uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza,

definindo estratégias para a preservação e melhoria da qualidade ambiental e de vida das pessoas.

Entretanto, Neiman (2008, p. 25) ressalta que:

A análise do comportamento humano, nas suas mais variadas vertentes, dentre elas a afetividade e o encantamento proporcionado pelo contato com a natureza, constitui um vasto campo de pesquisa que ainda merece melhor tratamento no que se refere a sua ligação com a educação ambiental.

Em sua tese de doutorado, que trata sobre “A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza”, o referido autor destaca que os vínculos emocionais com a natureza e as experiências nela desenvolvidas são poderosas ferramentas em defesa do meio ambiente. Na prática, ainda são poucos aqueles visitantes e/ou educadores que efetivamente utilizam esse recurso para entender e proteger o meio ambiente. A cognição (relembre o que significa revisando a Aula 2), realizada pela pura e simples transferência de informações do guia ou educador para o visitante, tem sido a forma mais freqüente de se conhecer um pouco da realidade ambiental da área que está sendo visitada.

No Brasil, os estudos relativos à percepção ambiental surgiram na década de 1970 na Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, SP (UNESP de Rio Claro), tendo como precursoras as geógrafas Livia de Oliveira e Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado (PACHECO; SILVA, 2006).

Percepção ambiental e suas relações com o turismo de natureza

Como você pôde perceber no item anterior, o estudo da percepção ambiental vem determinando uma série de reflexões teóricas e práticas sobre como devem ser aplicadas, considerando o rápido desenvolvimento tecnológico de nossa sociedade (urbanização acelerada, meios de transportes mais eficientes), além do fato de

o lazer e a recreação estarem cada vez mais ligados a essas ações aceleradas da sociedade moderna, tão necessitada de consumo e de produtos mais naturais como uma tentativa de diminuir o ritmo urbano e voltar às suas origens – a natureza.

Esse mundo moderno visual, de cores e formas variadas, e cada vez mais exigido por essa sociedade, tende a usar percepções espaciais (busca de lugares mais distantes) e temporais (viagens mais rápidas e com mais ação). Como acentuam Oliveira; Machado (2004, p. 132):

“A Percepção é o conhecimento que adquirimos através do contato atual, direto e imediato com os objetos e com os movimentos, dentro do campo sensorial [...]. Quando se trata da percepção ambiental, o que mais interessa é a visão.”

No turismo, as pessoas procuram vivenciar, na prática, suas expectativas sobre o local visitado, ou seja, o que imaginavam encontrar e o que desperta a sua emoção. Mas, associado ao aspecto emocional, elas acabam por agregar aos espaços e lugares percebidos e vividos, em vários momentos, os valores relacionados aos seus sonhos e suas fantasias de consumo. “O produto turístico é um bem a ser consumido, com características próprias e bastante diferenciado dos bens materiais, tangíveis” (PINHEIRO, 2004, p. 47). Neste sentido, como é mostrado na **Figura 13.6**, a interação do perceptor com o meio que o envolve e que com ele se relaciona faz com que vivencie o ambiente relacionado aos seus valores individuais e subjetivos, resultando em diferentes graus de satisfação e insatisfação que também estão correlacionados ao estágio de integridade desse ambiente (paisagem, infra-estrutura, serviços etc.) e com o qual interage por meio de processos cognitivos e perceptivos integrados.

No turismo, em suas diversas modalidades, tais como o eco-

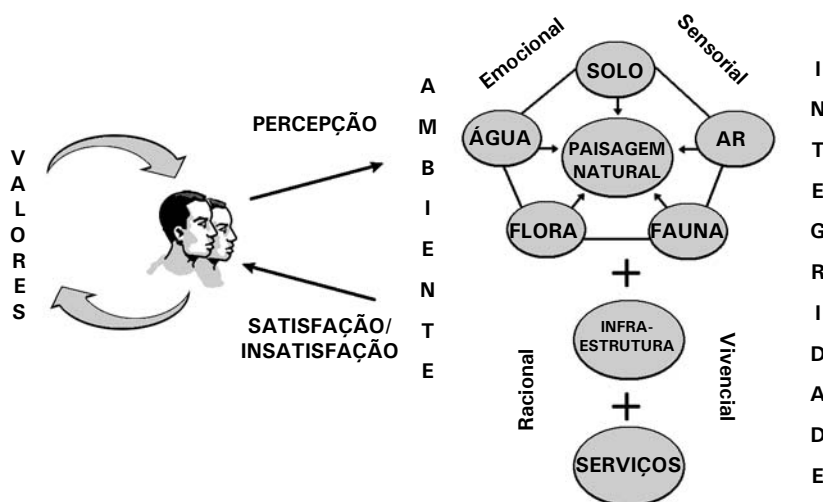


Figura 13.6: Interação entre o perceptor e o meio ambiente.

Fonte: Pinheiro (2004).

turismo, há uma busca para se atender às diferentes motivações do consumidor (turista). Logo, o consumo do produto (eco)turístico está implícito à experiência única e própria de cada indivíduo, com reflexos diferenciados quanto ao grau de interatividade e satisfação.

Bruhns (1999, p. 130-136) acredita que, apesar de o maior referencial do homem no mundo ser o seu próprio corpo, cada vez mais ele tem menos possibilidade de vivenciar o contato com a natureza, tornando-se insensível, em face do modo de vida moderno, ou seja, quando o homem procura a natureza, já não a compreende mais, dificultando suas interações e seu melhor aproveitamento.

Portanto, a procura pela natureza nos momentos de lazer – além da fuga do estresse urbano – tem sido motivada pela curiosidade em conhecer algo que não está próximo ao seu cotidiano e a sua experiência vivida.

Se os gestores das unidades de conservação, local propício ao desenvolvimento do ecoturismo, entendessem que existem diferentes condutas e respostas advindas de seus visitantes, seria mais fácil compreender suas expectativas e empreender ações de planejamento e práticas efetivas que possibilitassem melhores

interações entre estes e o ambiente, aumentando seu grau de satisfação e defesa da conservação ambiental, conforme afirma Pinheiro (2004, p. 50):

Na formação e implementação do produto turístico, três componentes devem ser planejados e interagidos harmoniosamente na manutenção da integridade do ambiente, conferindo maior satisfação ao visitante e ao mesmo tempo uso racional dos lugares: a qualidade do atrativo; estruturas físicas mais adequadas ao ambiente e ao uso que se propõe; serviços prestados profissionalmente em coerência sociocultural. Torna-se necessária uma análise territorial com vistas à implantação de equipamentos de recreação e lazer, ao uso adequado dos recursos e ao envolvimento da comunidade local. Conseqüentemente, seu estudo assume um caráter social, já que, além dos componentes paisagísticos naturais e construídos, engloba ainda as manifestações cognitivas e afetivas do homem visitante e o local.

Conclusão

No desenvolvimento do ecoturismo, a interpretação ambiental é a principal ferramenta de cognição e conservação do meio ambiente. Entretanto, a ela deve estar associada a percepção dos recursos que estão sendo explorados durante a visita das unidades de conservação. Essa percepção deverá ser conduzida e estimulada por ações que façam aflorar as emoções sobre aquilo que está sendo vivenciado, como forma de efetivamente promover a educação para a conservação do meio ambiente local.

Atividade Final _____



Atende aos Objetivos 1 e 2

Veja o vídeo sobre o PETAR – SP (Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira), realizado por alguns alunos da disciplina “Percepção Ambiental”, disponibilizado na internet pelo endereço eletrônico <http://br.youtube.com/watch?v=DaZbgmMctC0>

Descreva o que você sentiu ao ver as imagens e as mensagens do



Figura 13.7: Um dos grandes atrativos no PETAR são suas cavernas. Muitas delas parecem reproduzir figuras e criam cenários impressionantes e inesquecíveis ao olhar dos turistas, fazendo com que agucem os sentidos da visão e da imaginação.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

vídeo. Podemos considerar a atividade da turma como autoguiada pelas trilhas e paisagens do PETAR?

Depois, defina o que você entendeu por “Percepção Ambiental” e qual a relação com o ecoturismo.

Agora assista a um segundo vídeo (disponível também na internet em http://br.youtube.com/watch?v=7H28-_x3s5k&feature=related), de um segmento que faz parte do *trade* turístico, ou seja, uma empresa que vende pacotes ecoturísticos para grupos, chamada “Sem limites – ecoturismo e eventos”, e compare com o primeiro vídeo. Observe que os turistas fizeram uma visita guiada pelo PETAR. Então, descreva a diferença das atividades desse vídeo para o primeiro. Será que os visitantes fizeram ecoturismo com percepção ambiental? Como a atividade poderia ser desenvolvida considerando os pressupostos do ecoturismo?

Resposta Comentada

O primeiro vídeo mostra que o grupo de estudantes, em uma visitação autoguiada, estava em sintonia com a natureza do PETAR, usufruindo da paisagem e interpretando as condições ambientais ao seu redor, detectando os impactos negativos trazidos pela ocupação desordenada: o lixo e a degradação dos recursos naturais, dentre outros. Ao mesmo tempo, procurou captar e ressaltar os conhecimentos adquiridos, por parte dos visitantes, sobre o meio ambiente, mostrando o que sentiu (as sensações e emoções) ao ter contato direto visual e experiencial com os recursos naturais do Parque, tais como: cachoeiras, rios, matas, grutas, inclusive a população local e seus costumes.

O segundo vídeo sobre a visitação do PETAR, esta sim uma visita guiada por profissionais (guias cadastrados), demonstrou um processo mais mercadológico de consumo da paisagem, onde o ambiente é apenas um coadjuvante no vídeo, pois o que mais chama a atenção são as possibilidades de ação nas atividades na natureza, mais voltadas ao turismo de aventura, do que propriamente (os pressupostos) o ecoturismo. A cognição, o contato do visitante com os costumes e as tradições locais, a comunidade em geral que deveria estar inserida no processo a partir de atividades de interpretação e educação ambiental não foram considerados, tanto pelos praticantes (visitantes) quanto pelos agenciadores do ecoturismo (guias da empresa). Apenas foram privilegiadas imagens das ações e experiências de lazer e recreação na natureza entre os visitantes.

Neste sentido, a percepção ambiental não foi utilizada, como pôde ser constatada nas imagens e mensagens do vídeo, dando espaço apenas ao consumo da paisagem e ao marketing promocional da empresa e de seus tipos de atividades ditas “eco”turísticas. O “eco” tem apenas valor econômico, em vez de valor de aprendizagem ou de vivência na natureza (sentimentos e emoções).



Para saber mais sobre o PETAR, acesse o site do Wikipédia em http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Estadual_Tur%C3%ADstico_do_Alto_Ribeira

Resumo

No decorrer da aula, é possível entender a importância da interpretação, da percepção e da cognição ambiental no desenvolvimento do ecoturismo, sendo as trilhas o principal veículo de condução desses processos. Deve-se ressaltar que as emoções e as sensações sobre a natureza visitada e percorrida devem ser exploradas tanto pelo guia/condutor das atividades quanto pelo usuário que realiza uma visita autoguiada, numa ação integrada de uso público nas áreas protegidas. Estimular os sentimentos vivenciados durante as visitas é considerada uma maneira eficaz de consolidar conhecimento e implantar a consciência conservacionista.

Exemplos de interpretação da natureza foram citados e discutidos na aula, destacando-se os aspectos positivos de sua implementação e as formas equivocadas de se conduzir a visitação em áreas naturais.

14

Meta da aula

Apresentar a inserção e a importância da educação ambiental (EA) nas atividades ecoturísticas e como o ecoturismo pode ser um relevante veículo de educação para a conservação da natureza.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** analisar o papel e a importância da educação ambiental (EA) no contexto do desenvolvimento sustentável do ecoturismo, destacando como devem ser implementadas as ações educativas para a conservação do ambiente visitado;
- 2** explicar como o ecoturismo pode ser uma poderosa ferramenta de conservação ambiental.

Pré-requisitos

Para o estudo desta aula, é importante que você revise as Aulas 2, 11 e 13, que mostram como as várias modalidades de turismo na natureza devem ser desenvolvidas de maneira correta, causando a satisfação do visitante, paralelamente à geração de mínimo impacto sobre os recursos naturais; o papel das trilhas na condução das ações de educação ambiental e a interpretação ambiental como ferramenta de conscientização sobre a proteção dos recursos naturais.

Introdução

Na Aula 13, vimos a importância da interpretação ambiental como forma de efetivamente conhecer a natureza e saber como conservá-la/preservá-la. Interpretar e perceber (percepção) os locais visitados é o caminho mais importante para conciliar educação ambiental e ecoturismo.

Contemplar e curtir a natureza tem se tornado uma necessidade crescente do homem moderno, e o ecoturismo tem sido o caminho mais eficiente para realizá-lo, desde que esteja alicerçado em ações educativas para a conservação do meio ambiente, ou seja, na educação ambiental.

Vamos, então, discutir a respeito!

Quando e como surgiu o conceito de educação ambiental

Em termos internacionais, o termo “educação ambiental” (Environmental Education) surgiu em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha (DIAS, 1998). Naquela época, foi acordado que a educação ambiental seria parte da educação de todos os cidadãos, sendo vista como conservação ou ecologia aplicada. Quatro anos depois, foi fundada na Inglaterra a Sociedade para a Educação Ambiental, e a rede de televisão BBC, de Londres, colocou no ar um programa que promoveu debates sobre a questão ambiental. Paralelamente, nos EUA, era publicado o primeiro número do *Jornal de Educação Ambiental*.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente veio bem mais tarde, como reflexo da Conferência de Estocolmo (denominada Conferência da ONU – Organização das Nações Unidas – sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida na Suécia, em 1972).



Figura 14.1: The Swedish Royal Palace (Palácio Real de Estocolmo), Suécia.



A Conferência de Estocolmo reuniu na cidade homônima, em 1972, representantes de 113 países, com a finalidade de estabelecer um conjunto de diretrizes globais para a preservação/conservação do meio ambiente do qual o homem é parte integrante (DIAS, 1998).

Considerada um marco “histórico-político internacional”, a Conferência definiu um Plano de Ação Mundial e recomendou o estabelecimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental.



Para saber mais sobre a Conferência de Estocolmo e as Principais Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e Documentos Resultantes, acesse o *site* http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html.

Em 1973, foi criada pela Presidência da República a Secretaria Especial de Meio Ambiente – Sema –, com o objetivo de fazer a gestão integrada dos recursos ambientais. Entretanto, em termos de educação ambiental, as ações ainda eram limitadas pelos interesses políticos daquela época e pela falta de uma política educacional.

Entretanto, o grande marco da EA no Brasil e no mundo foi a realização, em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), em 1975, da 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Unesco com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma.

A partir da conferência de Tbilisi, em 1977, definiu-se como objetivo básico da educação ambiental:

[...] fazer com que os indivíduos e as coletividades compreendam a natureza complexa do meio ambiente criado pelo homem, resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram

os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente na preservação e na solução dos problemas ambientais e na questão da qualidade do meio ambiente (NEIMAN, 2002).



Figura 14.2: Toda a década de 1970 foi marcada por querer romper com a visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a atividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de a espécie humana ser parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Foi também nessa época que os ingleses publicaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (Pnuma-Unesco: 1975-1995), em que a educação era pensada para a conservação. Havia uma preocupação com os problemas de degradação (deterioração) ambiental no contexto dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos, o que foi acentuado com a Convenção para a Diversidade Biológica, em que foi reforçada a necessidade de se criar uma consciência de educação voltada para a população.

No entanto, a efetiva incrementação de ações voltadas para a EA só ocorreu em meados da década de 1990, quando a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) começou a substituir o termo “educação ambiental” por “educação para o desenvolvimento sustentável”. Em maio de 2004, ocorreu um manifesto a favor do argumento sobre esse novo conceito, por meio da I Conferência Internacional sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Braga, Portugal.

Quem deve promover a educação ambiental?

A rigor, qualquer cidadão pode (e deve) promover ações voltadas à conservação do meio ambiente. Entretanto, promover a educação com essa finalidade, ou seja, a educação ambiental, envolve conhecimentos que só devem ser transferidos à sociedade por especialistas, sejam educadores, sejam profissionais da área ambiental.

Esses profissionais, em geral, fazem parte de instituições, empresas e organizações governamentais e não-governamentais que se preocupam e/ou desenvolvem estudos sobre meio ambiente. Tanto no Brasil como em outros países, o poder público tem se encarregado muito mais de estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento da EA do que de efetivamente realizar ações educativas voltadas à conservação da natureza. Em geral, é a iniciativa privada e as ONGs quem vêm fomentando e realizando tais atividades.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Identifique uma organização (governamental ou não-governamental) brasileira que desenvolva projetos e/ou ações de EA, procurando exemplificar suas atividades.

Procure exemplos nos seguintes *sites*:

<http://www.rebea.org.br/revbea.htm>

<http://sibea.mma.gov.br/dcsibea/>

<http://www.redeceas.esalq.usp.br/links.htm>

Comentário

São inúmeras as organizações (governamentais e não-governamentais) que se dedicam a projetos voltados para a EA. Um exemplo no estado de São Paulo de uma organização não-governamental (ONG) que desenvolve projetos de EA associados ao ecoturismo é o Instituto Physis Cultura e Meio Ambiente, sediado em São Carlos, que surgiu em 1991 com o objetivo de pesquisar e implementar programas de educação ambiental (NEIMAN, 2002). O Instituto promove o ecoturismo, desenvolve projetos educacionais em conjunto com instituições de ensino, sendo parceiro de UCs e de instituições públicas e privadas que apóiam a conservação da natureza.

De acordo com seu fundador:

A seriedade do trabalho, as constantes melhorias na organização das atividades e a formação da equipe conquistaram grande reconhecimento por parte das instituições de ensino com quem trabalha e por parte de mais de 7.500 pessoas que participaram de suas atividades. O trabalho de educação ambiental e ecoturismo participativo rendeu ao Physis o segundo prêmio SENAC de Turismo Ambiental e concorreu a um prêmio internacional, o Conservation International Ecotourism Excellence Award (NEIMAN, 2002).

Um outro exemplo, agora na cidade do Rio de Janeiro, é a ONG Grude (Grupo de Defesa Ecológica), que já realizou e vem realizando vários projetos de educação ambiental, capacitação de monitores ambientais e em ecoturismo.



Para saber mais informações sobre o Instituto Physis Cultura e Meio Ambiente e o Grude, visite os *sites*:
<http://www.physis.org.br> e <http://www.grude.org.br/ogrude.php>.

Relação da educação ambiental com o ecoturismo

Nos últimos anos, o crescimento do turismo, particularmente do ecoturismo, tem sido considerável, e os empresários desse segmento estão otimistas com essa fonte crescente de recursos, que se mostra ecologicamente viável e economicamente lucrativa, podendo contribuir para a resolução de uma série de problemas, particularmente nas Unidades de Conservação, a exemplo da manutenção e fiscalização de seus ecossistemas.

Entretanto, o principal dilema das Unidades de Conservação, principalmente aquelas localizadas em áreas urbanas densamente ocupadas, é a preservação da integridade ecológica, concomitantemente ao uso do potencial de seus recursos para o lazer e a recreação. Nesse sentido, a EA se constitui numa poderosa ferramenta de conciliação das duas ações.

Existem iniciativas qualificadas como “ecoturísticas”, no Brasil, que se implantam de forma oportunista e não comprometida. Como desdobramento do problema, em diversos encontros nacionais e internacionais sobre o tema, tem sido evidente o grau de distorção conceitual sobre o que vem a ser ecoturismo. Essa divergência

filosófica, ideológica e conceitual talvez represente o tópico central a ser equacionado e mais bem trabalhado, como ponto de partida para o desenho estratégico de programas efetivos de manejo e EA a serem implantados em UC. Isso significa realizar fóruns específicos no nível dos conselhos gestores das áreas protegidas.

As atividades turísticas têm se desenvolvido de tal forma que os indivíduos escolhem os lugares que vão visitar, muitas vezes, por critérios que associam aspectos peculiares e especiais, ou seja, pela “personalidade do lugar”, pelas características ambientais mais fortes, acabando por relacionar a natureza com os seus costumes e relações socioculturais e individuais.

Em relação à natureza, o que o turista pode exigir? Uma bela paisagem?

Até onde sua capacidade de percepção pode ir?

Segundo Tuan (1980, p. 72),

A avaliação do meio ambiente pelo visitante é puramente estética. É a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e valores dos habitantes. (...) sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros.

A experiência e a visão de mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois o contato direto com a paisagem permite ao indivíduo construir seu espaço perceptivo, justificando, assim, um estudo de paisagens da natureza, conduzindo para a elaboração de programas de educação ambiental. No entanto, um mesmo lugar pode ser vivido de diferentes formas, e a paisagem pode deteriorar-se, se for usada para exercícios da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não, como por exemplo a transformação dos espaços naturais para implantação de edificações.



Figura 14.3: A educação ambiental em trilhas pode ser utilizada por meio do contato com a natureza e da percepção da relação de compreensão do papel das áreas protegidas. Exercício de percepção e interpretação ambiental em trilhas no Parque Nacional da Tijuca (PNT-RJ).

Algumas razões merecem destaque para a utilização do turismo ecológico, particularmente em Unidades de Conservação, tanto do ponto de vista ambiental quanto do socioeconômico.

Uma dessas razões é que a atividade ecoturística deve levar em conta as características das comunidades locais (dos receptivos), colaborando com a mentalidade comercial do núcleo, a fim de permitir e promover melhores meios de sobrevivência e qualidade de vida para sua população.

Barreto e Sorrentino (1996) destacam “o isolamento das Unidades de Conservação em relação à comunidade em geral”, exceto em poucas atividades em que as comunidades se tornam apenas receptoras de informações, com destaque para a importância dessas áreas para o meio ambiente.



Figura 14.4: Os índios pataxós têm suas aldeias no sul da Bahia e plantam coco, abóbora, melancia, abacaxi, além de vender na cidade, todos os dias, o seu artesanato. Sua cultura pode ser vinculada ao ecoturismo, principalmente ao utilizar o artesanato como fonte de renda alternativa.

Outra questão a se considerar refere-se às bases econômicas que norteiam o verdadeiro ecoturismo, que são antagônicas às do turismo de massa, orientado para aumentar os lucros em vez de resultados. É preciso lembrar que todo tipo de turismo tem um custo ambiental e/ou cultural.

Paralelamente a isso, as localidades turísticas têm dificuldades em solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre esses serviços é multiplicada e, às vezes, são impróprias a um aporte maior de visitantes em épocas de alta temporada e fins de semana prolongados. Por sua vez, na formação de centros turísticos, a população nativa é freqüentemente afastada de seu local de moradia e de sua atividade de origem.

Essas considerações nos permitem destacar que a abordagem perceptiva ambiental e a educação ambiental, tanto das populações locais como de seus visitantes, são significativas para o entendimento das relações resultantes das experiências vividas com as paisagens das áreas preservadas e que podem, também, servir de fundamentação para a implantação de programas cujo

objetivo seja o de melhorar a qualidade de vida da população, reforçada pela elaboração de propostas de educação ambiental para essas comunidades.

Manosso (2001) destaca que a EA para aqueles que praticam o ecoturismo deve ser desenvolvida de maneira diferenciada da forma tradicional. Segundo ele, o ecoturista deve ter um mínimo de conhecimento sobre as características ambientais da área onde serão efetuadas as atividades e sobre as relações socioambientais existentes, considerando que as UCs têm características próprias e, muitas vezes, únicas, que devem ser levadas em conta nos trabalhos de capacitação do público-alvo.

Nesse sentido, uma avaliação espacial multi e interdisciplinar dos vários aspectos do meio físico-biótico e socioeconômico de uma UC torna-se fundamental, como subsídio às práticas educativas.

Uma das formas mais eficientes para transferir tais conhecimentos, tanto para os visitantes quanto para os moradores do interior e do entorno de uma área protegida, é por meio da realização de cursos de capacitação para professores, particularmente das escolas situadas em sua periferia. Esses serão os verdadeiros difusores de conhecimento para os interessados não somente em conhecer a UC, mas também em participar ativamente da proteção de seus recursos naturais. Os professores devem compreender ações de educação ambiental formal e informal.



Educação ambiental formal

A educação ambiental formal significa a educação no ensino, ou seja, nas escolas públicas (sistema oficial) e particulares. Visa capacitar alunos e professores dos Ensinos Fundamental e Médio, Supletivo e Profissionalizante para o conhecimento e a implementação de ações de educação ambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) produzidos com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) inseriram a temática ambiental nas escolas não como uma disciplina, mas como articulação das diversas áreas do conhecimento.

Educação ambiental informal

A educação ambiental informal é aquela realizada fora das escolas, conduzidas por profissionais de diversas áreas, sem seguir padrões e normas preestabelecidos. Em geral, as ONGs e as empresas privadas são os principais responsáveis por seu desenvolvimento.

Segundo Tabanez et al. (1996), no que diz respeito à educação informal, o processo é complexo, porém necessário, na medida em que seus idealizadores serão os responsáveis pela implantação de uma conscientização conservacionista, numa geração altamente receptiva de conhecimento e ávida por aplicá-lo em termos práticos e efetivos, quais sejam as crianças e os adolescentes.



Foto: Vivian Costa

Figura 14.5: Exemplo de educação ambiental informal realizada por meio de conscientização de guias regionais de ecoturismo da APA de Fernando de Noronha – Pernambuco.

Existem muitos guias turísticos contratados por escolas para realizar atividades de EA ligadas ao ecoturismo. A função dos guias, muitas vezes, é a de coordenar o trabalho do grupo, realizando a parte operacional da viagem, pois são encomendados, muitas vezes, pelas instituições de ensino. São contratados profissionais de várias áreas tais como História, Geografia e Biologia, que realizam esse trabalho de explicação do local visitado. A sobreposição de funções do profissional de educação com o especialista que acaba exercendo a função de guia coloca em xeque o verdadeiro preparo para lidar com as questões vinculadas à educação.

Pouquíssimos guias turísticos ou profissionais especialistas que prestam serviços a operadoras têm capacitação ou investem em aprimoramento profissional pessoal na área de pedagogia, na compreensão dos requisitos mínimos para a transmissão de conhecimentos, na compreensão dos conceitos de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, transversalidade e outros, muito utilizados na área da educação e fundamentais para realizar um bom trabalho educativo (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 68).

A interpretação da natureza pelas trilhas como veículo de educação ambiental

Como foi dito anteriormente, a interpretação ambiental não somente promove a informação, mas proporciona e incentiva a integração do homem com a natureza. Nesse sentido, a interpretação serve como uma ferramenta da educação ambiental para a solução dos problemas ligados à manutenção e conservação de áreas naturais e vem se destacando como importante instrumento de “manejo de visitantes”, como afirma Delgado (2000, p. 156):

É uma atividade educativa, que não necessariamente faz parte de um processo, mas de uma estratégia de manejo para minimizar os problemas decorrentes do uso público de uma determinada área ou região.

Como esse mesmo autor denota, as atividades interpretativas podem chegar a formar parte de uma estratégia educativa e ser uma importante arma redutora dos impactos socioambientais das atividades econômicas humanas, principalmente quando integradas ao turismo de massa.

Como você viu na Aula 11, a implantação de trilhas em Unidades de Conservação deve ser pensada para que o visitante interprete a natureza, principalmente quando se tem a presença e a participação de um guia ou intérprete. As trilhas interpretativas guiadas são também denominadas, por outros pesquisadores,

trilhas interpretativas personalizadas. Tais trilhas são as mais indicadas para a implementação de atividades de educação ambiental em áreas naturais, pois é o mais conhecido instrumento que guias turísticos e intérpretes utilizam para planejar a visita em UCs e o método que mais apresenta facilidades na transmissão de conhecimentos em programas de EA ao ar livre.

A relação do guia com a educação ambiental formal deve ser repensada no Brasil, já que a

[...] A ligação entre turismo e educação formal precisa aprofundar a capacitação dos guias na área da educação, caso contrário, os guias não deveriam estar exercendo atividades educativas, uma vez que fazem com uma visão muito simplista e fragmentada, alheia às linhas pedagógicas mais modernas que estão sendo debatidas na escola (MENDONÇA; NEIMAN, p. 68).

As trilhas interpretativas se diferenciam de outras trilhas (das que são simplesmente voltadas a caminhadas e excursões), pois exigem um planejamento adequado das atividades recreativas a serem desenvolvidas e de seus produtos turísticos, já que “ganham tratamento interpretativo quando indicadas às paradas de interpretação, ou ainda possuir placas interpretativas nos lugares mais estratégicos (DELGADO; p. 164). Tabanez et al. (1997, p. 89) também destacam essa diferenciação, afirmando que as trilhas interpretativas proporcionam “oportunidade de contato direto com o ambiente natural, direcionado ao aprendizado e à sensibilização” dos visitantes e turistas que as utilizam.



Figura 14.6: Alunos de escola pública municipal realizando atividade lúdica (aprendizado que mistura jogos, brincadeiras e conhecimentos adquiridos) com um guia. Exemplo de educação ambiental formal sendo realizada em uma trilha de unidade de conservação (Parque Estadual da Pedra Branca – RJ) – projeto realizado pelo Grupo de Estudos Ambientais (GEA) – Instituto de Geografia – UERJ.

Nesse sentido, as operadoras de turismo precisam ter critérios mínimos para que possam oferecer os serviços de interpretação e/ou educação ambiental. Além disso, nas áreas legalmente protegidas, deve existir uma perfeita parceria entre o ecoturismo, a interpretação através de trilhas e a educação ambiental, pois só assim haverá um maior e melhor aproveitamento das atividades que certamente têm que contemplar simultaneamente: conhecimento científico, apreciação dos recursos naturais e redução dos impactos socioambientais.

Conclusão

A educação ambiental pode utilizar o ecoturismo como uma importante ferramenta de desenvolvimento de suas práticas, visto que seus objetivos se complementam mutuamente. O ecoturismo está na EA assim como a EA está no ecoturismo! O meio ambiente deve ser mantido em constante estado de conservação por parte daqueles que o visitam e o contemplam, e a educação ambiental continuada torna-se uma poderosa arma nesse sentido, podendo estar aliada ao lazer e à recreação. As unidades de conservação devem ser manejadas através dessas atividades.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Elabore um roteiro de visitação em uma trilha em unidade de conservação com o intuito de incentivar a interpretação e educação ambiental formal. Faça de conta que você levará uma turma de alunos de uma escola de ensino fundamental para esse passeio. Você terá que mostrar como deverão ser realizadas as atividades de ecoturismo na UC.

Comentário

Existem trilhas em muitas unidades de conservação onde a visitação pode ser realizada e estimulada por práticas de educação ambiental. Na cidade do Rio de Janeiro, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), localizado na Zona Oeste, possui uma trilha especialmente criada com a finalidade educativa, denominada Trilha do Rio Grande. Ela é plana, pequena (aproximadamente 900 m), de fácil acesso (localizada na entrada da sede do Parque), apropriada para excursão de escolas (educação ambiental formal), na medida em que ela é toda sinalizada para fins educativos, cabendo ao professor, em parceria com guias e monitores do parque, elaborar atividades recreativas para serem desenvolvidas durante todo o seu percurso, em complemento ao conteúdo existente em suas placas informativas. O professor poderá também convidar um profissional qualificado (recreador educacional), ou até mesmo um guia local, para promover práticas específicas direcionadas para cada perfil de público. O professor deverá orientar os alunos para que a trilha seja bem explorada, atentando para a beleza da floresta, seu cheiro, suas cores, seus sons e também seus principais problemas. Os moradores do interior e do entorno da área protegida, a exemplo da comunidade Monte da Paz (PEPB), deverão estar inseridos no processo, configurando, assim, a presença dos três princípios básicos do ecoturismo: lazer, educação para a conservação e inserção social.

Resumo

A educação ambiental permeia várias especialidades, dentre elas o ecoturismo. A aula mostrou como se dá essa interação. Destacou o papel do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento de ações conjuntas de lazer e educação para a conservação do meio ambiente, bem como destacou o papel da sociedade no efetivo cumprimento da cidadania no que concerne a sua inclusão nas práticas educativas. Exemplos de ações concretas e bem-sucedidas neste sentido foram destacados, tais como a atuação do Instituto Physis Cultura e Meio Ambiente.

15

Comunidades e conservação do patrimônio natural e cultural por meio do ecoturismo

Meta da aula

Mostrar como as comunidades populacionais, principalmente as tradicionais, podem contribuir para a conservação/preservação do patrimônio natural e cultural de uma determinada região utilizando o ecoturismo como ferramenta de trabalho.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** saber diferenciar comunidades tradicionais das demais comunidades populacionais;
- 2** avaliar como as populações (tradicionais ou não) podem contribuir para a conservação/preservação do patrimônio natural e cultural por meio do ecoturismo.

Introdução

Uma das maiores preocupações de ambientalistas e pesquisadores que desenvolvem ações e/ou projetos relacionados com o turismo na natureza, particularmente o ecoturismo, é com a inclusão social. Esse é um dos pilares do ecoturismo! A participação da população como um todo, principalmente daquelas pessoas que residem no entorno das áreas de alto potencial turístico, tem sido uma das principais cobranças do poder público e da própria sociedade, visto que elas poderão contribuir (e ao mesmo tempo usufruir econômica e ambientalmente) para o sucesso da atividade em bases sustentáveis.

As populações ditas “tradicionais” são as que mais têm a contribuir e, paradoxalmente, são as mais alijadas do processo de planejamento e desenvolvimento do ecoturismo, conforme veremos mais adiante.

O que é uma população (sociedade) tradicional?

Atualmente, tem-se falado com muita frequência em populações tradicionais e de sua importância na conservação da natureza. Diegues (1996) é um dos mais conceituados ambientalistas a discutir a questão, em seu trabalho *O mito da natureza intocada*. Ele ressalta que existem terminologias similares (sociedade tradicional, culturas tradicionais, entre outras) e que há diferentes formas de se analisar essas sociedades por parte das ciências humanas, particularmente da Antropologia, de acordo com as diversas escolas e tendências. Na realidade, há intenso debate e certa confusão sobre o significado dos termos “populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais”. Na grande maioria das vezes são usadas como sinônimos, as diferenças são muito sutis e dependem, como foi dito, do enfoque que é dado. O conceito do Banco Mundial (DIEGUES, 1996, p. 81) para “povos nativos” sofreu adaptações e, em 1991, entrou em substituição ao termo “povos tribais”, aplicando-se aos povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características:

- ligação intensa com os territórios ancestrais;
- auto-identificação e identificação pelos outros grupos culturais distintos;
- linguagem própria, muitas vezes, não a nacional;
- presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- sistemas de produção, principalmente voltados para a subsistência.

Em geral, as culturas tradicionais fazem parte de sociedades mais amplas que, segundo Foster (1971, apud DIEGUES, 1996), são englobadas nas “sociedades parciais”, nas quais as cidades exercem um papel significativo. É importante destacar que existe uma relação entre as populações tradicionais e as demais populações de determinada região, em diferentes graus. Muitas vezes essas relações não são harmônicas, havendo conflitos de interesses, conforme será mostrado mais adiante.



Um exemplo de culturas tradicionais em conflito com as sociedades mais amplas, e que vem diferindo nas opiniões e ações sobre a preservação do meio ambiente, é a população de pescadores da restinga da APA de Maricá (RJ), que, recentemente, se viu cercada pela construção de um *resort*, de propriedade de um consórcio imobiliário transnacional, conforme pode ser visto no vídeo *Restinga de Maricá*, disponível em <http://br.youtube.com/watch?v=d4e6WSq12tA> – Parte 1 e em <http://br.youtube.com/watch?v=grVV9xXPIY8> – Parte 2, ou através da notícia publicada *online* no jornal *A Nova Democracia*, intitulada *Grilagem transnacional avança na Restinga de Maricá*, disponível em <http://www.anova-democracia.com.br/index.php/Grilagem-transnacional-avanca-na-Restinga-de-Marica.html>.

Relações das sociedades com a natureza

Um aspecto importante a ser destacado são as relações que as sociedades efetuam com a natureza. Isso é um processo antigo! Desde o momento em que o homem começou a se organizar para extrair dela os recursos necessários à sua sobrevivência, começou a travar diversas relações, em sua grande maioria unilaterais, ou seja, em busca do seu bem-estar em detrimento da manutenção da integridade de seus componentes, quais sejam: solo, ar, água, vegetação e fauna. Dasmann (1989, apud DIEGUES, 1996) distingue dois tipos de sociedade em função de suas relações com a natureza: “os povos dos ecossistemas” e os “povos da biosfera”. Os primeiros vivem em harmonia com os ecossistemas, por meio do uso sustentável dos recursos naturais; já os segundos fazem parte das sociedades utilitaristas, ou seja, compostas por indivíduos pertencentes a uma economia global de alto consumo e poder transformador da natureza, causando impactos de intensidades e magnitudes diversas.

Gonçalves (1990, p. 125), em seu trabalho *Os (des) Caminhos do Meio Ambiente*, destaca que “[...] toda sociedade-cultura cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo que institui as suas relações sociais”. Isso significa dizer que cada sociedade, com a sua cultura e economia, determina formas específicas de exploração dos recursos naturais, que podem ser corretas ou não.

Teoricamente, as sociedades tradicionais estabelecem uma relação harmônica com o meio ambiente! A que se deve isso? Ao conjunto de fatores antes citados, principalmente a ligação intensa que as populações nativas têm com os seus territórios, desenvolvendo atividades relacionadas basicamente à sua sobrevivência. Em geral, extraem apenas os recursos de que necessitam, procurando conservar os elementos do meio físico-biótico que lhes são básicos, criando hábitos peculiares que se harmonizam com a natureza que os cerca. Disso decorre uma série de conflitos com as demais populações, cujos interesses são, muitas vezes, antagônicos no que diz respeito à conservação do meio ambiente local.

Mas não podemos achar que essas comunidades são inflexíveis às mudanças impostas pelas sociedades nas quais estão inseridas. Muitas delas se ajustam às transformações socioambientais, econômicas e culturais dos tempos atuais, mas sem deixar de manter suas características básicas. Outras acabam perdendo parcialmente (ou quase totalmente) a sua identidade, participando, inclusive, das ações de degradação ambiental. Muitas tribos indígenas do Sudeste brasileiro, onde a urbanização é crescente, passam ou passaram por esse processo. Outras, a exemplo das tribos da Amazônia, lutam para impor suas raízes e costumes, paralelamente à conservação da natureza.



Figura 15.1: Índia com pintura, artefatos e ornamentação feitos com produtos retirados da natureza, típicos de sua cultura e de suas raízes ancestrais. Esse é um atrativo que pode ser motivado nas comunidades indígenas para ser aproveitado como conhecimento e educação ambiental no ecoturismo.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Mencione um exemplo de comunidade tradicional que convive com outras comunidades, procurando relatar suas relações sociais e seu envolvimento com atividades turísticas.

Veja alguns exemplos de comunidades tradicionais como o **caiçara**.

■ Caiçara

Refere-se ao modo de vida dos nativos de uma faixa do litoral brasileiro voltada para a economia de subsistência – que compreende a roça e a pesca – e a características culturais peculiares (PRADO, 2005). Antônio Carlos Diegues define em seu trabalho *Enciclopédia caiçara – O olhar do pesquisador* a cultura caiçara como “a forma pela qual as comunidades praianas ou praieiras do Sudeste organizam a produção material, as relações sociais e simbólicas dentro de um determinado contexto espacial e cultural” (DIEGUES, 2004, p. 22).

Alguns *sites* de consulta sobre exemplos das atividades dos caiçaras e sua inserção no (eco)turismo:

Cultura caiçara em Paraty (RJ) –

http://www.praianegra.com.br/ponta_negra/cultura_caicara.html

I Encontro de Cultura Caiçara (Paraty – RJ) –

http://www.paraty.com/index.php?option=com_content&task=view&id=590&Itemid=1

Núcleo Cultural Caiçara em SP (Artigo) –

<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo36.pdf>



Figura 15.2: Exemplo de caiçaras pescando em Búzios (RJ).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Comentário

Um dos exemplos mais representativos da convivência entre duas comunidades (tradicionais e não-tradicionais) que se relacionam motivadas pelo turismo ocorre na Ilha Grande, no sul fluminense. São dois tipos de comunidade que coexistem em toda a ilha: as nativas (tradicionais) e as não-nativas (PRADO, 2005).

Do primeiro grupo, faz parte a população denominada caiçaras; do segundo, aqueles que vieram de fora, ou seja, que não nasceram no local e que passaram a residir na ilha em função do turismo.

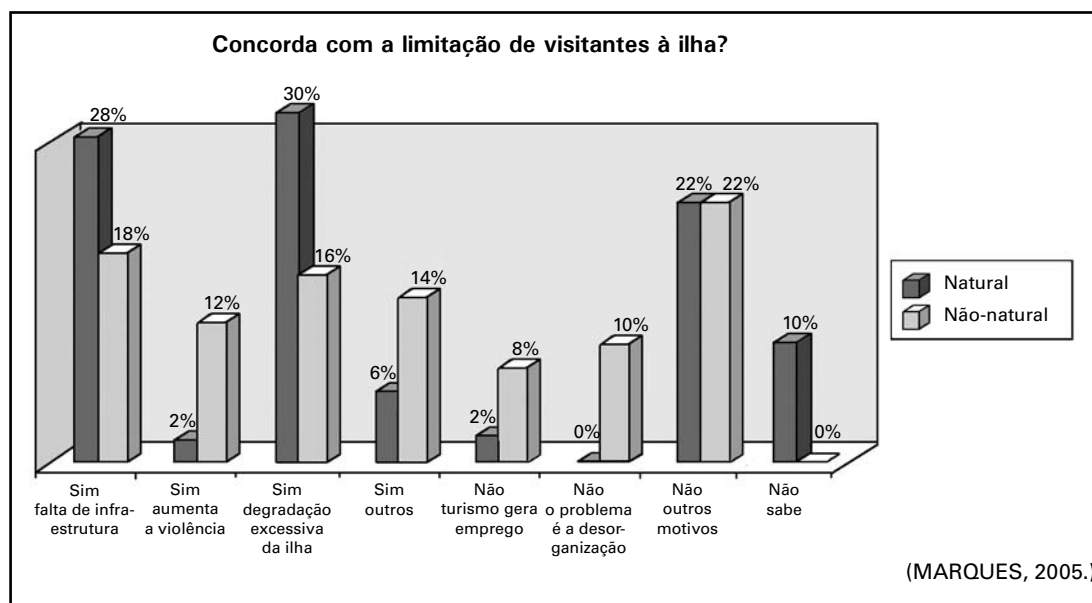
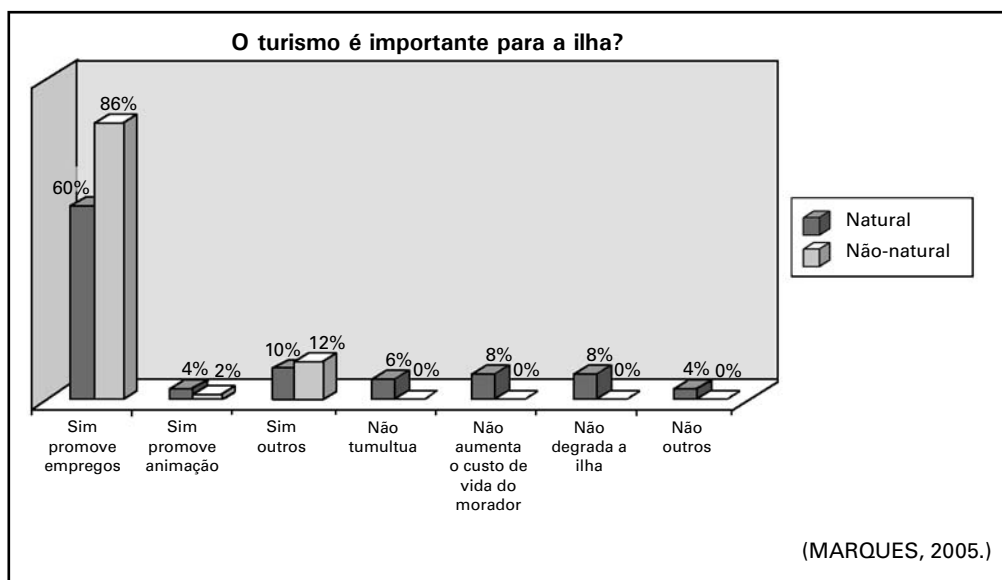
Segundo Marques (2005), em seu trabalho sobre as comunidades residentes na Ilha Grande, existem conflitos de interesses entre as duas comunidades, particularmente com relação ao desenvolvimento de atividades econômicas. Os caiçaras não aceitam a nova atividade turística por considerarem altamente impactante (aumento da especulação imobiliária e comprometimento dos recursos dos meios físico e biótico) e, de certa forma, por estarem alijados do seu desenvolvimento. Consideram que a pesca artesanal – sua principal atividade de subsistência – foi extinta em decorrência do crescimento do turismo, deixando muitos sem outra fonte de recursos.

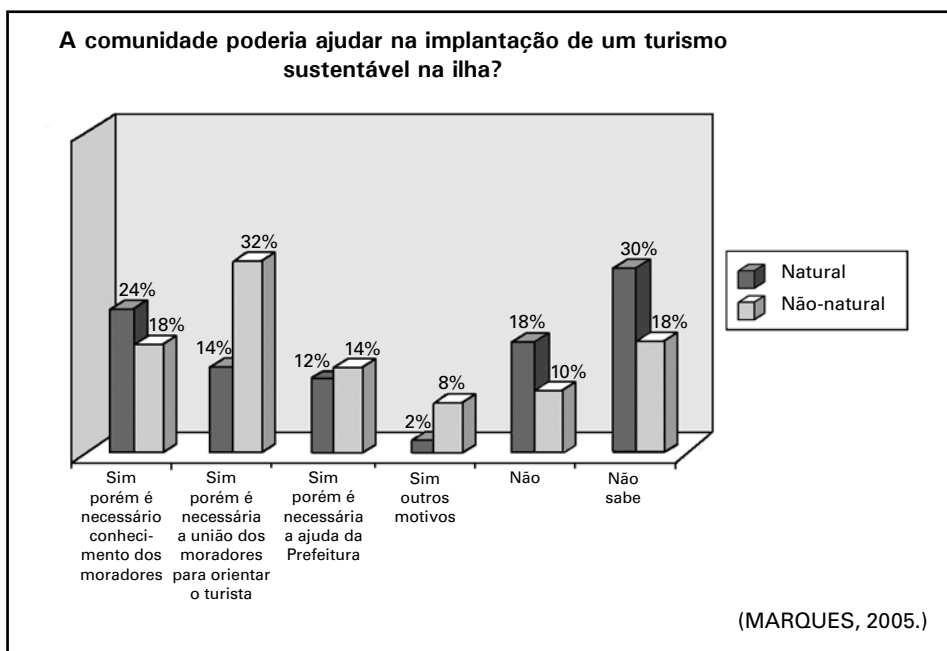


Figura 15.3: Os frutos do mar são as principais riquezas trazidas pelos caiçaras da Ilha Grande (Angra dos Reis). Esses povos tradicionais são ameaçados pelo turismo massificado de praia e mar da região que faz parte do pólo ecoturístico do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Prado (2005, p. 275) destaca a “exacerbação da polaridade entre nativos e não-nativos” nas relações entre a população que vive no local há um certo tempo e os imigrantes recém-chegados na Ilha Grande em função do turismo, o que é também ressaltado na pesquisa de Marques (2005), conforme pode-se observar nos gráficos a seguir.





Para saber mais sobre a cultura caiçara na Ilha Grande, seu modo de vida e os problemas socioambientais que os aflige, visite os *sites*:

<http://www.ilhagrande.org/Caicara-da-Ilha>

<http://br.ilhagrande.com/sys/content/view/281/296/>

http://www.nitvista.com/index_frame.php?url=%2Fmicrosite%2Fnoticias%2Fexibe.php%3Fid%3D663%26canal%3Decoando

http://www.humanosdireitos.org/aconteceu/2006/2006_08_parati/2006_08_parati.php



Início do turismo na Ilha Grande

O turismo na Ilha Grande surgiu após a extinção do antigo presídio, em 1994, associada à redução da atividade pesqueira, a partir da década de 1970 (BERNARDO, 2005; PRADO, 2005). Nessa mesma época (década de 1970), a maioria das unidades de conservação que protegem a Ilha foi criada, passando para o visitante a idéia de “paraíso ecológico”, iniciando-se o apelo turístico pelo lugar (PRADO, 2005). Tudo isso contribuiu para desencadear o interesse, por parte do visitante e do turista, por toda a ilha. Hoje a Ilha Grande apresenta um turismo intenso (massificado) e descontrolado, preocupando ambientalistas e o poder público, que tentam achar soluções e alternativas para monitorar a atividade.

Como as populações (tradicionais e não-tradicionais) podem contribuir para a conservação/preservação do patrimônio natural e cultural por meio do ecoturismo?

Conforme você já viu nas primeiras aulas do curso, um dos alicerces do desenvolvimento sustentável do ecoturismo é a inclusão social. Significa dizer que as populações, tradicionais e não-tradicionais, devem participar do processo de planejamento e implementação das atividades, considerando as suas potencialidades e limitações, paralelamente à demanda por serviços. Nesse sentido, as populações tradicionais levam certa vantagem, na medida em que conhecem (muitas vezes com profundidade) a área que será explorada e sabem como conduzir determinadas práticas sem causar danos ao meio ambiente.

As demais populações, mesmo não tendo tanta identidade com o local, devem ser contempladas, já que o envolvimento comunitário só tem a contribuir para o desenvolvimento do denominado “turismo participativo”, em que todos os atores

sociais fazem parte do processo. Lamentavelmente, em algumas vezes a atuação governamental tende a privilegiar os interesses empresariais, em detrimento dos interesses da sociedade, no que diz respeito aos projetos (eco)turísticos.



Figura 15.4: No Sul do Brasil, a cultura tradicional de comunidades gaúchas do “fogo de chão”, passada de geração a geração, é um bom atrativo ecoturístico, pois preserva a forma rústica de servir o chimarrão (bebida feita à base de erva-mate e água quente) aos turistas em locais abertos ou nas estâncias (grandes fazendas de gado).

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Como pode ocorrer efetivamente a inclusão social?

São várias as formas: pela realização de oficinas de sensibilização, pela promoção de cursos de capacitação para formação de guias, pela realização de oficinas de artes voltadas para a geração de produtos artesanais, pela realização de seminários, programas e projetos, de turismo com base comunitária em níveis governamental e privado.



Segundo o Ministério do Turismo,

O Turismo de Base Comunitária é protagonizado por comunidades locais e consiste em um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo/cooperativismo, valorização da cultura local.

Essas iniciativas, em geral, têm dificuldades de acesso a recursos públicos, por se tratar de:

Atividades e produtos. Na ocasião, puderam participar do processo seletivo instituições sem fins lucrativos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. "Entre os resultados esperados estão maior participação das comunidades locais nos benefícios advindos da atividade turística, geração de trabalho e renda, além da qualificação das comunidades para a gestão da atividade turística.

Fonte: <http://www.turismo.gov.br/>

Neiman et al. (2007) destacam a importância de, nessas ações de cunho educativo, trabalhar-se os sentimentos e as emoções (percepção, conforme você estudou nas Aulas 13 e 14) como forma de efetivamente sensibilizar as pessoas, não somente os visitantes como também as populações próximas às áreas de alto potencial ecoturístico.

Conclusão

A inserção de comunidades, tradicionais ou não, no planejamento e desenvolvimento do ecoturismo é uma condição essencial para o seu pleno êxito. Entretanto, na prática, isso efetivamente não ocorre. As populações residentes próximas às (ou em) áreas de alto potencial, em geral, são alijadas do processo, gerando conflitos de interesses e desencadeando ações, algumas delas altamente impactantes ao meio ambiente local. Acredita-se que, na medida em que se consiga sensibilizar todos os segmentos da sociedade a participarem ativamente

de sua implementação, principalmente as populações que têm forte identidade com o local (particularmente as comunidades tradicionais), todos serão beneficiados e o meio ambiente será preservado.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Dê um exemplo efetivo de projeto/programa de inclusão social voltado para o planejamento/execução do (eco)turismo no Sudeste brasileiro.

Alguns exemplos de textos na internet sobre a temática:

1. www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaClaraMachado.pdf
2. <http://www.oktiva.com.br/sispub/image-data/1893/sits/files/O%20TURISMO%20DE%20BASE%20COMUNITARIA%20COMO%20ALTERNATIVA.pdf>
3. http://quissama.org/images/012-pda_rj.pdf

Comentário

Um exemplo positivo de inserção social ocorreu no município de Santa Maria Madalena, estado do Rio de Janeiro, no entorno do Parque Estadual do Desengano (PED). Trata-se de um processo de planejamento turístico com base comunitária, como resultado de uma parceria entre o Núcleo Estratégico de Turismo Sustentável/ Programa de Meio Ambiente do CFCH/UFRJ, a Prefeitura/Associação Comercial do Município de Santa Maria Madalena e o Projeto Corredores de Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto Pró-Natura (IRVING, 2002). Com a queda da arrecadação municipal, as lideranças locais começaram a atuar, em 1996, em parceria com

as instituições da sociedade civil organizada e a universidade, no sentido de buscar alternativas potenciais para o desenvolvimento regional, com destaque para o ecoturismo e o turismo rural.

Outro exemplo vem do Instituto Physis Cultura e Ambiente, uma ONG fundada em 1991, com o objetivo de desenvolver pesquisas e ações na área de EA e participação social, incluindo o Programa de Ecoturismo, com atividades em todo o Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Segundo Neiman et al. (2007, p. 247), as atividades mais importantes do referido programa, que envolvem a inclusão social, são:

a. gerar benefícios permanentes para os ecoturistas, as comunidades e as UCs visitadas;

b. integrar ecoturistas, comunidade e o local visitado, buscando uma participação efetiva;

c. trabalhar, de maneira mais profunda, os relacionamentos humanos, como: companheirismo, carinho, colaboração entre pessoas, importância do outro e afeição.

Resumo

As comunidades tradicionais e não-tradicionais devem ter um papel relevante no planejamento e desenvolvimento do (eco)turismo. As primeiras são constituídas pelas populações nativas que mantêm hábitos e costumes antigos muitas vezes voltados para a conservação do meio ambiente local. Isso proporciona a realização de atividades de lazer/recreação em harmonia com os recursos da natureza. As populações não-tradicionais, por sua vez, podem não apresentar uma identidade com o local, o que poderá dificultar a sua inserção nas ações conservacionistas. De qualquer forma, somente por meio de ações integradas entre os diversos atores sociais será viável proporcionar lazer e recreação aos visitantes e turistas de uma região de elevado potencial (eco)turístico, possibilitando mínimo impacto ao meio ambiente.

16

A indústria da hospitalidade no ecoturismo: o que são *ecolodges*?

Meta da aula

Apresentar as fontes de oportunidades para a criação de ofertas diferenciais da rede hoteleira (também considerada “indústria hoteleira”) a serem utilizadas no ecoturismo, principalmente quando se trata de *ecolodges*, e definir se são ecologicamente racionais, trazendo benefícios ou se são impactantes ao meio ambiente.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 definir quais são os tipos de hospedagem e as diferenças entre os conceitos de *ecolodge* e alojamentos;
- 2 reconhecer a importância dos *ecolodges* para as atividades do ecoturismo.

Introdução

Como você viu em aulas anteriores, o ecoturismo difere das demais modalidades de turismo, algumas delas consideradas turismo de massa, pois, ao se apropriar dos espaços, movimenta um número menor de pessoas que estão interessadas nas práticas de lazer e recreação na natureza, ao mesmo tempo que requer uma infra-estrutura de equipamentos e hospedagem que pode ser cara, ocasionando um custo elevado de toda a atividade. Muitos ambientalistas afirmam que o ecoturismo é uma atividade relativamente elitizante (CRUZ, 2003), entretanto suas atividades podem ser desenvolvidas com mínimo custo, conforme veremos a seguir.

As demandas são, dessa forma, sutis, pois estão relacionadas à infra-estrutura de hospedagem e de circulação dos ecoturistas nas áreas selecionadas (vestuário e ferramentas de apoio às práticas ao ar livre). Quando o ecoturista quer desfrutar das belezas “selvagens” da floresta amazônica, por exemplo, procura se hospedar em hotéis de selva, ou seja, os chamados *lodges*, que têm a característica comum de isolamento espacial. Na realidade, aqueles que querem realizar o turismo ecológico procuram ficar distantes dos centros urbanos e de outros turistas, “consumindo” outro tipo de arquitetura, mais em harmonia com o ambiente natural visitado. Os serviços, então, são mais específicos e geralmente caros em comparação com os serviços similares aos hotéis de luxo das grandes cidades, os quais oferecem toda comodidade.



Figura 16.1: As formas de hospedagem e de localização de sua infraestrutura são variadas, até mesmo em locais isolados e ao ar livre, mas devem considerar o mínimo impacto ao meio ambiente.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

O conceito de *ecolodges* do turismo ecológico está muito ligado ao conceito de hospitalidade no turismo, portanto, nesta aula, você também poderá entender como isso ocorre e quais os exemplos brasileiros de *ecolodges* em alguns de seus biomas e unidades de conservação.

O que é hospitalidade e como explorá-la no ecoturismo?

Hospitalidade é um conceito que está interligado ao conceito de hotelaria e, segundo Reimberg (2005, p. 248), significa a arte de bem receber e servir, pois quem recebe tem de ter a responsabilidade de tornar a permanência do hóspede o mais agradável e confortável possível.

Receber bem independe do tipo ou da categoria de turismo. Todos devem exercer essa tarefa, principalmente em empreendimentos hoteleiros em destinos ecoturísticos, em que a infra-estrutura é relativamente pequena (porém, muitas vezes

cara) e a hospedagem passa a ser o elemento que melhor pode demonstrar a hospitalidade. Acolhendo bem o hóspede, haverá uma alta probabilidade do seu retorno, já que muitos “ecoturistas” não abrem mão do conforto dos hotéis, restaurantes e postos de informações que o turismo de massa proporciona.

Conforme destaca ainda Reimberg (2005, p. 249):

Um meio de hospedagem em destinos de vocação essencialmente ecoturística, como a Amazônia ou o Pantanal, pode ser considerado a chave que abre as portas para um mundo desconhecido e mágico que o turista deseja explorar e, quando possível, dominar. Essa chave (o hotel) abre as portas para um mundo novo que o turista sonha desvendar, para então poder compreender todos os mistérios desse ecossistema tão diverso dos que são encontrados nos centros urbanos.

Para ajustar-se aos princípios do ecoturismo, os meios de hospedagem passaram a buscar alternativas de mínimo impacto ao meio ambiente natural e às comunidades residentes nas áreas próximas aos recursos ecoturísticos, promovendo uma nova concepção de arquitetura e operação. A esse tipo de empreendimento denominou-se *ecolodge*. O seu conceito foi estabelecido por Bottrill e Pearce (RUSSEL, 1995, apud REIMBERG, p. 250), que definiram *ecolodge* como:

O termo utilizado para designar um alojamento dependente da natureza que recorre à filosofia e aos princípios do ecoturismo. De uma forma purista, um *ecolodge* oferecerá ao turista uma experiência participativa e educacional, a ser desenvolvida e administrada de uma maneira ambientalmente sensível, protegendo o ambiente em que opera.

Contudo, o termo *ecolodge* ainda não foi adequadamente utilizado, pois muitas campanhas publicitárias ainda fazem uma má interpretação/aplicação do conceito, principalmente porque o confundem com a escala e a magnitude de projetos ligados a **alojamentos** ecológicos e instalações baseadas no princípio da sustentabilidade.

Alojamento

“É uma estalagem, hospedaria ou acampamento.”

Fonte: <http://pt.wiktionary.org/wiki/alojamento>



Os alojamentos ecológicos e o *design* sustentável no ecoturismo

O interesse pelo *design* ecológico ou sustentável no ecoturismo se iniciou nos anos 1990, como resultado de publicações americanas do serviço de parques, dedicadas aos princípios do *design* sustentável em áreas protegidas nos Estados Unidos.

Russel et al. (1995) definem o alojamento ecológico como “um alojamento turístico dependente da natureza, que segue os princípios e a filosofia do ecoturismo”. Apesar de afirmarem a importância do conceito de alojamento ecológico de um ponto de vista educacional e experiencial, eles sugerem que o elo filosófico com a sensibilidade ecológica é que deve definir essas operações. A Sociedade de Ecoturismo também defende a importância da ecologia: acredita que esses alojamentos promovem uma experiência educacional e participativa e, ao mesmo tempo, são desenvolvidos e administrados em uma relação estreita com o meio ambiente do local onde estão inseridos.

Russel et al. (1995) distinguem os alojamentos tradicionais dos alojamentos ecológicos usando 12 pontos (veja quadro a seguir), assim como diferenciam os alojamentos ecológicos e o alojamento situado na natureza, este último associado à pesca, à prática de esqui e às pousadas de luxo.

Tradicionais	Ecológicos
Luxo	Necessidades básicas para o conforto
Estilo genérico	Estilo característico único
Ênfase no relaxamento	Ênfase na atividade educacional
Atividades baseadas nas instalações (p. ex.: golfe, tênis)	Atividades na natureza (caminhadas, mergulho)
Empreendimento em enclave	Empreendimento integrado ao ambiente local
Propriedade de um consórcio/grupo empresarial	Propriedade individual
Maximização do lucro baseado em elevada capacidade de hóspedes, serviços, preços	Maximização do lucro baseado nas estratégias de <i>design</i> , de localização, na baixa capacidade, nos serviços e preços modestos
Elevados investimentos	Investimentos moderados/baixos
Atrações-chave são as instalações e o ambiente	Atrações-chave são o ambiente e a instalação
Refeições, serviços e apresentação sofisticados	Refeições simples e serviços de influência cultural

Mercado inserido numa cadeia	Mercado geralmente independente
Inexistência de guias ou explanadores da natureza ou de operações em pequena escala	Operações com guias e explanadores da natureza

Fonte: Adaptado de Russel (1995).

Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto a seguir, reconheça os tipos de hotelaria e correlacione-os com as figuras (uma figura pode corresponder a um ou mais tipos de hospedagem). Depois, faça um pequeno comentário sobre as características do *ecolodge*.

Hotelaria: hotéis se especializam para atender públicos específicos

A importância de se desenvolver um produto hoteleiro coerente com o tipo de turismo praticado no local é um dos fatores de sucesso dos empreendedores do setor. [...] o setor hoteleiro desenvolveu diferentes tipos de hotéis que tentam suprir as necessidades e satisfazer os desejos dos mais exigentes hóspedes.

Dentre eles, destacam-se:

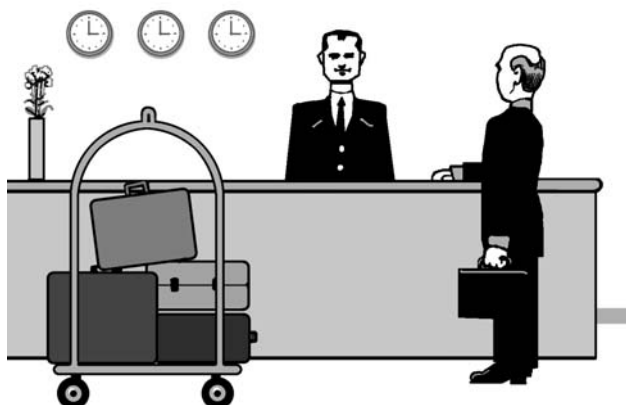
1. Hotéis executivos – atendem às necessidades de pessoas que estão viajando a trabalho. As prioridades e exigências recaem sobre a estrutura encontrada internamente: oferta de salas de reuniões e convenções, de materiais e equipamentos para locação, como aparelho de fax, computador, retroprojeto, microfone e acesso à internet, são alguns dos itens necessários para a satisfação dos hóspedes, além dos serviços oferecidos, como o serviço de quarto, responsável pelo fornecimento de lanches, sucos e refeições rápidas durante 24 horas, e o serviço de lavanderia.
2. Hotéis de lazer – valorizam outros pontos na hora da compra de um pacote hoteleiro, tais como: a área externa para o entretenimento e o lazer, por exemplo, quadras poliesportivas, piscinas, salões de jogos, health center (centro para tratamentos estéticos e de saúde), fitness center (sala de ginástica e academia), além de diferentes pontos-de-venda de alimentos e bebidas.
3. Hotéis ecológicos ou ecolodges – são encontrados próximos a reservas, parques, matas e florestas tropicais, e seus grandes

diferenciais estão na valorização dos atrativos naturais e locais, além da ausência de alguns artigos associados à vida urbana, como energia elétrica, água encanada, gás e meios de transporte. São muito procurados por turistas estrangeiros que desejam conhecer e explorar as belezas naturais brasileiras e também por pessoas que valorizam o contato e a preservação da natureza e as sensações despertadas neste convívio entre o homem e o verde.

4. Motel (motor + hotel) – sua origem é norte-americana. Foi criado para atender motoristas que buscavam um local próximo da estrada para pernoitar (passar a noite), sem, com isso, desviar sua rota de viagem. Hoje em dia, seu uso é mais eclético, sendo procurado por viajantes que buscam pernoites ou passagens curtas até chegar ao local de destino. Entretanto, o conceito de motel no Brasil foi totalmente alterado. Os motéis brasileiros continuam próximos de rodovias e estradas, mas como opção barata para quem precisa de um lugar para encontros íntimos.

5. Pousadas, pensões e os campings – são alternativas baratas para quem deseja fazer turismo de uma maneira mais econômica e simples, mas, apesar disso, muitas pousadas, pensões e campings oferecem a seus hóspedes e acampados uma estrutura de lazer e atrações próprias. Muitos são indicados em guias e publicações do setor hoteleiro como uma opção agradável e charmosa para se hospedar.

6. Resorts – são hotéis de grande porte, normalmente localizados em pontos isolados ou praias afastadas de centros urbanos, caracterizados por possuírem uma infra-estrutura completa para atender hóspedes em suas mais distintas necessidades, tais como: presença de uma enfermaria para prestar os primeiros socorros, de uma farmácia, boutique, banca de revistas e jornais etc. (MARÓSTICA, 2005).



a. _____



b. _____



c. _____



d. _____



e. _____



f. _____



g. _____

Respostas Comentadas

A figura “a” corresponde a hotel executivo; as figuras “b” e “c”, a hotel de lazer e resort; a figura “d”, a hotel de lazer; ecológico (ecolodge), motel ou pousada; a figura “e”, a hotel executivo ou motel; a figura “f”, camping; a figura “g”, a hotel de lazer ou resort.

Os ecolodges, muitas vezes, são classificados como hotéis de lazer. Contudo, os ecolodges apresentam características específicas e adotam uma filosofia particular, a qual os distingue dos demais. Ou seja, os seus serviços oferecidos vão além da alimentação, da hospedagem e das atividades de lazer convencionais, pois em um ecolodge as atividades, em vez de serem realizadas em estruturas construídas pelo homem, como piscinas, quadras poliesportivas e saunas, em geral acontecem no meio ambiente natural. Portanto, os produtos ecolodges baseiam-se na construção e na ambientação de caráter educacional e informativo das atividades de lazer oferecidas e na postura ética adotada por sua administração.

Os ecolodges são implantados em ambientes naturais ainda exuberantes (locais isolados, ou seja, singulares, distantes dos centros urbanos e desprovidos de estruturas básicas, como energia elétrica, água potável, coleta de lixo etc.).

Conforme cita Reimberg (2005, p. 254),

Tais meios de hospedagem, ao oferecerem um meio ambiente rico e único, possibilitam a seus hóspedes afastarem-se, por um determinado período de tempo, dos impactos das grandes cidades, promovendo uma sensação de estar num local diferente daquele a que se está acostumado, sensação provocada pela distância dos centros urbanos ou pela dificuldade de acesso ao meio de hospedagem.

***Ecolodges* e ecoturismo: como usufruí-los de maneira sustentável?**

Na Atividade 1, você deve ter percebido que os *ecolodges* são encontrados próximos a reservas, parques, matas e florestas tropicais, e seu grande diferencial está na valorização dos atrativos naturais locais. Bem, na realidade, no Brasil, com o intuito de demonstrar para o seu público-alvo que ele tem uma grande proximidade com o segmento do ecoturismo, os *ecolodges* utilizam-se de diversas terminologias, tais como: *ecoresorts*, *lodges*, hotéis, pousadas ecológicas, hotéis de selva.

Contudo, os seus equipamentos hoteleiros devem seguir as diretrizes e a filosofia do ecoturismo.

Mas como os *ecolodges* podem seguir as “normas” do ecoturismo? Como não existe uma definição oficial dessa categoria, muito menos uma normatização, utiliza-se erroneamente o termo sem estar compatível com o que preconiza o ecoturismo.



Na realidade, a normatização dos *ecolodges* no ecoturismo não existe, pois a Deliberação Normativa nº 360, de 16 de abril de 1996, cancelou os conceitos de meio de hospedagem ambiental, e meio de hospedagem ecológica e a atual matriz de classificação hoteleira do Brasil não prevê essa conceituação de meios de hospedagem, portanto, os *ecolodges* devem seguir somente os padrões exigidos para os hotéis de lazer (REIMBERG, 2005, p. 255).

Apesar de não haver normatização, são inúmeros os empreendimentos que são realizados ao se implantar equipamentos hoteleiros ditos como *ecolodges* no Brasil. Um exemplo de região brasileira com maior oferta de *ecolodges* é a Amazônia (local onde o primeiro *ecolodge* foi implantado, chamado “Amazon Lodge”).

Todos os equipamentos dos *ecolodges* sempre destacam a comercialização de produtos com características semelhantes, como pacotes de alojamento, atividade de lazer em que a quantidade de passeios varia de acordo com a duração do programa escolhido pelo hóspede, serviços de guias, alimentação e transporte até o centro urbano mais próximo. Todos os empreendimentos na região amazônica, sem exceção, oferecem atividades como focagem (observação) de jacarés, visitas às casas de caboclos, trilhas na floresta, pescarias, passeios por igarapés e igapós. As refeições são servidas priorizando-se as comidas típicas da culinária amazônica, principalmente o peixe. O produto comercializado segue um plano comum de oferta, e o que diferencia um equipamento de outro

não é só a paisagem diversa, mas também sua arquitetura integrada ao meio ambiente e ao modo como o empreendimento recebe o hóspede, ou seja, de que maneira a hospitalidade é praticada.



Figura 16.2: Quanto mais afastado dos centros urbanos e mais próximo de ambientes naturais, melhor para os hóspedes dos *ecolodges*.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Conclusão

Os hotéis de natureza – “os *ecolodges*” – devem estar em consonância com os princípios básicos do ecoturismo, oferecendo oportunidades de lazer e hospedagem com o mínimo de impacto e o máximo de segurança, tanto para o (eco)turista quanto para o meio ambiente. Os equipamentos hoteleiros não devem ser sofisticados, ao contrário, devem ser simples e “limpos” (não agredindo o meio ambiente), procurando estar em harmonia com a paisagem natural. A tônica é explorar os recursos naturais estando “perto deles”, por meio de um sistema de hospedagem e visitação sustentavelmente eficiente.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Elabore uma proposta de construção de um hotel ecológico próximo a uma unidade de conservação, destacando a infra-estrutura de lazer, a conservação ambiental e a hospedagem que você considera importante para o ecoturista.

Resposta Comentada

Vamos tomar como exemplo um ecolodge que existe na Amazônia, o Cristalino Jungle Lodge. Além de ser ecolodge, é uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e está próxima de uma outra categoria de unidade de conservação (Parque Estadual Cristalino). O Cristalino Jungle Lodge possui várias instalações físicas com baixo impacto ambiental que são ressaltadas em seu site (http://www.cristalinolodge.com.br/br/public_html/index_cristalino-jungle-lodge.htm). Sua arquitetura sustentável, sua forma de trabalho em conjunto com universidades e a questão da hospedagem de pesquisadores e estudiosos que visam aprender, conhecer e se informar sobre a biodiversidade (fauna e flora) da Amazônia são também destacados pelo empreendimento.

O Cristalino Jungle Lodge possui ainda um tratamento especial das fontes alternativas para o fornecimento de energia, em que as unidades habitacionais são abastecidas por placas de energia solar e as demais dependências do hotel são abastecidas por gerador movido a diesel. Ressalta-se que a ausência de alternativas limpas de energia pode criar condições de conforto para os hóspedes, porém acarretam também acentuada poluição do ar por causa da queima de combustível, além da poluição sonora (ruídos dos geradores) que cria o afastamento da fauna local.

O aproveitamento da floresta deve ser realizado com atividades de lazer para o ecoturismo que considerem o estreitamento das relações entre o visitante e o visitado. Os ecolodges devem adotar a ética e o respeito ao ambiente natural e humano, verdadeiros produtos ecoturísticos, com sentimento de hospitalidade e acolhimento, oferecendo atividades diversas: trilhas (interpretativas), visitas às casas da comunidade local, pescarias, passeios de canoas aos rios e igarapés, participação em rituais e festividades locais (dividindo atividades guiadas com as não guiadas), focagem de animais silvestres (jacarés, torres de observação de pássaros, primatas), entre outras. As informações dos guias devem ser transmitidas ao turista de modo que o provoquem a questionar sobre as relações com o ambiente visitado; que façam observar os atrativos e que proporcionem atividades educacionais, não se restringindo àquelas meramente recreacionais.

■ **Permacultura**

É a filosofia adotada para se trabalhar com a natureza, apresentando alternativas de captação e tratamento de água e efluentes, disposição de resíduos sólidos e geração de energia por meio de uso de técnicas ambientalmente sustentáveis.

*A implantação de alternativas alimentares (comidas típicas) para o turista nos ecolodges também é um atrativo que pode ser explorado, assim como a implantação da **permacultura** e da reciclagem de lixo utilizado na hospedagem.*

Resumo

Os hotéis para o ecoturismo estão se tornando cada vez mais frequentes em diferentes ambientes, particularmente nas florestas, traduzidos em formas diversificadas de meios de hospedagem, a exemplo dos *ecoresorts*, *lodges*, hotéis, pousadas ecológicas, hotéis de selva. Nesta aula, é mostrado como eles podem conciliar hospedagem com qualidade, lazer, educação e conservação ambiental.

17

A natureza tem valor econômico para o ecoturismo? Como certificar os produtos ecoturísticos?

Meta da aula

Mostrar que a natureza possui valor econômico e que ela é o principal objeto para o desenvolvimento do turismo na natureza, particularmente o ecoturismo, destacando como os produtos e serviços ecoturísticos podem ser certificados.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer o valor que os recursos naturais possuem e a sua importância para o desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo;
- 2** analisar o processo de certificação na qualidade dos produtos e serviços ecoturísticos.

Introdução

O conceito de **valor** tem sido discutido por diversos cientistas, sendo originado nas ciências econômicas e tendo migrado, nas últimas décadas, para outras ciências, inclusive para as ambientais (MOTA, 2006).

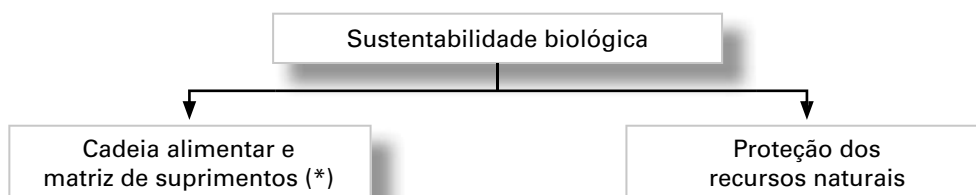
Toda mercadoria tem **valor** econômico, na medida em que se destina ao consumo humano e apresenta um preço estabelecido pelo mercado. Será que a natureza também tem valor econômico?

Na realidade, os componentes do meio natural não possuem valor estabelecido pelo mercado, já que não se constituem em mercadorias, com exceção da água, que é consumida pelo homem (água de abastecimento) em diversas atividades sociais e econômicas (residências, hidrelétricas, indústrias, lavouras de irrigação etc.). Nesse caso, o setor público vem estabelecendo valores de consumo variados, de acordo com o usuário e a intensidade do consumo. Os demais recursos naturais, a exemplo da floresta, do ar, do solo, não apresentam valor fixado pelo mercado, sendo a sua importância relacionada à preservação da vida de todos os seres vivos, como parte da biodiversidade do planeta, paralelamente ao seu valor para o lazer e bem-estar das sociedades. É dessa temática que vamos tratar a seguir.

O valor dos recursos naturais

O conceito de valor dos recursos naturais está em grande parte associado à sustentabilidade biológica. Segundo Mota:

A dimensão da valoração por este ângulo aborda a questão da cadeia alimentar e o processo de simbiose entre as espécies, assim como os diversos aspectos da sustentabilidade dos recursos naturais.



(*) O meio ambiente é visto como supridor dos sistemas essenciais de suporte às atividades humanas/econômicas.

Figura 17.1: A valoração dos recursos naturais analisada pela ótica da sustentabilidade biológica.

Fonte: Mota (2006).

Desde a existência de vida no nosso planeta, os recursos do meio ambiente têm valor, os quais se traduzem no supridor dos sistemas básicos à sobrevivência das diversas espécies vegetais e animais, inclusive a espécie humana, numa relação de interdependência entre os diversos componentes do sistema natural. Sem os recursos água, solo e ar, a vida na Terra seria inviável.

Há bem pouco tempo, a ética utilitarista dos recursos da natureza fazia crer que eles não possuíam valor, uma vez que o homem os explorava incontrolavelmente, certo de sua inesgotabilidade. Hoje, a certeza de que os recursos são finitos fez com que muitos ambientalistas começassem a lutar pela sua preservação (ética preservacionista) e conservação (ética conservacionista).





ÉTICAS AMBIENTALISTAS

As éticas ambientalistas são condutas éticas que, em determinadas fases do desenvolvimento ambiental, dominavam e conduziam as ações sobre a utilização dos recursos naturais.

A ética utilitarista dominou durante a euforia do consumismo – utilitarismo econômico (período pós-II Guerra Mundial até início da década de 1970). Nesse período, a natureza era explorada incontrolavelmente, e a idéia de extinção ou esgotamento dos recursos naturais era mascarada pela visão do progresso, sendo considerada a solução para todos os problemas da humanidade (SMITH, 1988; ROSSI, 1989; apud CAMARGO, 2005).

Em contraposição a essa visão, começou a se intensificar, naquela mesma época, a ética preservacionista (movimento protecionista). Essa corrente contribuiu para mostrar que a natureza tem limites e que não respeitá-los trará conseqüências para a humanidade. Segundo Diegues (1996), essa corrente está impregnada de uma visão ética e estética da natureza. Segundo Doujoreanni et al. (2001), foi o movimento protecionista que iniciou a preocupação com a extinção da fauna e da flora e a criação das primeiras instituições nacionais e internacionais que defendem a natureza, a exemplo da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e da World Wildlife Fund (WWF).

Por fim, a ética conservacionista emerge com a idéia do desenvolvimento sustentável, a partir de meados da década de 1980, convivendo de forma conflituosa com as duas éticas anteriormente citadas. O conservacionismo considera que “a Natureza deve ser preservada, sem negar seu usufruto para os presentes” (DOUJOREANNI et al. 2001), ou seja, que deve haver equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a sua preservação.

Os recursos naturais têm valor para o lazer/recreação no desenvolvimento do (eco)turismo?

O (eco)turismo é tido como um negócio lucrativo, uma vez que se “explora” aquilo de que o homem moderno mais necessita atualmente: lazer/recreação na natureza. Entretanto, segundo Meirelles Filho (2005, p. 41), “[...] ele só é viável se as regras básicas da economia moderna de mercado forem seguidas”.

O que isso significa? De acordo com o referido autor, as atividades ecoturísticas devem ser planejadas sob o ponto de vista econômico e social avaliando-se as taxas de risco quanto ao sucesso do empreendimento e o retorno sobre o capital financeiro investido. Na maioria das vezes, o empreendedor só avalia os seus interesses imediatos de obtenção de lucro, sem,

entretanto, avaliar os reais interesses dos usuários e os riscos de fracasso no desenvolvimento de uma atividade não-planificada. Ainda na visão do autor, enquanto seus pressupostos básicos não forem seguidos, o Brasil estará fazendo “egoturismo”.



Neiman (2005, p. 19) também comunga dessa visão. Em seu trabalho “Natureza e culturas brasileiras: matéria-prima do ecoturismo”, destaca que

[...] a busca do eu interior, da beleza, da estética, do diferente e do primitivo é uma constante no discurso dos praticantes do ecoturismo, mas essa pretensão não afasta um sentimento essencialmente egocêntrico.

A idéia de que o ecoturismo é uma atividade que funciona como instrumento de aproximação entre o ser humano e o meio ambiente impinge uma nova visão de valor dos recursos naturais para o lazer e a recreação: de que eles (os recursos naturais) são partes significativas de nossas vidas e que, como tal, temos de senti-las (emoções) e vivenciá-las para podermos usufruí-las e conservá-las. É a ênfase no valor sentimental da natureza e no desenvolvimento de práticas de educação para a conservação ambiental!



Figura 17.2: Estudando e vivenciando a natureza.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Ressaltando as colocações de Mota (2006).

Como os serviços ambientais não são comercializados nas estruturas de mercados competitivos [...], ganhos de eficiência podem ser obtidos somente se forem formuladas políticas públicas capazes de abrandar os efeitos da degradação das atividades econômicas/humanas nesses recursos.

Assim sendo, os recursos naturais têm o seu valor ecoturístico aumentado à medida que os danos ambientais sobre eles são reduzidos, numa relação inversa de intensidade. Para que isso ocorra, torna-se necessária a realização do planejamento de seu uso e comercialização, conforme pôde ser analisado anteriormente.

A prevenção de danos resulta numa medida economicamente eficaz, em detrimento dos custos de correção dos efeitos da degradação ambiental por atividades na natureza realizadas de maneira incorreta. Por exemplo, os custos financeiros de se preparar uma trilha para as caminhadas ecológicas serão menores do que ter de efetuar despesas com obras de contenção dos processos erosivos decorrentes do uso inadequado do seu leito.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o parágrafo e comente a afirmativa dando exemplos:

O ecoturismo apresenta um problema ainda maior: o improviso por parte do empreendedor, que muitas vezes vê no ecoturismo um *hobby*, uma busca para oferecer algo alternativo tanto para o turista quanto para si (MEIRELLES, 2005).

[illegible]

Comentário

A grande maioria dos empreendimentos, mesmo os de pequeno porte, vale-se do oportunismo gerado pela forte demanda por certos atrativos da natureza, e os empresários transformam suas propriedades em locais ditos ecoturísticos, sem que haja um mínimo de planejamento das atividades e uma avaliação da real potencialidade da área para determinados tipos de empreendimentos turísticos. Neste último caso, a preocupação é em obter lucro a todo custo e proporcionar uma aparente satisfação ao turista que se contenta, muitas vezes, com atrativos mal estruturados, movidos pelo modismo. O valor econômico acaba superando o valor que efetivamente a natureza representa: o de melhoria da qualidade de vida e a sobrevivência da própria espécie humana.

Um exemplo do descaso com a implementação correta do turismo na natureza são as antigas casas de campo ou fazendas de café do início do século passado, bastante freqüentes em várias cidades do estado do Rio de Janeiro. Aos poucos, elas foram (e estão) sendo modificadas e/ou transformadas em pousadas, tendo um ou mais recursos

da natureza como atrativos a serem vendidos, ou no contexto de um turismo rural (a ser abordado na Aula 22) que efetivamente não resgata as qualidades dos produtos a serem vendidos como rurais ou na qualidade inferior do produto ecoturístico a ser vendido (tema da próxima aula, a 18).

A exigência de qualidade e certificação como forma de agregar valor aos produtos e serviços ecoturísticos

Apesar do constante crescimento que o ecoturismo vem apresentando, os empreendimentos considerados sérios não devem contar com taxas muito elevadas, ou seja, superiores a 5% ao ano (MEIRELLES FILHO, op. cit.). Para muitos especialistas no assunto, a taxa de crescimento poderia ser mais elevada se fossem oferecidos produtos e serviços de maior qualidade. Neste sentido, a certificação pode ser o melhor caminho para proporcionar mais responsabilidade e competitividade, agregando valor aos produtos e serviços oferecidos.



Em 2000, um evento internacional realizado no período de 17 a 19 de novembro, em New Paltz, Estados Unidos, na Mohonk Mountain House, organizado pelo Institute for Policy Studies e promovido pela Fundação Ford, reuniu participantes de 20 países, representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo em níveis global, regional e nacional.

Nesse evento, foi firmado o Acordo de Mohonk, que procurou criar mecanismos para garantir, por meio da certificação, que o ecoturismo fosse um turismo sustentável a ser realizado em áreas naturais, beneficiando o meio ambiente e as comunidades visitadas e promovendo o aprendizado, o respeito e a consciência sobre aspectos ambientais e culturais.

Os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitavam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem lastrear todo o programa de turismo sustentável e de ecoturismo.



Veja o documento do Acordo de Mohonk na íntegra e em português em http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/acordo_de_mohonk.pdf

A certificação do turismo no Brasil já é uma realidade e se prolifera com iniciativas de empresas, produtos e serviços. No entanto, com relação ao ecoturismo, a certificação ocorre principalmente no nível do setor de hotelaria, com o Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS) criado pelo Instituto de Hospitalidade (IH) de Salvador (BA), conforme foi visto na Aula 9. No setor de operadoras de ecoturismo, a Mata A'Dentro, em Brotas (SP), foi a pioneira na América do Sul ao obter o selo de qualidade através de **ISO**. A adoção do sistema ISO significa que “o sistema obtém um certo grau de reconhecimento perante o mercado, e isso parece ser atestado até mesmo para gestores de áreas protegidas” (SALVATTI, 2005).

A American National Standards Institute (ANSI) é a representante dos Estados Unidos na ISO. Uma das certificadoras no Brasil é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro. Com a ISO, a empresa consegue o certificado de qualidade de gestão empresarial, por meio

ISO

Significa International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização). Seu objetivo é promover o desenvolvimento de normas, testes e certificação, com o intuito de encorajar o comércio de bens e serviços. Esta organização é formada por representantes de 91 países, cada um representado por um organismo de normas, testes e certificação.

da implantação de normas NBR ISO 9001 (versão 2000). Com auditoria de certificação por empresas certificadoras e auditorias periódicas, após a certificação, as vantagens são:

- a. aos clientes: asseguram a confiabilidade da qualidade dos produtos e serviços;
- b. às empresas: geram maior credibilidade junto ao cliente e aos fornecedores, visando à expansão de mercado, pois estão mais organizadas e preparadas para processar as informações com competitividade, mantendo sob equilíbrio os fatores técnicos, administrativos e humanos;
- c. aos funcionários: geram qualidade nos serviços, com treinamento, responsabilidade e envolvimento de toda a equipe.

Um exemplo de certificação dos serviços básicos de qualidade e de recepção ao visitante em unidades de conservação no município do Rio de Janeiro é o do Parque Nacional da Tijuca – PNT –, onde o projeto intitulado “Isso é que é Parque” trata da certificação ambiental ISO 14001, que está em sua segunda fase de execução do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) criado pelo parque.



A série ISO 14000 fornece ferramentas que reúnem procedimentos para gerir ou administrar uma organização, podendo servir de apoio importante na implementação do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. O Plano de Ações do PNT já identificou 101 ações previstas para o parque e 304 ações definidas para 18 operadoras de turismo que atuam em sua área. Foram também estabelecidos Padrões de Conduta dessas operadoras visando ao acompanhamento das atividades por elas desenvolvidas.

Fonte: Instituto Terra Brasil.



Para mais detalhes sobre o projeto “Isso é que é Parque” do PNT, acesse o *site* da ONG Instituto Terra Brasil em <http://www.terrabrasil.org.br/>.

Além da certificação, alguns pesquisadores, principalmente da área de economia, analisam que o ecoturismo pode propiciar valoração econômico-ambiental. Atualmente, pesquisas vêm utilizando métodos para atribuir um valor, em termos monetários, a um recurso natural (MOTTA, 1998), o qual se divide em valor de uso e valor de não-uso, principalmente atrelados à demanda ecoturística.

O valor de uso (VU) refere-se à utilização direta ou indireta de um recurso natural, para fins comerciais ou recreacionais. Já o valor de não-uso é composto pelos valores de opção (VO) e de existência (VE), ou seja, o VO representa a quantia que um indivíduo se dispõe a pagar para conservar um recurso ambiental não utilizado no presente, mas que pode vir a ser explorado no futuro, e o segundo (VE) significa a importância monetária atribuída ao recurso, independentemente de seu uso presente ou futuro.

Algumas técnicas vêm sendo empregadas para medir o VO e o VE, como o método do custo de viagem, assim como o da valoração contingente. O custo de viagem é um método indireto que aborda a preferência revelada por meio “[...] da compra de certos bens de mercado associados ao uso ou ao consumo do bem ambiental” (ORTIZ, 2003, p. 85); já o método da valoração contingente é direto, ou seja, os indivíduos revelam as suas preferências sobre o bem ou serviço ambiental que está sendo valorado, respondendo às suas disposições a pagar ou a receber pelo uso do bem natural.

Muitos desses métodos são medidos por meio de questionários, aplicados em campo aos visitantes das áreas protegidas, a fim de estimar a demanda pelo meio natural, correlacionando o

número de dias de permanência, ou a taxa de visitação (variável dependente), a gastos básicos incorridos pelo visitante como alimentação, hospedagem, transporte. Utilizam-se também dados socioeconômicos, como renda, idade, escolaridade, sexo etc. Outros parâmetros como distância do centro de origem ao local de visitação, gastos com transporte, dentre outros, são também obtidos em fontes secundárias.

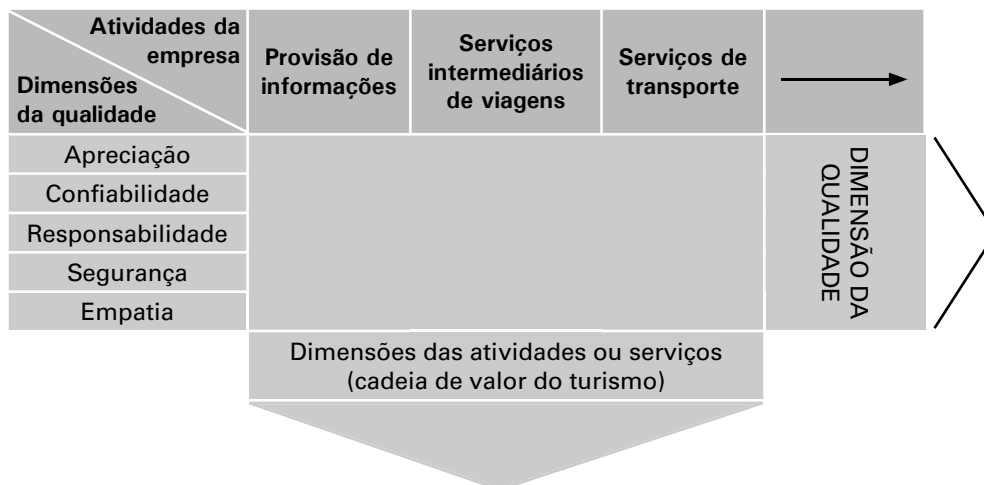
Segundo Pereira e Campos (2006), com o uso dos métodos de valoração,

uma amenidade ambiental gera um benefício ou bem-estar ao consumidor, o qual é medido por este excedente, fornecendo o valor de uso direto. O método do CV é um importante instrumento para definir e justificar ações de investimento em sítios naturais, orientando as formas de contribuição, como taxas de admissão (MOTTA, 1998, apud PEREIRA; CAMPOS, 2006, p. 4).

Portanto, algumas unidades de conservação vêm se utilizando desses estudos para calcular taxas de visitação, termos de compensação de impacto ambiental, entre outras medidas atreladas às práticas ambientais.

O **Quadro 17.1** mostra os principais aspectos que devem ser levados em conta na qualificação dos serviços e produtos do (eco)turismo. As dimensões são realizadas como graus de importância e satisfação para os diferentes elementos da qualidade, como apreciação, confiabilidade, responsabilidade, segurança e empatia, e colocados em uma matriz.

Quadro 17.1: Medidas da qualidade de serviços como atributos da qualidade na cadeia de valores do turismo



Fonte: Salvati (2005). Extraído de Weiermair, 1997.

Um exemplo de qualidade da experiência, da infraestrutura, dos recursos humanos e dos serviços que ocorre no Brasil é Fernando de Noronha. A WWF-Brasil, em parceria com o Ibama, elaborou em 2001 um estudo criando um método de planejamento de visitação para garantir a conservação do ambiente, principalmente do Parque Nacional de Fernando de Noronha. Foram avaliados três componentes diferentes da qualidade do produto: os serviços prestados, a satisfação do visitante e a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas visitados. No entanto, um dos aspectos que deveria ter sido mais valorizado no planejamento ecoturístico para essa área era a visita às comunidades locais e seus costumes, que vem sendo um dos itens mais valorizados para a garantia da qualidade da experiência do visitante. Nesse ponto, poucos são os exemplos brasileiros que efetivamente consideram esse aspecto importante. Alguns exemplos podem ser vistos na Amazônia, como é o caso de uma comunidade de ribeirinhos em Silves que passou a se organizar em uma associação e que gerencia pousadas de ecoturismo, implanta sistema de qualidade com base em procedimentos participativos e analisa problemas de relacionamento entre operadoras e clientes (prestação de serviços), por intermédio de uma cooperativa (Cooptur).

Conclusão

A noção de valor e a de qualidade dos serviços e produtos (eco)turísticos estão intimamente relacionados. Quanto mais qualificados, maior valor de mercado eles terão e maiores serão as taxas de crescimento da atividade como um todo. Qualidade gera confiança, lucro e benefícios para quem vende os produtos e para quem os adquire.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Refleta sobre o que você viu até agora sobre atividades de turismo na natureza e relacione algumas ações que poderão ser implementadas de forma a agregar valor e qualidade ao desenvolvimento do turismo na natureza e do ecoturismo (dê exemplos para ilustrar).

Comentário

Você pode ter usado como exemplo o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, que apresenta algumas ações estratégicas para o controle de qualidade do produto ecoturístico (EMBRATUR/IBAMA, 1994):

- *fomento ao desenvolvimento de pesquisas dirigidas sobre o controle de qualidade do ecoturismo;*
- *incentivo à criação de um sistema auto-regulador na iniciativa privada;*
- *identificação de modelos de referência para os serviços e equipamentos turísticos.*

Tudo que se relaciona à qualidade do (eco)turismo envolve a satisfação e a segurança do visitante, paralelamente à conservação do meio ambiente local.

Resumo

A natureza tem seu valor expresso de diferentes formas: sob a ótica econômica, social, comportamental, ética e sentimental, cabendo aos usuários de um determinado recurso ambiental contribuir para a sua correta utilização e conservação, bem como para a qualidade dos serviços e produtos ecoturísticos oferecidos, exigindo a sua certificação. Na medida em que houver no mercado produtos de qualidade todos serão beneficiados: os (eco)turistas, os empresários e o meio ambiente.

18

Turismo na Natureza e o *marketing* ecológico: problema ou solução?

Meta da aula

Mostrar como o turismo na Natureza é divulgado e comercializado e se isso se constitui uma boa opção para atrair os consumidores (turistas e visitantes) deste segmento.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar as diferentes formas de divulgar e comercializar o turismo de Natureza e o ecoturismo;
- 2 avaliar como o *marketing* ecológico pode ser positivo ou negativo para o fomento das atividades (eco) turísticas.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você tenha compreendido o valor econômico dos produtos ecoturísticos e suas formas de certificação apresentadas na Aula 17.

Introdução

O turismo como um todo, particularmente o turismo na Natureza e o ecoturismo, tem sido amplamente divulgado nos diversos meios de comunicação (televisão, jornais, internet etc.). As informações veiculadas são de diferentes naturezas: características das atividades e dos locais a serem visitados, valor dos pacotes e as inúmeras vantagens das práticas programadas, todas visando chamar a atenção do “mercado-alvo” da venda do produto (eco)turístico. Entretanto, os objetivos do *marketing*, muitas vezes, atendem mais aos empresários do setor do que ao turista propriamente dito, conforme veremos ao longo desta aula.

Marketing

É um conjunto de ferramentas que envolve propaganda, venda pessoal, promoção de vendas e relações públicas. É o *mix* ou composto promocional destinado a transmitir as características do produto ao mercado-alvo (adaptado de MCKERCHER, 2002).

O que é *marketing* do (eco)turismo?

O *marketing* do (eco)turismo é um conjunto de ações que visa divulgar e “vender” os produtos e serviços relacionados ao turismo na Natureza e ao ecoturismo. McKercher (2002, p. 135) destaca que:

É um processo de gerenciamento utilizado pelas empresas para desenvolver destinos, instalações e serviços como produtos turísticos; identificar futuros turistas, determinar preços de produtos e comunicar seus apelos aos mercados-alvo e passá-los aos consumidores tendo em mente a sua satisfação.

A rigor, deve haver uma combinação entre os interesses dos empresários e as expectativas dos consumidores de estar em contato com a natureza, efetuando atividades de lazer, recreação e/ou atividades esportistas, incluindo esportes radicais (ligados ao turismo aventura).

Mas será que essa premissa básica é seguida? Na maioria das vezes, não! Ainda de acordo com McKercher, o *marketing* combina quatro elementos: preço, produto, promoção e ponto de venda (ou seja, sistema de distribuição). Fica subentendido que o que impulsiona é o lucro, conforme foi mostrado na aula de nº 17. Corroborando com essa idéia, Marcatto (2002, p. 73) enfatiza que:

O *marketing* é objetivamente, um conjunto de técnicas que tem por finalidade aumentar a lucratividade de determinada empresa através da melhor alocação de seus recursos e adequação de seus objetivos junto ao mercado em que atua.

A autora ainda ressalta que, para se fazer um bom *marketing*, deve-se levar em conta a melhor forma de satisfazer o cliente. Em geral, não há projetos previamente definidos de divulgação e venda dos produtos e serviços ecoturísticos (estratégia de *marketing*), e a preocupação com a qualidade do que é disponibilizado para o cliente é mínima.



Figura 18.1: Poço Azul (Pratinha) um dos locais mais visitados na Chapada Diamantina (Bahia) por turistas do mundo todo. O marketing sobre a exuberância de sua paisagem é cada vez mais incentivado pelas agências de viagens.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Como ressalta Giacomini Filho (2003, p. 203):

O setor do turismo, atualmente, está marcado pela competitividade, sendo necessário à organização proceder à ação incrementadora, como, por exemplo, na esfera da qualidade dos serviços, política de preços e ações promocionais.

Portanto, cabe ao *marketing* turístico atender às expectativas dos turistas ou clientes, sendo o alcance destas atividades muito mais do que uma simples venda, mas a busca também de posicionar marcas, fidelizar turistas e promover institucionalmente a organização.

No caso do setor turístico, existem empresas voltadas somente para vendas e outras para o *marketing*. Nas vendas, a organização despense grande esforço para a venda e promoção, pois está focada no serviço/produto, mesmo que haja falhas do *produto*, pois o objetivo final é a realização da venda. Portanto, o lucro continua sendo um fim nesses casos, mas com mais sustentabilidade, já que, ao gerar satisfação ao cliente, proporciona um relacionamento mais duradouro com a clientela. O turismo e o lazer são, então, duas áreas que se encaixam perfeitamente nestas características do *marketing*, pois estão ligadas à disponibilidade de tempo, aos recursos e à mentalidade de qualidade de vida (GIACOMINI FILHO, 2003).

■ O termo **produto** é definido, no contexto do turismo, como "algo que pode ser oferecido a um mercado para contemplação, aquisição, uso ou consumo e pode satisfazer uma necessidade ou um anseio" (KOTLER apud MCKERCHER, 2002, p. 156).

Quem oferece e quais são os componentes de um produto ecoturístico?

O sucesso de um negócio voltado para o turismo na Natureza e o ecoturismo é a qualidade e segurança do que se está oferecendo (qualidade do produto), paralelamente ao atendimento das expectativas dos consumidores.

A rigor, quem oferece (vende) os produtos (eco)turísticos são as operadoras de viagens e as agências de turismo, embora muitas pessoas tenham procurado, de maneira autônoma e sem nenhum controle e/ou fiscalização, exercer a venda direta (quase sempre pela internet ou pessoalmente) para os consumidores.

Em geral, as operadoras oferecem seus produtos na forma de pacote e quem deve ditar o conteúdo dele é o consumidor: "Como em tudo no turismo, as operadoras devem pensar em seu produto ou serviço com base na perspectiva de quem está comprando" (MCKERCHER, 2002, p. 158).

Entretanto, na prática o que se vê são pacotes, na maioria das vezes fechados, montados em função das possibilidades que a operadora tem de oferecer determinados serviços, de forma a atender a um público diversificado. Não há uma preocupação prévia de saber o perfil do consumidor, bem como de personalizar as atividades.



Quais são os produtos e serviços oferecidos no turismo na Natureza e no (eco)turismo?

São vários os produtos e serviços oferecidos pelas diversas modalidades de turismo na Natureza, incluindo o ecoturismo. A variedade aumenta à medida que as atividades são mais sofisticadas, elevando, conseqüentemente, o seu custo.

De acordo com McKercher (2002), os produtos podem se apresentar em três níveis: o básico, o tangível e o ampliado. O produto básico, como o nome diz, deve oferecer um conjunto de benefícios considerados essenciais por parte do consumidor. Deve atender seus principais anseios e expectativas. No momento em que a operadora estabelecer os benefícios a serem oferecidos ao consumidor, a etapa seguinte é torná-lo viável de ser adquirido. Temos, então, o segundo nível: o produto tangível. Nessa fase, a operadora monta o *kit viagem* e oferece ao comprador. Cada vez

mais o (eco)turista exige pacotes mais completos – incluindo translados, hospedagem, alimentação e guias – e, às vezes, mais sofisticados, incluindo: peças de vestuário, equipamentos específicos para determinadas atividades e práticas alternativas mais voltadas ao turismo de aventura (arborismo, canoagem, escalada, entre outros).

Ainda segundo McKercher (2002, p. 162), os produtos tangíveis possuem cinco características que os distinguem dos básicos:

- apresentam um nível de qualidade ou de valor agregado que faz o produto como um todo mais valioso do que a soma dos componentes individuais;
- apresentam características distintas que os diferenciam de produtos semelhantes;
- têm um estilo que normalmente reflete a personalidade do operador;
- sendo uma entidade particular, podem ter uma marca registrada;
- têm alguns recursos, como os prospectos, que podem tornar o produto mais atraente.

Muitas vezes, a excessiva preocupação com os produtos tangíveis mascaram as necessidades básicas que o (eco)turista almeja ao comprar um pacote de turismo na Natureza, qual seja, estar durante uma parcela significativa de seu tempo, em contato com os recursos naturais. Em geral, a qualidade do produto tangível reflete a qualidade do básico.

Por fim, podem ser oferecidos serviços adicionais ao produto básico e/ou tangível, que dá um caráter mais completo ao que está sendo vendido. São os denominados produtos ampliados. Neste caso, podem ser adicionados ao produto básico/tangível outros produtos, tais como: seguro-viagem, veículos privativos, tomada de fotos e/ou filmagens etc. O cuidado deve ser grande, ao se adquirir esse produto, particularmente com relação à qualidade dos serviços adicionais oferecidos.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Procure na internet ou em jornais alguma propaganda sobre turismo na Natureza. Faça comentários sobre o conteúdo do(s) produto(s) e ou serviço(s) que está(ão) sendo vendido(s), procurando caracterizá-los de acordo com os níveis citados anteriormente.

Resposta Comentada

Utilizando como exemplo de fonte de análise a reportagem “Ecoturismo em alta na Chapada” da revista do 3º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil (ocorrido de 18 a 22 de junho de 2008, em São Paulo-SP), esta analisa a beleza da Chapada dos Veadeiros (Goiás), “o mais antigo Patrimônio Geológico do Continente”



Figura 18.2: Chapada dos Veadeiros – Goiás.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

A reportagem ressalta os atrativos como produtos ecoturísticos a exemplo do Vale da Lua, localidade próxima ao Parque Nacional e que leva esse nome “devido à semelhança com o satélite natural”, relacionando as rochas à luz da lua, pois à noite elas cintilam. Destaca outro atrativo, como a cachoeira Saltos do Rio Preto, com uma caminhada de 12km, além de outras que apresentam quedas d’água formando grandes piscinas.

Quem preferir pode caminhar até o Encontro das Águas, onde o Rio São Miguel desemboca no Rio Tocantinzinho, formando linda praia de areia [...] Poucos dias são suficientes para conhecer boa parte das belezas do local, e um desses lugares inesquecíveis e que não podem faltar no roteiro é a cachoeira do Almécegas, localizada na fazenda São Bento, distante 8km de Alto do Paraíso. Com 45 metros de queda e águas verdes, é ideal para a prática do rapel (MCKERCHER, 2002, p. 93).

Para saber mais informações de outros produtos e serviços ecoturísticos, acesse o site <http://www.turismo.gov.br>.

A qualidade do *marketing* para as atividades ecoturísticas

A forma de divulgação e o conteúdo das informações podem ser decisivos para garantir o sucesso da atividade (eco) turística. A aquisição do produto está diretamente relacionada à qualidade do *mix* promocional. Este é empregado para passar uma imagem positiva e segura do que se está vendendo.

McKercher (2002, p. 213) ressalta que a promoção de um determinado produto e/ou serviço (eco)turístico é utilizada para influenciar a demanda, constituindo-se em uma estratégia integrada de *marketing*, podendo ser feita de várias formas:

- para criar uma percepção ou consciência onde ainda não houve demanda;
- para converter a demanda latente em vendas;
- para restabelecer a demanda quando os interesses oscilam;
- para manter o *status quo*;
- para conter a demanda (especialmente se a promoção for eliminada);

- para mover a demanda de períodos de pico para a média temporada;
- para diminuir o risco de participação percebido e, dessa forma, superar barreiras psicológicas à participação;
- para conter a demanda prejudicial de atividades turísticas que possam ser socialmente inaceitáveis ou fisicamente perigosas;
- para inverter a imagem negativa de determinadas destinos turísticas.

Utilizar todo e qualquer recurso de mídia pode ser válido, desde que o conteúdo do que se está divulgando corresponda à realidade. É muito comum o empreendedor vender algo que efetivamente não tem ou cuja qualidade é duvidosa. É a chamada “falsa propaganda” ou, como é denominada no comércio “propaganda enganosa”.

No que diz respeito ao ecoturismo, muitas das atividades que são comercializadas e veiculadas na mídia são, na realidade, de turismo na natureza (turismo aventura, turismo contemplativo, entre outros) e efetivamente poucas seguem as premissas básicas que caracterizam o turismo ecológico. Isso, em geral, ocorre porque o termo “turismo ecológico” tem um forte apelo junto ao público, que carece de estar em contato com a Natureza, seja fazendo efetivamente o ecoturismo, seja apenas visitando um parque ou fazendo uma caminhada em trilha.

Entretanto, um *marketing* realizado de maneira responsável e honesta promove e difunde as atividades, ao mesmo tempo em que conduz à conservação do meio ambiente e à inclusão social.

Falando em inclusão social, temos também o *marketing* social, que está ligado ao desenvolvimento de ações mercadológicas junto a entidades normalmente sem fins lucrativos, tais como, maior participação ou engajamento de pessoas, doações de material, incentivo a esportes, trabalho voluntário em associações e áreas protegidas, apoio a entidades culturais, ambientais, religiosas e assistenciais. Há ainda, modalidades de turismo

que se encaixam perfeitamente neste conceito, como é o caso do turismo na natureza ou o ecoturismo, principalmente quando há programas governamentais de lazer e entretenimento. Empresas que possuem trabalhos filantrópicos ou de interesse social também podem trabalhar com o *marketing* social, que pode assumir outras designações, como *marketing* cultural, esportivo etc.

Giacomini Filho (2002, p. 208) considera esse como o Terceiro Setor, “que tende a ocupar espaço privilegiado no terceiro milênio, isso porque a busca pela qualidade de vida deverá nortear as políticas em todas as esferas”, principalmente quando associadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação da natureza.

Conclusão

As novas e, cada vez mais sofisticadas, formas de realizar o *marketing* do turismo na Natureza vêm se tornando freqüentes, podendo ser uma poderosa ferramenta de difusão de práticas recreacionais e de lazer conservacionistas que satisfaçam tanto ao empreendedor, quanto ao consumidor e àqueles que lutam pela proteção dos recursos naturais.

Cabe a quem divulga fazê-lo de maneira correta e estimulante pois uma publicidade mal conduzida poderá condenar o produto e/ou serviço, ao fracasso.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Procure listar os aspectos que você considera mais importantes (aspectos positivos) num *mix* promocional de uma caminhada em trilhas numa unidade de conservação.

Resposta Comentada

A ação de marketing como componente estratégico do (eco)turismo, foi percebida na presente aula, pois pode contar com o incremento de elementos, como o próprio serviço/produto, o atendimento, a logística, os custos, a promoção, entre outros, denominados mix de marketing. Portanto, quando o produto ou serviço turístico precisar ser “materializado” de uma solução mercadológica para atender necessidades e desejos dos turistas ou integrantes do mercado turístico, tal produto ou serviço deve ter o somatório de recursos naturais, socioculturais e infra-estrutura à disposição para atender o turista. É o caso também dos roteiros ecoturísticos utilizando as trilhas, principalmente aquelas em unidades de conservação, em que o uso público deve ser planejado e organizado de forma a possibilitar conforto e segurança a seus usuários. Os serviços ou equipamentos devem envolver estruturas físicas das trilhas, devendo ser muito bem manejadas de forma a atender esse mercado consumidor muito exigente – o caminhante de trilhas. As trilhas devem ser sinalizadas de forma apropriada e com indicações e informações sobre seus atrativos, níveis de dificuldade, características de fauna e flora local, entre outros produtos que podem ser agregados pelas UCs ou pelas agências de ecoturismo que as divulgam em comum acordo com os gestores da área protegida.

Muitos produtos de roteiros de trilhas em outros países possuem, inclusive, informações que são veiculadas na mídia impressa sobre os serviços e produtos vinculados aos de apoio, como hospedarias, estalagens, pousadas, abrigos que estão presentes em certos trechos, principalmente se são trilhas de longo percurso.

Quer saber mais sobre exemplos no Brasil de marketing no ecoturismo? Acesse o site <http://www.oktiva.com.br/sispub/image-data/1893/sits/> com os Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável e os trabalhos técnicos científicos dos eixos temáticos “Mercado, Trocas Solidárias e Marketing Turístico” e “Turismo em Unidades de Conservação”.



Um exemplo disso é o projeto denominado Sendero de Chile, que possui um roteiro completo de todo o percurso de trilhas para várias modalidades de turismo e incluindo a educação ambiental e as comunidades ao ecoturismo nas trilhas (*senderos*). Veja o *site* do projeto em <http://www.senderodechile.cl/>, onde são destacados todos os produtos ecoturísticos vinculando *marketing* cultural e social.

No Brasil, roteiros são elaborados em áreas de trilhas de longo percurso, a exemplo do que é feito na Estrada Real em Minas Gerais (veja mais detalhes no *site* <http://www.estradareal.org.br/> ou no Wikipédia em http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_Real.



Figura 18.3: Isla Redonda –Tierra del Fuego – Chile, um dos locais por onde passa o roteiro do Sendero de Chile.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Figura 18.4: Diamantina e seus casarios, uma das cidades por onde passa a Estrada Real.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

Resumo

A correta comercialização do turismo na Natureza, particularmente do ecoturismo, é um processo importante, tanto para quem vende, quanto para quem adquire o produto e/ou utiliza os serviços, conforme pôde ser visto durante toda a aula. Isso significa que o *marketing* deve ser previamente planejado, estruturado e monitorado, fazendo os devidos ajustes e/ou modificações necessárias para que o empreendimento tenha sucesso.

19

Demanda ecoturística: perfil dos usuários e conflitos de conservação da Natureza

Meta da aula

Mostrar a demanda (atração dos consumidores – turistas e visitantes) pelo turismo na Natureza, particularmente o ecoturismo, bem como os objetivos e os conflitos de sua realização com a conservação ambiental.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer as características dos usuários (perfil da demanda) das diferentes modalidades do turismo na Natureza;
- 2** avaliar os possíveis conflitos de suas ações com a conservação do meio ambiente local.

Introdução

A demanda pelo turismo na Natureza, nas suas diferentes modalidades, é crescente e variada, correspondendo, na maioria das vezes, a pacotes de viagem oferecidos pelas operadoras, conforme você viu na aula anterior. Os pacotes variam de operadora para operadora, em função do perfil (diversidade) do consumidor e das características das empresas em oferecer serviços especializados. São pessoas de diferentes idades, sexo e condição socioeconômica, tendo em comum o interesse pelo contato com a Natureza. Dessas características, irá depender, em parte, a sua conduta nas áreas naturais e a geração de conflitos, no que diz respeito à conservação ambiental, conforme você verá a seguir.

Motivações para se fazer turismo na Natureza

As motivações para se fazer turismo na Natureza são inúmeras, a grande maioria delas de ordem psicológica, ou seja, envolvem o emocional e o psíquico. Do elenco de motivações apresentadas por Boullón (2004), destacamos as seguintes:

Para descansar – o que pressupõe um sentimento de exaustão motivado pelo trabalho, pela família ou pela vida urbana.
Para praticar esportes – motivação válida para aquelas pessoas que já adquiriram uma habilidade e viajam atraídas por características especiais de algum lugar para praticar o seu esporte preferido, que pode ser alpinismo, esqui sobre a neve, caça (em locais em que se é permitido esta prática), pesca, observação submarina, *trekking*, canoagem e outros esportes relacionados ao turismo de aventura. Para conhecer – é o impulso mais comum a todos, independente de idade e sexo, sobretudo quando se faz uma viagem para o exterior ou para algum lugar desconhecido dentro de seu próprio país.
Por desejo de mudança – inclui a busca de algo que compense os sentimentos de rejeição ao trabalho, à vida cotidiana, ao núcleo familiar ou social ou às pressões da vida na cidade.
Por hedonismo – inclui vivenciar coisas concretas e outras abstratas, como: ver coisas interessantes, experimentar emoções, divertir-se ou simplesmente não fazer nada. Para

melhorar a saúde – é a vontade de cuidar da saúde, mesmo não estando doente, viajando para lugares que lhe permita respirar ar puro e utilizar técnicas de rejuvenescimento, a exemplo de banhos em termas e alimentação natural. Por razões culturais e/ou educacionais – é a vontade de conhecer e aprender sobre os lugares da vida silvestre. No caso do ecoturismo, essa deve ser uma das funções principais durante a visita.

A figura a seguir (**Figura 19.1**) mostra como ocorrem as relações entre as diversas motivações. Nela, é possível perceber que as causas das viagens e/ou visitas para áreas naturais se interagem. Na prática, significa dizer que as pessoas, em geral, buscam estar em contato com a Natureza por mais de um motivo e que, ao escolherem um deles, podem desencadear outras motivações. Um exemplo disso é o indivíduo que escolhe visitar um Parque (Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo) para praticar um determinado tipo de esporte. Seguramente ele estará propiciando a melhoria de sua saúde (ou condicionamento físico), ao mesmo tempo em que estará mudando seus hábitos (desejo de mudança) de vida. Se essa visita for feita pela primeira vez, estará também conhecendo uma nova paisagem (para descobrir) e, quem sabe, aprendendo algo sobre os recursos naturais daquele lugar (razões culturais ou educacionais).



Figura 19.1: Relação entre as causas que podem motivar uma viagem.

Fonte: Boullón (2004).

Quem usufrui do turismo na Natureza?

Seja visitante ou turista, todas as pessoas são consideradas potencialmente capazes de efetuar o lazer e a recreação na Natureza. O que vai diferenciar o perfil do usuário são os tipos de atividades, bem como as características das áreas potenciais.

Segundo Plog (1974), as motivações dos adeptos do turismo na Natureza são diferentes das motivações das pessoas que somente são adeptas do turismo de massa (turismo da moda), pois, em grande parte, isso pode ser explicado pela busca de satisfação de necessidades distintas, como você viu com Boullón (op. cit.). Plog (op. cit.) também avalia que o perfil psicológico é o que mais está associado às motivações que estão por trás do turismo de Natureza, e este pesquisador identifica alguns tipos de turistas representados em uma curva contínua em forma de sino (Figura 19.2).

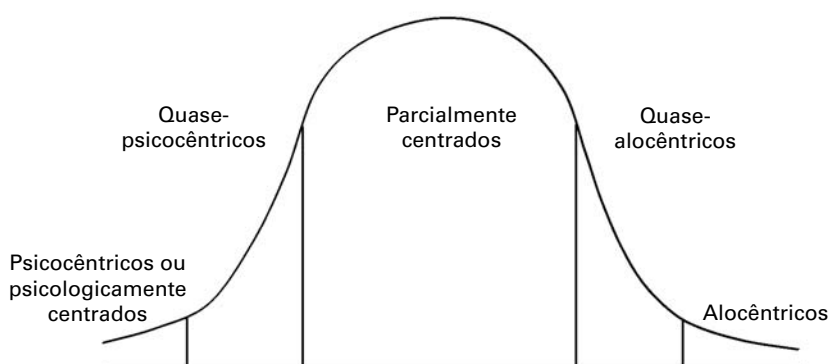


Figura 19.2: Perfil psicológico dos turistas.

Fonte: Plog (1974).

Na **Figura 19.2**, observamos que, em uma extremidade, estão os turistas psicocêntricos, ou seja, psicologicamente centrados, que desejam segurança quando estão viajando. No centro, estão os parcialmente centrados, que representam a maior parte dos viajantes e são rotulados de turistas de massa convencionais. Na outra extremidade, estão os viajantes alocêntricos, ou seja, os turistas aventureiros que querem sair da rotina e desejam experiências turísticas autênticas. Entre os turistas alocêntricos e quase-alocêntricos, estão alguns viajantes que buscam:

Objetivos culturais e educacionais, oportunidades para aprender e aumentar o conhecimento sobre outras culturas, viagens científicas ou com propósitos específicos, viagens com guias ou ciclerones especializados. Busca de experiências exóticas. Oportunidades de desenvolver novas amizades em países estrangeiros. Peregrinação religiosa e insuflação divina. Desafio ou teste pessoal. Exploração, montanhismo, *trekking*. Oportunidade para experimentar um novo estilo de vida (MCKERCHER, 2002, p. 167-168).

Características dos visitantes e turistas de Natureza

A busca por contato com a Natureza é muito antiga, conforme você viu nas primeiras aulas do nosso curso, e o perfil dos visitantes e turistas foi mudando ao longo dos tempos. No caso dos (eco)turistas, a grande maioria procede das cidades, ou seja, são populações urbanas, que buscam fazer suas viagens, em geral durante as férias, na tentativa de fugir do estresse proporcionado pelas diversas atividades, conforme destaca Boullón (2004).

Por sua vez, para a população que vive distante das cidades (população rural), as viagens são mais reduzidas, considerando, principalmente, que seu poder aquisitivo é bem menor e/ou, de alguma forma, pelo fato de já terem contato com a Natureza. Em face da dificuldade de se deslocar para outras áreas, muitas delas se configuram como visitantes das áreas naturais que lhes são contíguas. Nelas, efetuam atividades de lazer e recreação, sendo, muitas vezes, uma das poucas distrações que os moradores locais têm. Um exemplo bem característico são os banhos em rios (cachoeiras), muito freqüentes em áreas com vasto recurso hídrico. Algumas unidades de conservação (parques, por exemplo) permitem banhos em suas cachoeiras e tanto visitantes como turistas usufruem desta forma de lazer.

Em áreas de periferia urbana, ainda com uma certa ruralidade, mas próximas às áreas metropolitanas, a exemplo do Parque Municipal de Nova Iguaçu (RJ), onde famílias inteiras tomam banhos nas cachoeiras e rios próximos às áreas ocupadas por comunidades e sítios, há ainda programas voltados à preservação dessas áreas, com mutirões de reflorestamento e práticas de voluntariado para a limpeza de rios e córregos, além da manutenção (conservação) da flora e fauna locais, conforme pode ser visto na figura e no box multimídia a seguir.



Figura 19.3: Grande número de visitantes em fim de semana no Poço do Casarão (Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – RJ).
Fonte: Flávio Mello (2008).



Para conhecer mais sobre os programas de voluntariado do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, leia a proposta de voluntário ambiental no *site* <http://www.pmni.infotrilhas.com/vol-prop.html>.

Os ecoturistas, portanto, frequentemente compram pacotes de viagens turísticas com enfoque na sustentabilidade de suas atividades de turismo na Natureza, com produtos que não agredam o meio ambiente atendendo aos princípios éticos de inserção social e conservação ambiental.

Quem procura determinados serviços e/ou atividades (eco)turísticas?

As opções de atividades na Natureza são inúmeras; entretanto, os diversos segmentos da sociedade irão instintivamente buscar aquilo que mais lhe interessam e convêm. Alguns fatores influenciam a escolha por determinadas atividades, por parte dos visitantes e (eco)turistas, como veremos a seguir:

a. Natureza (características) das atividades – Algumas atividades de turismo na Natureza são mais apropriadas para determinados usuários, tornando-se naturalmente seletiva. Um exemplo bem característico é o turismo de aventura que é praticado, em geral, em áreas acidentadas, por um público jovem, que gosta de viver fortes emoções e sensações. Por sua vez, as caminhadas em trilhas podem atender a um público mais variado, dependendo das características das próprias trilhas. Trilhas pequenas em extensão e suaves, em termos de declividade do terreno, são as mais procuradas por crianças e pessoas idosas, o que não impede que usuários de outras faixas etárias as utilizem. O contrário não é verdadeiro, já que as trilhas longas, em terrenos acidentados e em declive, limitam sua utilização a pessoas mais preparadas fisicamente, o que, em geral, ocorre com o público mais jovem.



Figura 19.4: *Rappel* em cachoeiras, um dos esportes radicais realizados na Natureza pelo turismo de aventura.

Fonte: <http://www.sxc.hu>

b. Características das áreas (eco)turísticas – os aspectos do meio natural (relevo, vegetação e hidrografia) encontrados nas áreas de forte atratividade podem direcionar o perfil do usuário. Quanto mais variedade de aspectos uma região apresentar, mais variado será o usuário. As unidades de conservação, em geral, reúnem vários aspectos do meio físico-biótico relevantes sob o ponto de vista da atratividade, atraindo pessoas de várias faixas etárias e condições socioeconômicas. No caso dos parques que cobram o ingresso dos visitantes e turistas, o valor cobrado poderá limitar o acesso das pessoas. Isso vem ocorrendo em vários parques estrangeiros e brasileiros, a exemplo do Parque Estadual de Ibitipoca, no estado de Minas Gerais, cujo valor cobrado vem limitando o acesso da população local (visitantes) e de turistas, pois o poder aquisitivo desse público impede o pagamento do valor estipulado.

Veja no box a seguir a indicação de uma reportagem de 11/5/2007, do *site* “Fauna Brasil”, de como foi desbaratado um esquema de fraude da cobrança (irregular) de ingressos para visitação pública de uma das mais importantes unidades de conservação no Brasil – o Parque Nacional da Tijuca (RJ), como exemplo do que não pode ocorrer nos serviços ecoturísticos.



Reportagem “Desmontado esquema criminoso no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro”, do *site* Fauna Brasil, disponível em: <http://www.faunabrasil.com.br/sistema/modules/news/article.php?storyid=507>

ocasião dos trabalhos científicos divulgados nos anais do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação), denominado “Ecoturismo em Unidades de Conservação: Perfil dos Visitantes de Dois Atrativos Naturais do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG”, disponível em <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo80.pdf>

O comportamento do (eco)turista X conservação ambiental

Os vários praticantes do turismo na Natureza apresentam comportamentos diferenciados quanto à conservação do meio ambiente local. Não há uma razão específica para isso. Muitos fatores (isolados ou relacionados) podem responder pela conduta do indivíduo diante de uma bela cachoeira, durante uma caminhada em uma trilha ou ao contemplar uma paisagem em um mirante. A idade, o sexo e a condição socioeconômica são fatores que têm influência relativa no comportamento humano diante do belo e do inusitado. Mas um aspecto pode ser decisivo na conduta do visitante e/ou turista: a educação para a conservação, uma educação calcada na interação/integração do indivíduo com o meio ambiente, conduzida pela interpretação ambiental.

Conforme foi discutido na Aula 14, a interpretação ambiental não somente promove a informação, mas proporciona e incentiva a integração do homem com a Natureza. Ela serve como uma ferramenta da educação ambiental para a solução dos problemas ligados à manutenção e conservação de áreas naturais e vem se destacando como importante instrumento de “manejo de visitantes”, como afirma Delgado (2000, p. 156):

É uma atividade educativa, que não necessariamente faz parte de um processo, mas de uma estratégia de manejo para minimizar os problemas decorrentes do uso público de uma determinada área ou região.

Degradar uma trilha ou poluir uma cachoeira são ações impactantes que poderão ser minimizadas, e até evitadas, se o visitante e/ou (eco)turista se sentir parte daquele local, vivenciando e experienciando a Natureza que lhe cerca. Esta talvez seja a melhor maneira de se educar para proteger o meio ambiente.

Neste sentido, as crianças são as mais receptivas às ações implementadas pelos educadores, visando promover a sensibilização para a conservação ambiental.



Para saber mais sobre Educação Ambiental no Ecoturismo do Brasil, acesse o artigo publicado por Pedrini (2005), intitulado “Em busca da Educação Ambiental no (Eco)Turismo Brasileiro; um ensaio”, no *site* <http://rearj.com/wp-content/uploads/2008/09/artigoembuscaeaecoturismoiecouc20051.pdf>.

Conclusão

As características do visitante/(eco)turista podem ser decisivas no processo de conservação do meio ambiente. De suas atitudes e comportamentos dependerá a manutenção da integridade ecológica do local. Para a mudança de consciência na execução das práticas de turismo na Natureza, principalmente o ecoturismo, a educação ambiental associada a experiências de vivência e contato direto do visitante com os recursos do meio natural farão com que gradualmente estes (os recursos) sejam incorporados ao pensamento conservacionista daqueles que os usufruem. A responsabilidade do condutor (guia) das atividades na sua implementação é fundamental para o êxito da integração lazer e proteção do meio ambiente.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Observe a figura a seguir, interprete a cena e tente inferir, a partir do que a ilustração mostra, que tipo de conduta ou comportamento o (eco)turista deve ter para não degradar o ambiente, principalmente o solo e a vegetação da trilha.

[illegible]

Resposta Comentada

Durante a caminhada numa trilha o visitante e/ou o (eco)turista, em geral, se depara com atalhos e bifurcações (e às vezes os originam), porém ele deve evitá-los, visto que estes, em geral, atravessam terrenos mais íngremes e são acessos não oficiais que podem comprometer a flora e a fauna locais, diferente daqueles que comportam o traçado original da trilha. Isso porque o objetivo do atalho é “cortar caminho”, reduzindo assim a distância a ser percorrida durante o seu percurso. Só que no momento em que o usuário abre ou percorre um caminho alternativo ele compromete todo o sistema solo-vegetação, acelerando os processos erosivos que porventura já estejam ocorrendo no local. Assim sendo, o melhor que ele tem a fazer é ignorar o caminho opcional e seguir pela trilha principal, mesmo que isso signifique andar mais. Afinal de contas, o mais importante é apreciar a Natureza respeitando suas características e seus limites.

Resumo

É importante perceber a necessidade de se avaliar o perfil do usuário do turismo na Natureza para viabilizar práticas ambientalmente corretas. O (eco)turista consciente sobre como se comportar e praticar lazer/recreação na Natureza promoverá a integridade dos recursos explorados, bem como a sua satisfação e de quem promove as práticas. Isso seguramente irá facilitar os trabalhos de quem responde pela gestão do meio ambiente local.

20

Profissionalização no ecoturismo e ética em ação

Meta da aula

Destacar a importância da capacitação profissional e da ética no desenvolvimento das práticas ecoturísticas.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 explicar como o profissional em ecoturismo pode se capacitar para promover práticas corretas e auto-sustentáveis (com ética);
- 2 avaliar os benefícios do desenvolvimento das ações com responsabilidade e ética.

Introdução

Uma das principais etapas de desenvolvimento do turismo na natureza, principalmente do ecoturismo, é a capacitação do profissional que irá implementar as ações junto aos visitantes e aos turistas. Na prática, o que se tem visto são profissionais não-qualificados efetuando a condução das diversas atividades. Isso acarreta não somente o comprometimento da qualidade dos produtos e/ou serviços oferecidos ao público como infringe o princípio básico do turismo ecológico, que é a conservação ambiental. É sobre esse assunto que iremos tratar nesta aula.

O que é a capacitação do profissional em turismo na natureza, particularmente o ecoturismo?

A preocupação com a formação do profissional em turismo na natureza é relativamente recente. Praticamente se iniciou no momento em que a procura por essa modalidade de turismo começou a crescer no Brasil e no mundo. Esse momento se iniciou no final da década de 1980 e atualmente tem crescido bastante. Segundo Gaeta (2005), “a formação profissional deve ter como meta um competente e responsável desempenho no trabalho (...)”. A autora destaca ainda que é importante que o profissional compreenda todo o processo de produção das atividades e/ou produtos a serem oferecidos ao usuário e que esteja apto a enfrentar situações diversas e inusitadas, com autonomia nas tomadas de decisão, desenvolvendo as atividades com qualidade. Isso é especialmente válido para o ecoturismo, que envolve não somente a satisfação e segurança do (eco)turista, mas também a conservação do meio ambiente local.

O nível de exigência, em termos de qualidade e segurança daquilo que se está adquirindo, é cada vez maior, na medida em que a oferta começa a crescer e as atividades a se massificarem.

Na prática, o que vem acontecendo é que pessoas despreparadas e desqualificadas para a condução das atividades de (eco)turismo vêm atuando de maneira freqüente, sem que seu trabalho seja questionado, mostrando a falta de **ética nos negócios** desses supostos profissionais do ramo.

O que é ética? Pode-se entender como ética o ato de realizar determinada atividade de maneira mais correta possível.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano (VAZQUEZ, 2002 apud MACEDO, 2007).

Quando falamos em ética ambiental, estamos nos referindo a uma ética normativa que envolve fazer recomendações e formular normas para a atuação do homem sobre o meio natural (SINGER, 1994). Portanto, quando falamos em ética ambiental, temos de abordá-la pelo viés econômico também, pois quanto custa tratar de doenças causadas pela poluição das águas? No caso do ecoturismo, custa menos investir em educação ambiental para valorizar a ecologia e realizar trabalhos de conscientização do que empregar altos custos para minimizar os impactos. Portanto, é mais econômico ser ético quando realizamos empreendimentos turísticos na natureza!

Quais são os problemas éticos e ambientais que podem se refletir no desenvolvimento do ecoturismo?

Um dos maiores problemas do profissional de (eco)turismo é a falta de compreensão dos riscos de fracasso do empreendimento, caso as atividades não sejam desenvolvidas de maneira correta e segura. Como a demanda é grande pela busca de contato com a natureza, todos querem, de alguma forma, oferecer algum produto que satisfaça essa ansiedade, ao mesmo tempo que vislumbram a obtenção de retorno financeiro rápido. Isso fatalmente poderá

Ética nos negócios

Pode ser definida como ter moralidade para decidir o gerenciamento comercial, ou seja, agir com responsabilidade, ter ética para tomar uma decisão. E, no setor do turismo de natureza, esse é um dos princípios fundamentais, pois agir levemente poderá levar o empreendimento turístico à falência e não garantir a integridade dos ecossistemas naturais.

vulnerabilizar a qualidade dos produtos e/ou serviços oferecidos. O efetivo exercício profissional competente e responsável é o que se espera daquele que irá trabalhar com (eco)turismo.



Gaeta (op. cit) enfatiza que:

Desempenhar competentemente suas funções também exige a demonstração de qualidades pessoais como senso de responsabilidade, auto-estima, sociabilidade, honestidade e integridade ética em seu agir, autocritica e compreensão da necessidade de qualificação profissional constante e de sua inserção na sociedade como cidadão responsável.

Exercer a ética com responsabilidade por parte dos profissionais do ecoturismo faz parte de um bom negócio. Pode se tornar fonte de vantagens competitivas e de cunho sustentável para o meio ambiente e a população local que poderá viver desse negócio, a fim de criar mecanismos para a sua prosperidade, ajudando a preservar o ambiente onde as práticas serão realizadas.

Muitos livros sobre a indústria do turismo estão cheios de histórias de práticas que não consideraram as consequências ambientais e sociais adversas de cada cultura local, trazendo atividades promocionais que banalizam essas culturas e destroem o seu estilo de vida tradicional.

As operadoras de viagens de turismo de natureza devem considerar alguns problemas de ordem ética. Não podemos ser “puritanos” e desconsiderar que o turismo e todas as suas modalidades visam estabelecer empresas com motivos comerciais. Portanto, essas empresas “fornecem produtos e serviços com o objetivo de obter lucro” (MCKERCHER, op. cit., p. 272). Mas nada impede que a administração dessas empresas seja realizada e regida com base na ética, pois para estas sobreviverem no mercado devem seguir um “relacionamento sólido com os clientes, fundamentado na honestidade e reputação” de seu nome e do tratamento imparcial para com os seus funcionários e fornecedores.

Segundo D. Payne e F. Dimanche (apud MCKERCHER, op. cit., p. 273), existem quatro valores fundamentais para que empresas de turismo tenham ética:

(...) justiça, integridade, competência e utilidade. A justiça está relacionada com a idéia de equidade e boa-fé; a integridade diz respeito ao conceito de honestidade, sinceridade, franqueza e respeito por si e pelos outros. A competência reflete a capacidade da organização de cumprir os serviços prometidos e a utilidade engloba o conceito prático de eficiência e o conceito filosófico de oferecer o máximo de benefícios.

Nesse sentido, a verdadeira ética das empresas que trabalham com ecoturismo compreende a obrigação moral para fazer negócios de forma justa e equitativa com as outras empresas, com as organizações (governamentais ou não) e com as pessoas com quem elas se relacionam.

A ética é uma ferramenta estratégica para o gerenciamento de qualidade total do empreendimento turístico, principalmente aqueles voltados ao uso da natureza.

A ética no turismo deve considerar justiça, integridade, competência e utilidade, senão o turista não retorna ao destino turístico ou não utiliza mais os serviços prometidos e divulgados pela agência de turismo.



Figura 20.1: Uma agência de viagens deve se preocupar com a ética nos seus negócios, desde a venda de passagens e pacotes até o que o turista irá comer no hotel ao chegar a seu destino, passando pela preocupação com a segurança e a saúde do mesmo ao retornar de viagem.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Leia o seguinte texto:

Precisa-se determinar uma ética, regulamentando o uso da Natureza, da propriedade e um critério na sua comercialização. Uma das medidas é evitar a massificação. O turismo ecológico é, por definição, uma atividade seletiva. Na comercialização deve ser observada a venda do produto com o cuidado de ofertar muita segurança e higiene, preparando o turista na questão da educação ambiental. Praticado de maneira mal planejada, ele pode se transformar num instrumento de degradação ambiental e cultural, ao invés de ser uma ferramenta para a conservação e desenvolvimento local. (Extraído da internet do artigo intitulado “Origem e Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil”, disponível no *site* <http://www.turismoresponsavel.tur.br/modules.php?name=News&file=print&sid=372>.)

Com base neste texto, se você fosse uma operadora de ecoturismo e precisasse vender um pacote de turismo de aventura para turistas que quisessem ir para Bonito (MS), quais seriam as medidas a serem tomadas (numa postura ética) para que o turista ficasse satisfeito com os serviços da agência e de seus profissionais?

Resposta Comentada

Você viu na aula anterior que o marketing do ecoturismo não deve sofrer críticas e ser acusado de criar imagens que não sejam adequadas e que reflitam uma falsa realidade do destino ecoturístico. Não se podem impingir propagandas enganosas ao público viajante e ainda mais ao ecoturista, que faz parte de um segmento especializado em consumir produtos ligados a causas ambientais, não podendo ser um termo mal usado pelos marqueteiros, que ponham em xeque a credibilidade de empresas ecoturísticas.

Portanto, os serviços que uma agência de ecoturismo com princípios éticos devem vender têm de seguir critérios que garantam uma imagem séria do produto e do destino turístico, evitando táticas promocionais sexistas e estereotipadas. O turismo de aventura promove atividades que podem comprometer os destinos turísticos na natureza, pondo em risco a fragilidade da destinação que será visitada, assim como podem provocar riscos ao turista se as práticas não estiverem sendo realizadas dentro de condutas e técnicas de mínimo impacto e conduta consciente, aliadas à segurança de seus praticantes e/ou à integridade da população local afetada.

Em Bonito (MS) existem práticas de ecoturismo e de turismo de aventura que precisam ser controladas para não deixarem de ser sustentáveis. Nesse sentido, foi realizada, no fim de 2008, uma reunião pela Diretoria da ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens) para decidir sobre a criação de um código de ética e a discussão sobre a implantação de uma tabela de valores referenciais de serviços prestados pelas agências de viagens.

Veja mais informações sobre o que aconteceu nessa reunião no site <http://www.timetour.com.br/noticias.php?id=5224>.

Códigos de ética seriam soluções viáveis para o desenvolvimento do ecoturismo responsável?

No mundo todo o ecoturismo vem crescendo, desde 1993, com The Ecotourism Society. Esta organização internacional sem fins lucrativos tem por objetivo disseminar informações sobre o ecoturismo, tendo lançado um livro com o resumo de diretrizes para as operadoras de ecoturismo e depois detalhes de cada diretriz com objetivos, técnicas utilizadas e benefícios ao visitante. Dentre as principais diretrizes consta como minimizar os impactos negativos e fomentar programas de treinamento aos administradores, pessoal e empregados contratados para a melhoria na orientação do visitante a ecossistemas frágeis, incentivando empregos às culturas locais.

Diante dessa iniciativa, vários países começaram a criar seus programas de certificação, a exemplo da Austrália, que lançou em novembro de 1996 o NEAP, desenvolvido pela Ecotourism Association of Australia (EAA), em conjunto com a Associação Australiana de Operadoras Turísticas, cujo projeto foi criado sob concessão do Department of Industry, Science and Tourism e do Conselho de Turismo da Austrália (NORMAN, 1998; DOWLING, 1997). Esse programa faz recomendações sobre a elegibilidade para a certificação, sobre critérios e padrões mínimos que devem ser cumpridos para que uma operadora possa se chamar ecoturística (DOWLING, op. cit.; WOOD, 1997). Dentre os vários itens de critérios para se adquirir a certificação está o de “apoiar fornecedores que seguem uma ética de conservação”.

Outra entidade, denominada PATA (Pacific Asia Travel Association), também lançou, em 1992, o código para viagens ambientalmente responsáveis, *The Green Leaf*, que recomenda aos membros da associação obedecer a alguns princípios, dentre eles os de mínimo impacto (NIEFER; SILVA, 1999). Todos esses “códigos de conduta”, no entanto, apesar de bem-intencionados, para alguns pesquisadores do setor parecem ser “pouco práticos,

pois a participação é voluntária e normalmente não há sanção para os que não os praticam” (MCKERCHER, op. cit., p. 272), ou seja, nada coercitiva para quem não possui ética em seus negócios vinculados ao turismo na natureza.

Segundo o pesquisador Sérgio Salazar Salvati (2003), o código de ética para o mercado do ecoturismo é um dos critérios mais importantes para o seu desenvolvimento.

A importância da realização de cursos no processo de capacitação profissional para a difusão da ética ecológica e ecoturística

Segundo Rodrigues e Feijó (2007):

Não existe questão ética (questão humana) que não seja questão ecológica e não existe questão ecológica que não seja essencialmente uma questão humana.

É por meio da educação ambiental que haverá uma multiplicação dos conceitos advindos da ética ambiental que estreitarão a relação homem/natureza a partir da relação ética/ecologia.

Nesse sentido, as escolas e os cursos de capacitação e preparação de guias ecoturísticos devem se pautar também na disseminação da ética ambiental.

O técnico em turismo pode trabalhar como guia de turismo regional e de excursão nacional ou como funcionário de agências de viagens, pois a profissão é regulamentada pela Embratur e exige registro.

Existem cursos como os do Senac (São Paulo) que preparam para técnicos em turismo – guias regionais especializados em atrativo natural e excursões nacionais ou ainda como funcionário de agências de viagens especializadas em roteiros ecoturísticos.

Uma empresa, no caso do estado do Rio de Janeiro, que possui cursos de preparação para guias de turismo e ecoturismo é a Marc-apoio Consultoria e Treinamento (<http://www.marc-apoio.com.br/>).



Figura 20.2: Guia turístico acompanhando turistas em Machu Pichu – Peru.

Fonte: <http://www.sxc.hu>



Para saber mais detalhes sobre a profissão de guia ecoturístico, leia o texto intitulado “O Monitor e o Guia de Ecoturismo: um Conflito ou uma Parceria?”, disponível na internet em http://www.unibero.edu.br/download/revista_eletronica/Set03_Artigos/O%20monitor%20e%20o%20guia%20de%20ecoturismo.pdf

Conclusão

De todos os profissionais do turismo, aquele que conduz as atividades na natureza necessita fazê-lo de maneira correta e íntegra, pois os efeitos negativos ocorrerão não somente sobre o empresário e o usuário, mas também sobre os recursos naturais, traduzindo-se em impactos, muitas vezes irreversíveis, no meio ambiente local. O princípio ético que rege todas as profissões deve nortear também a conduta do profissional em (eco)turismo, tornando-o um agente multiplicador de ações conservacionistas, paralelamente à promoção da satisfação do visitante/ecoturista.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Relacione algumas atitudes que devem ser adotadas pelo profissional em (eco)turismo para garantir o sucesso das atividades, paralelamente à conservação do meio ambiente.

Resposta Comentada

Uma das condutas mais importantes que o profissional em ecoturismo deve ter é ser honesto com o público-alvo, não omitindo informações relevantes quanto à segurança e à qualidade dos produtos e/ou serviços a serem oferecidos. Isso é decisivo para o pleno êxito de toda a atividade.

Outro aspecto relevante é a constante reciclagem e atualização de informações, por meio da realização de cursos e oficinas de trabalho, conforme discutido durante a aula. É muito comum guias despreparados passarem dados incorretos ou imprecisos sobre o local e se sentirem inseguros diante de perguntas mais detalhadas sobre as características da área. O profissional deve passar informações recentes e corretas que permitam ao visitante ter uma visão ou um conhecimento geral da região, dando-lhe condições de aproveitar o máximo possível os recursos que o local oferece.

Por fim, aqueles que implementam as atividades ecoturísticas devem, mais do que qualquer profissional do turismo, conhecer e informar aos visitantes a maneira correta de se comportar durante a visita, passando-lhes procedimentos adequados à conservação do meio ambiente local. Não podemos esquecer que ecoturismo envolve lazer na natureza e educação para a conservação ambiental.

Resumo

É possível analisar a importância da ética e da condução correta dos trabalhos ecoturísticos como forma de assegurar a qualidade dos serviços, bem como a proteção do meio ambiente das áreas visitadas. A atuação de profissionais inescrupulosos que visam somente a lucros, movidos pelo modismo do lazer na natureza, pode comprometer o desenvolvimento de um conjunto de atividades cuja finalidade é promover a recreação e o lazer de maneira controlada e séria. Para que isso não ocorra, é necessária a realização de cursos de capacitação profissional em instituições credenciadas e qualificadas para tal, que certifiquem o trabalho do condutor das atividades e garantam o sucesso econômico e ambiental dos serviços.

Turismo e Meio Ambiente

Referências

ADKISON, G. P.; JACKSON, M. T. *Changes in ground-layer vegetation near trails in Midwestern U.S. forests*. Natural Areas Journal , v. 16, p. 14-23, 1996.

ANDRADE, W.J. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: MENDONÇA, R. ; NEIMAN, Z. (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, S.P: Manole, 2005. p. 131-152.

COLE, D.N. *Recreational trampling effects on six habitat types in Western Montana*. Ogden, UT: USDA Forest Service, 1985. 43p. (Research Paper, INT-350).

_____. *Research on soil and vegetation in wilderness: a state-of-knowledge review*. In: LUCAS, Robert C. Proceedings on national wilderness research conference: issues, state-of-knowledge, future directions. Ogden, UT: USDA Forest Service, Intermountain Research Station, 1987. p. 135-177.

COSTA, V.C. da. *Proposta de manejo e planejamento ambiental de trilhas ecoturísticas: um estudo no maciço da Pedra Branca – Município do Rio de Janeiro (RJ)*. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CURSO de planejamento e implantação de trilhas: Reserva Natural Salto Morato: Fundação O Boticário de proteção à natureza. 11/17 de jul. 2004. p. 89 Apostila.

COELHO NETTO, A.L.; FERNANDES, M.C. *Diagnóstico/prognóstico sobre a qualidade ambiental do geoeossistema do maciço da Tijuca: subsídios à regulamentação da APARU do Alto da Boa Vista*. Rio de Janeiro: GEOHECO-UFRJ. Laboratório de Geo-hidroecologia, 2000. Relatório.

KUSS, F.R.; GRAEFE, A.R.; VASKE, J.J. *Visitor impact management: a review of research*. Washington, D.C.: National Parks and Conservation Association. 1990.

LECHNER, Lerry. *Planificação, construção e operacionalização de trilhas em áreas protegidas*. Disponível em: <<http://www.elap.uci.ac.cr/PALNET/documentos/Senderos%20de%20Lerry%20Lechner.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

MACHADO, A. *Ecoturismo, um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005. 232 p.

MMA; SALAZAR, Salvati Sérgio. *Impactos do turismo*. (WWF-Brasil). Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 2007. Adaptado por Vivian Costa (2007).

OLIVEIRA, Wagner. *Paraná guarda últimos trechos da estrada indígena que cortava a América do Sul*. Agência Folha, Pitanga, 20/02/2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/report_7.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

PELLEGINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo*. São Paulo: Manole, 2000. p. 307.

SALVATI, Sérgio Salazar. *Turismo em áreas naturais ou turismo de natureza*. Disponível em: <http://ecosfera.sites.uol.com.br/ativ_ecotur.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SCHELHAS, J. *Construção e manutenção de trilhas*. In: CURSO de treinamento e capacitação em gerenciamento de parques e outras áreas protegidas. São Paulo, v. 12, nov./ dez. 1985.

SEABRA, L. *Determinação da capacidade de carga turística para a trilha principal de acesso à cachoeira de Deus. Penedo*. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em ciência ambiental), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

WILSON, J. P.; SENEY, J. P. *Erosional impact of hikers, horses, motorcycles and off-road bicycles on mountain trails in Montana*. Mountain Research and Development, v. 14, nº 1, p. 77-88. 1994.

Aula 12

BARROS, M. I. A.; DINES, M. *Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude*. In: SERRANO, Célia (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 47-84.

BARROS, M. I. A. *Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Brasília, DF, 2006. p. 72 (Áreas Protegidas do Brasil).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Gestão Participativa do SNUC*. Brasília, DF, 2004. (Áreas Protegidas do Brasil, n. 2)

CIFUENTES, M. *Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas*. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1992. p. 26 (Série Técnica, 194).

GRAEFE, A. R.; VASKE, J. J. *Visitor impact management: the planning framework*. Washington, D.C.: National Parks and Conservation Association, 1990. v.1

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E USO SUSTENTÁVEL – INATUS. APA Guapimirim. Disponível em: <<http://www.innatus.org.br/0apa.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.

JULIÃO, D. P. *Turismo e governança ambiental: reflexões em torno do plano de manejo e da visitação pública na APA de Guapimirim, RJ*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MALTA, R. R. *Valoração econômica dos serviços recreativos e ecoturísticos em unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Tijuca*. 2008. 258 f., Dissertação (mestrado) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado Rio de Janeiro, 2008.

MITRAUD, S. Relatório técnico 3. *Determinação da capacidade de Carga e Sistema de Monitoramento de Impacto de Visitação*. Projeto de Desenvolvimento de Trilhas Interpretativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PE. Brasília: IBAMA-WWF, 1997.

MONGABAY.com. Ecoturismo. Disponível em: <<http://pt.mongabay.com/rainforests/1004.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PROGRAMA de monitoramento ambiental. Disponível em: <<http://www.bonitoweb.com.br/fotos/arquivos/59.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2008.

RODRIGUES, A. B. et al. *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. Contexto: São Paulo, 2003.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SEABRA, Lília dos Santos. *Determinação da capacidade de carga turística para a trilha principal de acesso à cachoeira de Deus – Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo – Itatiaia – RJ*. 169 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/LSSeabra.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2008.

STANKEY, G.H. et al. *The limits of acceptable change system for wilderness planning*. General Technical Report INT. USDA: Forest Service, n. 176, p. 1-37, 1985.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Faculdade de Educação da Baixada Fluminense*. BV-PESQNEC. APA de Guapimirim. Disponível em: <http://www.bvnec.uerj.br/sist_naturais/guapi.htm>. Acesso em: 14 out. 2008.

VOZ DA SERRA. História. Disponível em: <<http://www.guapi.com.br/html/historico/historico.htm>>. Acesso em: 14 out. 2008.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole, 2001.

TERRAFOTOLOGO. *Fotos, fotografia, natureza, Cavernas*. Disponível em: <<http://fotolog.terra.com..br/jhfotografia:66>>. Acesso em: 15 out. 2008.

WIKIPÉDIA. Calcário. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Calc%C3%A1rio>>. Acesso em: 15 out. 2008.

360 GRAUS. *Visitação turística das cavernas do Vale do Ribeira está embargada*. Disponível em: <<http://360graus.terra.com.br/ecoturismo/default.asp?did=25403&action=reportagem>>. Acesso em: 15 out. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Notícias ambientais disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2008.

Aula 13

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes, 2007. 72 p. (Áreas Protegidas do Brasil).

BRUHNS, H. T. *O corpo visitando a natureza: possibilidade de um diálogo crítico*. In: SERRANO, Célia M.T.; BRUHNS, H.T. (org.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1999.

CAEIRO, C. M. et al. *A percepção visual das formas*. Disponível em: <http://www.citi.pt/educacao_final/trab_final_inteligencia_artificial/a_percepção_visual_das_formas.html>. Acesso em: 13 fev. 2005.

COSTA, V. C. da. *Propostas de manejo e planejamento ambiental de trilhas ecoturísticas: um estudo no maciço da Pedra Branca*. 2006. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

DELGADO, J. *A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo*. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 155-169. (Coleção Tours).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio. Coordenação e edição Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos*. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2006.

FRANCO, M. A. R. *Ecoturismo em parques nacionais*. In: _____. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. p. 55-78.

HANAI, F. Y.; NETTO, J. P. S. *Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais*. OLAM Ciência & Tecnologia, Rio Claro, v. 6, n. 2, dez. 2006.

IKEMOTO, S. M. *As trilhas interpretativas e sua relevância para a promoção da conservação: o caso do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), RJ*. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MALTA, R. R. *Valoração econômica dos serviços recreativos e ecoturísticos em unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro – RJ)*. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NEIMAN, Z. *A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, L. de; MACHADO, L. M. C. P. *Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade*. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Org.). Reflexões sobre a geografia física no Brasil. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-152.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. *Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental*. In: Anais SAPIs, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

PINHEIRO, E. *Percepção ambiental e a atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR*, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/1908/1/evandro.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2008.

PROJETO DOCES MATAS. *Grupo Temático de Interpretação Ambiental*. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Belo Horizonte: IEF: IBAMA, 2002. p. 108.

SALVATI, Sérgio Salazar. Trilhas: conceitos, técnicas de implantação e impactos. Disponível em: <<http://ecosfera.sites.uol.com.br/trilhas.htm>>. Acesso em: 14 out. 2008.

WHYTE, A. *Guidelines for fields studies in environmental perception*. Paris: UNESCO, 1977. p. 118. (MAB Technical Notes, 5).

Aula 14

BARRETO, K. D.; SORRENTINO, M. *A educação ambiental nas unidades de conservação do estado de São Paulo e Chile*. In: CONGRESSO E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL SOBRE FLORESTAS, 2., 1996, Belo Horizonte. Resumos... Belo Horizonte: Biosfera, 1996. p. 345.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental*. Disponível em: <<http://sibea.mma.gov.br/dcsibea/>>. Acesso em: 20 out. 2008.

DELGADO, J. *A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo*. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Gaia 1998. p. 400.

FELDMANN, Fabio. *Principais conferências internacionais sobre o meio ambiente e documentos resultantes*. ECCLESIA. Fé e Meio ambiente. Disponível em: <http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html>. Acesso em: 20 out. 2008.

GRUPO DE DEFESA ECOLÓGICA. DISPONÍVEL EM: <<http://www.grude.org.br/ogrude.php>>. Acesso em: 20 out. 2008.

INSTITUTO PHYSIS Cultura & Ambiente. Disponível em: <<http://www.physis.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

MANOSSO, F. C. *O ecoturismo e a educação ambiental como atividades norteadoras do desenvolvimento econômico e social*. Disponível em: <<http://www.turismoeprogresso.hpg.ig.com.br/n2/n2ecoturismo.htm>>. Acesso em: 17: out. 2008.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. *À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse*. São Paulo: Chronos, 2003. p. 127

NEIMAN, Z. (Org.). *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole, 2002. p. 181.

REDE Brasileira de Centros de Educação Ambiental. Links. Disponível em: <<http://www.redeceas.esalq.usp.br/links.htm>>. Acesso em: 20 out. 2008.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Disponível em: <<http://www.rebea.org.br/revbea.htm>>. Acesso em: 20 out. 2008

TABANEZ, M. F. A eficácia de um curso de educação ambiental não formal para professores numa área natural – Estação Ecológica dos Caetetus, SP. *Revista do Instituto Florestal de São Paulo*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 71-88, jul. 1996.

TUAN, Y-F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paul: DIFEL, 1980. p. 178.

BERNARDO, J. *Caminhos e trilhas da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005. p. 355.

BRANDÃO, Túlio. *Ilha Grande já sofre processo de favelização*. NITVISTA. 2006. Disponível em: <http://www.nitvista.com/index_frame.php?url=%2Fmicrosite%2Fnoticias%2Fexibe.php%3Fid%3D663%26canal%3Decoando>. Acesso em: 5 nov. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portal do Turismo*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>.

DIEGUES, A. C. *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 382 v. 1.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 169.

GONÇALVES, C. W. P. G. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 148.

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. *Harmonia homem habitats. Jurubatiba sustentável: turismo de base comunitária: Quissamã - RJ – Brasil*. Disponível em: <http://quissama.org/images/012-pda_rj.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2008.

HUMANOS DIREITOS. *Carta em defesa da comunidade caiçara da praia grande da caixaíba*. 2006. Disponível em: <http://www.humanosdireitos.org/aconteceu/2006/2006_08_parati/2006_08_parati.php>. Acesso em: 5 nov. 2008.

ILHAGRANDE. COM. Disponível em: <<http://br.ilhagrande.com/sys/content/view/281/296/>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

ILHAGRANDE. ORG. *Caiçara da Ilha Grande: Clarindo Cardoso dos Santos*. Disponível em: <<http://www.ilhagrande.org/Caicara-da-Ilha>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

IRVING, M. de A. et al. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso*. In: _____ (Org). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002, p. 93-112.

MACHADO, Maria Clara Silva; VILLELA, Luciana Bittencourt. *Turismo de base comunitária como alternativa para a inclusão social*. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaClaraMachado.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

MARQUES, N. P. *Enseada de Abraão: Ilha Grande (RJ): meio ambiente e ecoturismo no cotidiano de seus moradores*. Graduação em Geografia (Monografia) - 93 f. Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NEINAM, Z. et al. *Educação ambiental, mudanças de valores e geração de atitudes cidadãs participativas: o trabalho do Instituto Physis: cultura & ambiente*. In: _____. (Org): *Educação ambiental e conservação da biodiversidade*. São Paulo: Manole, 2007, p. 243-260.

PRADO, R. M. *Uma foto que eles não pediram: turismo e ecologia na Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SILVA, Rosijane Evangelista; CARVALHO, Karoliny Diniz. *O turismo de base comunitária como alternativa para o etnodesenvolvimento da comunidade quilombola de filipa _ma*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. Anais... Recife: Instituto Terramar, 2008. Disponível em: <<http://www.oktiva.com.br/sispub/image-data/1893/sits/files/O%20TURISMO%20DE%20BASE%20COMUNITARIA%20COMO%20ALTERNATIVA.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

Aula 16

CRUZ, Rita. de Cassia. Ariza. da. *Introdução à Geografia do Turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. p. 125.

FUNDAÇÃO ECOLÓGICA CRISTALINO. Disponível em: <http://www.cristalinolodge.com.br/br/public_html/index_cristalino-jungle-lodge.htm>. Acesso em: 5 nov. 2008.

MARÓSTICA, Luciana. *Hotelaria: hotéis se especializam para atender públicos específicos*. Rotas e Trilhas. Disponível em: <<http://eptv.globo.com/rotasetrilhas/interna.asp?idnoticia=219>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

REIMBERG, M. L. B. *Ecolodges: o delicado equilíbrio entre a conservação e a exploração ambiental*. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Org.). *Ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2005. p. 248-266

RUSSEL, D.; BOTTRILL, C.; MEREDITH, G. *International ecolodge survey*. In: Hawkins, D. E.; Wood, M. E.; Bittman, S. *The ecolodge source book for planners & developers*. Vermont: The Ecotourism Society, 1995.

WIKTIONARY. *Alojamento*. Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org/wiki/alojamento>>

Aula 17

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

CAMARGO, L. H. R. de. *A ruptura do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 240 p.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. Hucitec: São Paulo, 1996. 169 p.

DOUJOEANNI, M. J. et al. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: Editora. da UFPR, 2001. 308 p.

INSTITUTO Terra Brasil. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

MEIRELLES FILHO, J. M. *O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental*. In: Ecoturismo no Brasil. São. Paulo: Manole, 2005. 296 p.

MITRAUD, S. F. (Coord.). *Uso recreativo no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha: um modelo de planejamento e implementação*. Brasília: WWF-Brasil, 2001.

MOTA, J. A. O valor da natureza: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 200 p.

MOTTA, R. S. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Brasília: MMA, 1998.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas para o ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo no Brasil. São. Paulo: Manole, 2005. p. 17-40.

PEREIRA, P. F. da S.; CAMPOS, E. M. G. *Valorando o ecoturismo e as atividades recreacionais da Área de Proteção Ambiental da Serra de São José (MG): uma aplicação do método custo de viagem e da valoração contingente*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 12., 2006, Diamantina, MG. Anais... Diamantina, MG: UFMG/ Cedeplar, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A081.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SALVATI, S. S. *A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo*. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Manole, 2005. p. 62-104.

Aula 18

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portal brasileiro do turismo*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 8 jan. 2009.

GIACOMINI Filho, G. *Marketing: conteúdo didático e perspectivas*. In: DENCKER, A. de F. M. (Org.). Turismo: como aprender, como ensinar. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2003. v. 1

MARCATTO, M. *Marketing e as organizações não governamentais*. In: Meio ambiente: educação e ecoturismo. São Paulo: Manole, 2002.

MCKERCHER, B. *Definindo produtos e mercados*. In._____. *Turismo de natureza*. São Paulo: Contexto, 2002.

SEMINÁRIO DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2008. Disponível em: < <http://www.oktiva.com.br/sispub/image-data/1893/sits/>>. Acesso em: 8 jan. 2008.

SENDERO de Chile. Disponível em: <<http://www.senderodechile.cl/>> Acesso em: 8 jan. 2009.

STOCK PHOTO. Stock photo: *Chapada dos Veadeiros em Goiás, Brazil*. Disponível em: <<http://www.sxc.hu/photo/447775>>. Acesso em: 8 jan. 2009.

Aula 19

ROCHA, Décio. *Tráfego e apreensão: desmontado esquema criminoso no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro*. Fauna Brasil. 11 maio 2007. Disponível em: <<http://www.faunabrasil.com.br/sistema/modules/news/article.php?storyid=507>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

BAYARD Boiteux. Disponível em: <<http://www.bayardboiteux.pro.br>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

BOULLÓN, Roberto C. *Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista*. São Paulo: EDUSC, 2004. 208 p.

MACHADO, Álvaro. *Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. São Paulo: SENAC, 2005. 232 p.

MCKERCHER, Bob. *Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 303.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. *Em busca da educação ambiental no (eco)turismo brasileiro: um ensaio*. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Laboratório de Fisiologia e Educação Ambiental, Departamento de Biologia Vegetal, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://rearj.com/wp-content/uploads/2008/09/artigoembuscaaeecoturismoioiecouc20051.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

PESQUISA traça perfil do mochileiro internacional que visita o Rio. *Portal do encontro do ecoturismo e esportes de aventuras*. 16 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.eeeaventura.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=61>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

PINTO, Laura Gualtieri et al. *Ecoturismo em unidades de conservação: perfil dos visitantes de dois atrativos naturais do Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Uni-BH, Belo horizonte, [20--]*. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo80.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

PROPOSTA de voluntariado ambiental. *Amigos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu*. Disponível em: <<http://www.pmni.infotrilhas.com/vol-prop.html>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Aula 20

DOWLING, R. K. *The explosive growth of ecotourism in Australia*. In: WORLD ECOTOUR '97. CONGRESSO E EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE ECOTURISMO, 1997, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: Biosfera, 1997. p.153-163.

GAETA, Cecília. *Novos desafios na formação do profissional de ecoturismo*. In: Ecoturismo no Brasil. NEIMAN, Zysman; Rita Mendonça. (Org.) São Paulo: Manole, 2005. 308 p.

MACEDO, Sâmara Borges; MACEDO, Renato Luiz Grisi; VENTURIN, Nelson; ANDRETTA, Vanessa; AZEVEDO, Felipe Carisio Scalia. *Importância da ética ambiental para a consolidação do ecoturismo*. In: ECOUC. INSTITUTO PHYSIS, 2., Anais... São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo27.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

MCKERCHER, Bob. *Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2002. 303 p.

NIEFER, I. A.; GARZEL LEODORO DA SILVA, J. C. *Crerios para um ecoturismo ambientalmente saudvel*. Cadernos da Biodiversidade, Curitiba, v. 2, n.1, p. 53-61, jul. 1999.

NORMAN, W. C.; FRAUMAN, E.; TOEPPER, L.; SIRAKAYA, E. *Green evaluation program and compliance of nature tour operators*. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/textfiles/sirak.txt>>. Acesso em: 1 abr. 1998.

RODRIGUES, Gabriela Santos; FEIJÓ, Ana Maria Gonçalves dos Santos. *Ética e ecologia: fundamento para um ecoturismo responsável e eficaz*. CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu. Anais... Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1207.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

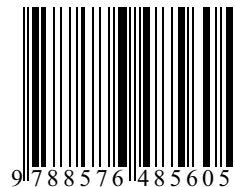
SALVATI, S. S. *O Ecoturismo: conceitos & princípios*. Disponível em: <<http://ecosfera.sites.uol.com.br/conceito.htm>>. 2003. Acesso em: 19 jan. 2009.

SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 329 p.

WOOD, M. E. *Ecotourism accreditation and evaluation; progress and prospects*. In: WORLD ECOTOUR '97. CONGRESSO E EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE ECOTURISMO, 1997, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: Biosfera, 1997. p. 71-75.

ISBN 978-85-7648-560-5



9 788576 485605



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**Ministério
da Educação**



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL